

Volume 2

Edilaine Albertino de Moraes
Elis Regina Barbosa Ângelo
Ricardo Noboru Shimosakai

Turismo e Inclusão Social





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Volume 2

Edilaine Albertino de Moraes

Elis Regina Barbosa Ângelo

Ricardo Noboru Shimosakai

Turismo e Inclusão Social



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de Turismo

UFRRJ - William Domingues

UNIRIO - Camila Moraes

CEFET - Claudia Fragelli

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Edilaine Albertino de Moraes

Elis Regina Barbosa Ângelo

Ricardo Noboru Shimosakai

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Fabio Peres

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Anna Maria Osborne

AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Beatriz Fontes

Carolina Godoi

Elaine Bayma

Thrlrnayce Ribeiro

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguilar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

André Guimarães

Bianca Lima

ILUSTRAÇÃO

Fernando Romeiro

CAPA

Fernando Romeiro

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Patrícia Esteves

Ulisses Schnaider

Copyright © 2014, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

M827m

Moraes, Edilaine Albertino de.

Turismo e inclusão social. V. 2. / Edilaine Albertino de Moraes, Elis Regina Barbosa Ângelo, Ricardo Noboru Shimosakai. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2013.

214p.; il. 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-939-9

1. Turismo-inclusão social. 2. Economia solidária. 3. Meio ambiente. 4. Pessoa-deficiência física. I. Ângelo, Elis Regina Barbosa. II. Shimosakai, Ricardo Noboru. III. Título.

CDD: 338.479

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia

Alexandre Vieira

Universidades Consorciadas

**CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA**

Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**

Reitor: Silvério de Paiva Freitas

**UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**

Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: Roberto de Souza Salles

**UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**

Reitor: Carlos Levi

**UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO**

Reitora: Ana Maria Dantas Soares

**UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

SUMÁRIO

Aula 11 – Economia solidária e turismo: para se pensar em inclusão social	7
<i>Edilaine Albertino de Moraes</i>	
Aula 12 – Áreas naturais protegidas, inclusão social e turismo	33
<i>Edilaine Albertino de Moraes</i>	
Aula 13 – Populações tradicionais: um enfoque socioambiental, inclusivo e turístico	53
<i>Edilaine Albertino de Moraes</i>	
Aula 14 – Gênero e turismo: percepções acerca das temporalidades	79
<i>Elis Regina Barbosa Ângelo</i>	
Aula 15 – Panorama geral da pessoa com deficiência e sua relação com o turismo	109
<i>Ricardo Noboru Shimosakai</i>	
Aula 16 – Os pilares para a construção de uma sociedade acessível e inclusiva	135
<i>Ricardo Noboru Shimosakai</i>	
Aula 17 – A acessibilidade e a inclusão aplicadas nas principais áreas que compõem o turismo	161
<i>Ricardo Noboru Shimosakai</i>	
Aula 18 – O turismo acessível em diferentes segmentos do turismo	185
<i>Ricardo Noboru Shimosakai</i>	
Referências	205

11

Economia solidária e turismo: para se pensar em inclusão social

Edilaine Albertino de Moraes

Meta da aula

Apresentar questões acerca das premissas do movimento brasileiro da economia solidária, para pensar em interfaces com o fenômeno turístico contemporâneo, em uma perspectiva de inclusão social.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1** identificar questões emergentes do movimento brasileiro de economia solidária diante da crise do modelo de desenvolvimento capitalista;
- 2** reconhecer o turismo contemporâneo no contexto da economia solidária;
- 3** discutir, conceitualmente, a construção de um turismo solidário.

Pré-requisitos

Para que você entenda melhor esta aula, sugerimos que se apoie na Aula 4, para revisar as perspectivas de inclusão social no campo do turismo. Indicamos, ainda, que consulte a Aula 23, da disciplina Hospitalidade, que propõe pensar em uma hospitalidade de base comunitária, para que avance na reflexão crítica sobre as possibilidades de inclusão social por meio do turismo.

Introdução

Você já deve ter estudado em outras aulas que, na sociedade contemporânea, é notável, cada vez mais, o turismo ser tema central de discussão por pesquisadores, gestores, políticos, chefes de estado, ambientalistas para entender o papel que este pode vir a desempenhar, em um mundo que passa por mudanças profundas e crescentes.

O turismo é visto, acima de tudo, como um dos setores com maior potencial para os governos e o setor privado enfrentarem a atual situação de crise e encontrar novos rumos para o futuro da sociedade, considerando o forte apelo dado à atividade como veículo promissor de geração e multiplicação de riquezas.

Mas, como foi visto na Aula 4, temos de reconhecer que a forma pela qual o turismo vem se estabelecendo, ao longo dos tempos, é essencialmente excludente (tanto do ponto de vista para quem viaja, quanto para quem opera atividades ligadas ao setor). Por isso, muito provavelmente, o turismo não conseguirá cumprir as promessas difundidas nos discursos oficiais, como vetor de geração de emprego, distribuição de renda e desenvolvimento local.

Para o turismo ser um possível atenuador da pobreza no Brasil, Rodrigo Ramiro (2009) condiciona que a economia solidária seja o modo de produção e consumo dos bens e serviços turísticos, considerando a realidade econômica atual, na qual várias regiões e localidades pobres que, longe de se desenvolverem com a liberalização generalizada dos mercados, acabam por ficar sem alternativas de inserção produtiva, diante do consequente acirramento da concorrência.

Então, como proposta alternativa de desenvolvimento, sob diversos títulos – economia solidária, economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão etc., têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo (FBES, 2011).

No Brasil, vários pesquisadores argumentam que temos um conjunto considerável de iniciativas bem-sucedidas de promoção do desenvolvimento, que vêm sendo experimentadas por diferentes organizações da sociedade civil, que avançam na ausência do Estado, formulando e experimentando alternativas locais de desenvolvimento.

Nesse contexto, esta aula convida você a conhecer questões emergentes acerca das premissas do movimento brasileiro da economia solidária como alternativa possível de desenvolvimento, em contraposição ao do capitalismo, para assim, ampliar suas reflexões e argumentação a respeito do fenômeno turístico contemporâneo, em uma perspectiva de inclusão social. Venha conhecer novos olhares sobre turismo!

Economia solidária: diferentes olhares

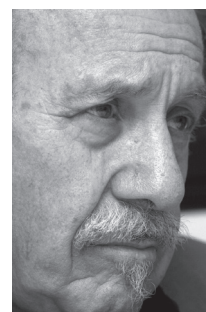
Você já ouviu falar em economia solidária? Se não, nesta seção, você conhecerá questões emergentes sobre esse assunto e entenderá a dimensão e a urgência de difusão, institucionalização e prática dessa alternativa de desenvolvimento em nosso planeta.

Começamos por abordar a economia solidária (conhecida pela sigla ECOSOL), a partir da perspectiva de Valmor Schiochet (2011), que traça uma breve trajetória sobre o assunto, explicando, de forma geral, que este é um termo, conceitualmente, utilizado para definir as atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão.

Um dos especialistas mais conhecidos na área, chamado **Paul Singer** (2011), explica que a ECOSOL é, geralmente, caracterizada por estimular a solidariedade entre os membros, através da prática da autogestão, e praticar a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, sobretudo em relação aos menos abastados.

Paul Israel Singer

É um dos nomes mais ouvidos e consultados a respeito de economia solidária, na contemporaneidade. Paul nasceu na Áustria e radicou-se no Brasil em 1940. Começou sua trajetória como militante do movimento sindical paulista, foi professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), foi secretário municipal de Planejamento de São Paulo e hoje é Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. É autor de vários livros publicados pela Editora Contexto.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Paul_Singer



Para conhecer os princípios e perspectivas da economia solidária apresentados por Paul Singer, assista ao vídeo, disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=WgXMySBQFSs>.



O elemento central da ECOSOL é a autogestão, que é referenciada, principalmente, pelos sete princípios do cooperativismo (1844):

1. Livre e aberta adesão dos sócios.
2. Gestão e controle democrático dos sócios.
3. Participação econômica do sócio.
4. Autonomia e independência.
5. Educação, treinamento e informação.
6. Cooperação entre as cooperativas.
7. Interesse pela comunidade (BENINI; BENINI, 2011).

A economia solidária, em essência, retoma os princípios do cooperativismo, e principalmente a gênese de sua elaboração: a luta contra a exploração do trabalho por meio da auto-organização dos próprios trabalhadores, na qual atores e sujeitos se recolocam na sociedade atual com a bandeira de transformação social e reafirmando a centralidade da autogestão. Outra convergência entre as propostas e discussões sobre ECOSOL é a opção por modos de vida e de sociabilidade solidários e não competitivos, optando pela solidariedade como compromisso político horizontal. O projeto de uma economia ser constituída com base na solidariedade se contrapõe a uma competição de tipo mercantil que é orientada para a acumulação crescente e ilimitada (BENINI; BENINI, 2011).



Figura 11.1: Auto-organização dos trabalhadores.

Fonte: www.itcp.coppe.ufrj.br

A emergência dessas novas experiências associativas vem suscitando um conjunto heterogêneo de abordagens que, de alguma maneira, procuram explicar o fenômeno e ao mesmo tempo delinear suas perspectivas de futuro. Como parte do esforço de compreensão e de crítica, as diversas abordagens representam pontos de vista que ora se aproximam, ora se distanciam, quanto ao significado e quanto às possibilidades de futuro deste processo. Em uma tentativa de agrupar estas abordagens, Antônio Cruz e Aline Santos (2011, p. 59-60) vislumbram quatro concepções distintas:

1. economia solidária como uma forma de inclusão social;
2. economia solidária como uma alternativa para o desenvolvimento local em oposição à mundialização oligopólica do capitalismo contemporâneo;
3. economia solidária vista sob as “ilusões” do socialismo utópico;
4. economia solidária em uma perspectiva emancipatória e transformadora da sociedade.

Nesta aula, sem querer anular ou perder de vista as outras concepções, iremos nos deter mais na reflexão sobre a primeira perspectiva.

Segundo Cruz e Santos (2011), a ideia de economia solidária como uma forma de inclusão social pressupõe a existência de uma sociedade e de um mercado que, hipoteticamente, podem incluir a todos. Nessa perspectiva, o significado de solidariedade se expressa na forma de valores (sociais, políticos, culturais etc.) compartilhados por todos. O trabalho aparece como substrato material dessa consciência coletiva, permitindo à sociedade se reproduzir economicamente, reforçando os valores comuns.

Na economia solidária, o exercício de integração ao grupo econômico, que através do trabalho recupera a inserção econômica e social dos indivíduos, permitiria também a recomposição da própria sociedade, à medida que garantiria inclusão (integração) do indivíduo no grupo social da empresa e no próprio mercado. Nessa perspectiva, a ECOSOL permitiria a recuperação da crença no caráter coletivo do processo social e permitiria aos trabalhadores associados se sentirem parte da sociedade como um todo (CRUZ; SANTOS, 2011).

Essa compreensão, embora na maioria das vezes não incorpore claramente a concepção teórica que a fundamenta, apresenta lógica e coerência. Neste sentido, seria a reintegração social, por meio da ECOSOL, que moveria os grupos humanos. Além disso, o êxito dos empreendimentos solidários tenderia a recuperar a autoestima de seus participantes, os incentivando a enfrentar novos desafios e conquistas (CRUZ; SANTOS, 2011). Dessa forma, esta perspectiva pressupõe que a economia solidária ajudaria a superar a exclusão social.

Mas, Cruz e Santos (2011, p. 70) revelam o caráter mistificador/ideologizante da economia solidária nesse sentido. Essa perspectiva crítica denuncia a “falsa-hipótese includente” do mercado e da sociedade capitalista, indicando que, longe de “incluir a todos”, o mercado capitalista é uma máquina de exclusão. Sua lógica pressupõe que todo o esforço de inclusão é anulado pela lógica excludente do sistema. Infelizmente, alguns autores incluem a economia solidária dentre as formas diversas de mistificação da inclusão. Neste sentido, a ideia da cooperação não

seria mais que um artifício ideológico, cujo sentido é apagar as marcas evidentes da lógica da exclusão, transferindo às suas vítimas a culpa de seu infortúnio.

A economia solidária vista como resposta aos desajustes do mundo do trabalho gerados pela globalização, não seria mais do que uma prática clientelística patrocinada por empresas, organizações governamentais e não governamentais. Assim entendidas, as mudanças não são só econômicas no aparelho produtivo e na apropriação das riquezas, mas também na maneira de as classes sociais pensarem, lidarem e resolverem os dilemas sociais (CRUZ; SANTOS, 2011).

Diante da concepção conservadora, dualismos como “inclusão e exclusão” são utilizados como solução cômoda, onde a inserção ocorre em um sistema que, por sua natureza, continuará excluindo e produzindo desigualdades sociais. Cruz e Santos (2011, p. 70) defendem que se trata de uma banalização do conceito, um “neologismo enganador” para nomear uma “inclusão perversa” (MARTINS, 2004) ou uma “exclusão elegante” (DEMO, 1998).



Para aprofundamento dessas questões apresentadas por Cruz e Santos (2011), ver:

- DEMO, Pedro. *O charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- MARTINS, José de Souza. Para compreender e temer a exclusão social. *Revista Vida Pastoral*, São Paulo, ano XLV(239), p. 3-9, 2004 Editora Paulus.

Mas, Cruz e Santos (2011) propõem que os diferentes saberes produzidos pelas experiências de economia solidária sejam considerados, pois são estes que orientam a perspectiva de **emancipação**, que tende a indicar o caráter futuro das experiências presentes.

Afinal, de que falamos, quando citamos **emancipação**?

Toda a emancipação constitui uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem. [...] A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando, como homem individual na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (MARX, 1993, p. 63 *apud* CRUZ; SANTOS, 2011, p. 71).



Figura 11.2: Na economia solidária em uma perspectiva emancipatória, as pessoas que haviam perdido a capacidade de reagir, de sonhar, de produzir utopias, começam a despertar.

Fonte: www.itcp.coppe.ufrj.br

Após conhecermos algumas questões teóricas e epistemológicas sobre ECOSOL, iremos pontuá-la na história do país.

O movimento ressurgiu, no Brasil, na década de 1980, como uma resposta dos/as trabalhadores/as e comunidades pobres mobilizadas socialmente diante da crise social provocada pela estagnação econômica, à qual foram submetidas as sociedades periféricas no contexto das contradições da acumulação capitalista. Na década de 1990, a ECOSOL se incorpora de forma mais visível às potencialidades transformadoras expressas nas lutas populares (SCHIOCHET, 2011). O autor exemplifica alguns casos que mostram a efervescência da ECOSOL, nesta época:

trabalhadores desempregados ocuparam fábricas fechadas e ativaram sua produção por meio da sua organização coletiva e autogestionária; agricultores familiares e assentados da reforma agrária organizaram cooperativas de crédito, de produção e de serviços para se contrapor à subordinação à agroindústria capitalista; comunidades urbanas e rurais organizaram coletivamente grupos de produção, compras coletivas, fundos rotativos solidários, crédito solidário; populações de catadores de materiais recicláveis organizaram sua atividade de coleta e reciclagem por meio de associações e cooperativas (SCHIOCHET, 2011, p. 444).



Figura 11.3: Trabalho cooperado na construção civil.

Fonte: www.itcp.coppe.ufrj.br

Com essas características, o autor pondera que a ECOSOL pode ser entendida como uma proposta socializante e democrática dos movimentos à “questão social”, do final do século XX.



Especificamente no Brasil, a questão social se manifestou no acirramento do conflito e das contradições existentes entre as conquistas democráticas do processo de transição (universalidade constitucional de direitos em 1988) e o crescente desemprego e exclusão social decorrentes da opção neoliberal adotada como política dominante para o país no final dos anos 1980.

Com base nesse contexto, podemos interpretar que a ECOSOL foi uma estratégia impulsionada e legitimada pela sociedade civil. No entanto, Schiochet (2011) argumenta que, na medida em que as “forças democrático-populares” obtiveram êxito na conquista de governos locais, a ECOSOL passou também a ser incorporada na agenda das políticas públicas locais. Mas somente a partir de 2005, podemos perceber que foram implantados os primeiros programas e ações governamentais de apoio à ECOSOL no país.

As iniciativas de cooperação econômica e autogestão surgiram no âmbito dos programas de geração de trabalho e renda, seguindo a perspectiva da empregabilidade (responsabilização do trabalhador pelo emprego ou desemprego), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O MTE (2011) compreende por economia solidária: “o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão”. Considerando essa concepção, a economia solidária possui as seguintes características:



Figura 11.4: Características da economia solidária, segundo o Ministério de Trabalho e Emprego do governo brasileiro.

Fonte: www.mte.gov.br/ECOSOLidaria/sies_apresentacao_roberto.ppt

- a) **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc.

- b) Autogestão: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses etc.
- c) Dimensão econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.
- d) Solidariedade: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores (MTE, 2011).

Schiochet (2011) raciocina ainda que, do ponto de vista das políticas públicas, a inclusão da ECOSOL nas ações governamentais explicitou os limites e contradições do “Estado mínimo para o social”, justamente por exigir uma posição cada vez mais ativa dos governantes. Seja através da composição de equipes qualificadas de gestores, do planejamento de ações de longo prazo, da viabilização de capacidade de alocação de recursos, ou da intervenção do Estado na economia real das comunidades. Diante disso, o autor acredita que podemos afirmar que as exigências da ECOSOL contribuíram, de alguma maneira, para a crítica das políticas neoliberais e a defesa da participação mais ativa do Estado no enfrentamento das questões sociais.



Nesse movimento, podemos destacar a constituição de espaços que permitiram dar um salto de qualidade e identidade para o debate e práticas das políticas públicas voltadas para a ECOSOL, como:

- Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.
- Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.
- Conselho Nacional de Economia Solidária.
- Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

A discussão sobre ECOSOL, no âmbito desses espaços, resultou, sobretudo, na Proposta (Minuta) de Lei para institucionalizar “Política Nacional de Economia Solidária”, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e o Fundo Nacional de Economia Solidária, e dá outras providências. E também a “Carta de Princípios da Economia Solidária”, aprovada em junho de 2003, na III Plenária Nacional da Economia Solidária. Hoje, esses dois documentos são os norteadores das diretrizes propostas pelo movimento de ECOSOL para o país. Por isso, aguce sua curiosidade sobre o tema e leia os documentos na íntegra disponível na rede mundial de computadores.

No entanto, tais avanços políticos e institucionais ainda não alteraram uma das principais características das políticas de ECOSOL, bem como de outras áreas (inclusive do turismo): “são políticas de governo”, isto é, sua existência depende dos partidos, coalizões ou grupos políticos que assumem a direção do poder executivo (SCHIOCHET, 2011).

Para tanto, um dos desafios a ser ultrapassado é o aprofundamento da institucionalização da participação e do controle social, mas de forma a garantir os necessários mecanismos de articulação e integração da ECOSOL com outras políticas públicas, reconhecendo suas especificidades, suas trajetórias e seus sujeitos. Outro desafio é a transformação dos programas e ações em legislação municipal, estadual e nacional. Concluindo, Schiochet (2011) acredita que a ECOSOL somente se tornará realidade se, alianças e compromissos entre a ECOSOL e demais sujeitos e lutas emancipatórias existentes forem firmadas e tiverem força

ética-política para exigir a permanência das iniciativas existentes, criando novas institucionalidades e afirmando novos valores e bases para o processo de desenvolvimento nacional.



Para quem queira pensar os campos teórico e político que buscam a construção de um mundo pós-neoliberal, sugerimos o recente livro intitulado *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*, organizado por Pedro Hespanha e Aline Mendonça dos Santos, e publicado pela editora Almedina, em 2011. Este livro contribui com questões teóricas conceituais para a compreensão do tema, quanto para o mapeamento de suas expressões, das suas dimensões teóricas e políticas, incluindo a redefinição determinante das relações entre as esferas pública e privada.

Entre as práticas de outro mundo possível e necessário, podemos destacar então, a economia solidária nas áreas de alimentação, turismo, material visual, produção gráfica, artesanato, infraestrutura, comunicação, hospedagem, cultura, vestuário, confecção, segurança, transporte, viagens, jornalismo e limpeza. No que tange ao turismo, abordaremos na próxima seção.



Figura 11.5: Na economia solidária há reconhecimento e valorização da arte do saber-fazer popular.

Fonte: www.itcp.coppe.ufrj.br



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Após nos debruçarmos sobre diferentes concepções da economia solidária, na sociedade contemporânea, vamos fazer um exercício rápido para arrematar os argumentos apresentados. Preencha a tabela a seguir, pontuando diferenças básicas entre a economia capitalista e a economia solidária.

Economia capitalista	Economia solidária

Resposta Comentada

A tabela pode ser preenchida, pontuando as seguintes diferenças que marcam a contraposição entre economia solidária e capitalista.

Economia capitalista	Economia solidária
<i>Heterogestão</i>	<i>Autogestão</i>
<i>Competitividade</i>	<i>Solidariedade</i>
<i>Empresas de acúmulo de capital</i>	<i>Cooperativas</i>
<i>Individualismo</i>	<i>Coletivismo</i>

Turismo na economia solidária: construindo um turismo solidário

Vimos na Aula 4 que o desenvolvimento do turismo na periferia do capitalismo acaba reproduzindo as relações de fetichismo e dependência. Autores conhecidos como Helton Ouriques (2005) ressaltam que a expansão do turismo no país se dá no contexto do controle capitalista sobre os modos de vida anteriores, na exploração da força de trabalho e no uso e apropriação da natureza por parte do capital.

Esse quadro tende a se agravar ainda mais, quando se sabe que a atividade turística se desenvolve, cada vez mais, em lugares, sobretudo, situados no litoral e enquadrados como “paraísos tropicais”.

Por exemplo, a pesquisadora Luzia Neide Coriolano (2009) reflete, criticamente, a história do turismo convencional nas comunidades litorâneas do estado do Ceará.

Segundo Coriolano, há quase três décadas, o turismo tem revelado o abuso do poder econômico no processo de especulação de terras para se destinar à prática do lazer. Isso ocorre devido à estratégia adotada de desenvolvimento econômico, por meio do turismo, ser reduzida à dimensão mercadológica, o que é percebido nos programas governamentais e nas práticas do *trade* turístico. Coriolano (2009) atenta para as consequências desse reducionismo serem desastrosas para o turismo. Na esfera pública é considerado um grande negócio. No espaço privado, a cadeia produtiva do turismo é estruturada nas mesmas bases das economias dos setores primário e secundário. Dessa forma, os projetos públicos e privados para o setor turístico são construídos com base no modelo econômico vigente, que transforma terras, lugares, viagens, sonhos, imagens em mercadorias. Sendo assim, são poucas as chances de solução dos problemas socioambientais e estabelecimento de normas e institucionalização efetiva dos serviços turísticos.

Sendo assim, Coriolano (2009) afirma que os grandes hotéis e os *resorts* simbolizam a acumulação e a concentração de capital no setor turístico, que caracteriza o chamado turismo dos *resorts* e dos megaempreendimentos, ou seja, se constitui de empreendedores externos que dominam e maltratam as comunidades pelo processo de especulação imobiliária, em nome do turismo.

Mas que tipo de mudança o chamado turismo dos megaempreendimentos acarreta realmente para os moradores das áreas atingidas pelo grande capital turístico?

Para respondermos a esta questão, vamos contar mais uma vez com as contribuições de Coriolano (2009). O avanço do turismo no litoral resultou na decadência e no desaparecimento de muitas atividades produtivas, como a pesca, pela substituição de atividades ligadas a hotéis, pousadas, restaurantes e bares. Comunidades litorâneas, que sempre viveram da pesca, da agricultura de subsistência e do artesanato acabam abandonando estes trabalhos tradicionais, pela concorrência promovida pela pesca industrial e pela perda das terras, com a aquisição de terrenos e expulsão dos pescadores e suas famílias da orla marítima. Essa arbitrariedade foi realizada por atividades imobiliárias especulativas, ligadas ao lazer e ao turismo, ou seja, para alocação de empreendimentos hoteleiros, *resorts*, parques aquáticos, restaurantes, lojas, dentre outros empreendimentos (CORIOLANO, 2009).



Figura 11.6: “Povo do Aventureiro”, moradores nativos da Ilha Grande/Rio de Janeiro, um dos paraísos mais visitados do Brasil.

Fonte: http://r1.ufrj.br/im/gemte/pdf/Revista_Destinos_01.pdf

Nesses moldes, concluímos que o turismo convencional nasceu e se desenvolveu com o capitalismo, em uma relação de fetichismo e dependência, que trabalha para alimentar as economias dominantes globais.

Mas como diz o ditado popular, *sempre há uma luz no fim do túnel*, contraditoriamente, experiências brasileiras têm mostrado que é possível criar um novo eixo de turismo – um turismo

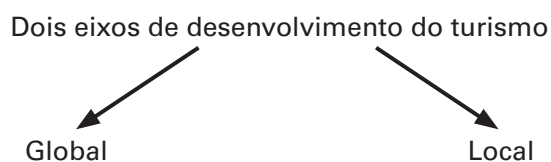
alternativo ou comunitário, associado à luta pela propriedade da terra litorânea e gestado por comunidades de forma solidária, o que estudaremos mais adiante.



Figura 11.7: Exemplo de turismo de base comunitária na Vila do Aventureiro (Ilha Grande/Rio de Janeiro), coordenado pela Amav – Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro, a qual é liderada por mulheres.

Fonte: http://r1.ufrj.br/im/gemte/pdf/Revista_Destinos_01.pdf

Assim, identificamos que há dois eixos de desenvolvimento do turismo, o global muitas vezes vinculado às redes internacionais de hotéis e *resorts*, impulsionando prostituição, drogas, lavagem de dinheiro, com fuga de divisas e sonegação de impostos; e o local que foca na valorização do lugar, na geração de renda, na dinamização da economia local, na proteção do patrimônio natural e na recuperação do patrimônio histórico cultural.



O turismo, apesar de ser uma atividade, em sua maioria, atrelada aos grandes capitais, oferece oportunidade a pequenos comércios, empreendimentos e negócios mais participativos e familiares, como bares, restaurantes e pousadas, com as mais diversas prestações de serviços, que se espalham por todos os espaços turísticos (CORIOLANO, 2003, p. 25).

Para atender a essa nova visão de desenvolvimento do turismo, Coriolano (2003, p. 26) condiciona a dissociação da noção de que “todos os povos estão caminhando na mesma direção e pela mesma estrada”. Ou seja, os povos teriam que fugir dos modelos postos e criar modelos localizados.

O desenvolvimento só se dá quando todas as pessoas são beneficiadas, ou seja, atinge a escala humana, onde as pessoas têm assegurados uma existência digna, um padrão de vida capaz de garantir a si e a família saúde, bem-estar, alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos, segurança, repouso e lazer. O desafio é reverter esse quadro entendendo que só o crescimento não resolve, é preciso querer dividir, como argumenta Coriolano (2003, p. 27).

Com essa perspectiva, Coriolano; Almeida (2007) entendem que os excluídos dos *resorts* e dos hotéis inventaram, no nordeste brasileiro, um turismo adaptado às suas condições de pequenos rendimentos. Para, assim, serem incluídos no circuito inferior do consumo, com pousadas, hospedagens residenciais e lazeres populares.

Enfrentando as práticas competitivas excludentes dos mercados turísticos globais dos *resorts*, muitas comunidades locais descobrem como fazer turismo na economia solidária. Este modelo alternativo permitiu o surgimento de experiências de turismo, que possibilitaram a minimização do nível de pobreza, a inclusão no processo de produção e consumo, e, sobretudo, o exercício de cidadania.



Figura 11.8: O turismo de base comunitária fortalecido pelo “Povo do Aventureiro”, moradores nativos da Ilha Grande/Rio de Janeiro, oferta hospedagens domiciliares, campings, culinária caiçara, artesanato, contação de histórias, passeios pelo mar etc.

Fonte: http://r1.ufrj.br/im/gemte/pdf/Revista_Destinos_01.pdf



Ramiro (2009) explica que o turismo atenua a pobreza, mas em termos muito limitados. Alguns dos pobres tornam-se algo menos pobres, mas suas perspectivas de emancipação continuam dependentes das oportunidades oferecidas por empresas capitalistas.

Diversos pesquisadores sobre o tema têm apontado termos como turismo de base comunitária, turismo inclusivo, turismo comunitário, turismo de base local, turismo rural comunitário, turismo situado de base comunitária, ecoturismo de base comunitária e turismo solidário como um modo diferenciado de trabalhar com a atividade.

Relacionado ao tema central desta aula, o termo turismo solidário nos instiga a ser investigado de forma pormenorizada. Ok!

Conceitualmente, turismo solidário seria

qualquer atividade turística no espaço rural, urbano ou em áreas naturais cujos promotores sejam organizações turísticas justas e ambientalmente responsáveis que desenvolvam um processo de intercâmbio comercial orientado para o reconhecimento e a valorização do trabalho e que praticam preços justos (REZENDE, 2005).

A experiência da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL) identifica os seguintes princípios dessa prática (FONTOURA, 2009):

1. Turismo da comunidade. A comunidade deve ser proprietária dos empreendimentos turísticos e gerenciar coletivamente a atividade.
2. Turismo para a comunidade. A comunidade deve ser a principal beneficiária da atividade turística, que existe para o desenvolvimento e fortalecimento da Associação Comunitária.
3. Atração principal = modo de vida. A principal atração turística é o modo de vida da comunidade, ou seja, sua forma de organização, os projetos sociais de que faz parte, formas de mobilização comunitária, tradição cultural e atividades econômicas.
4. Partilha cultural. As atividades são criadas para proporcionar intercâmbio cultural e aprendizagem ao visitante. Não se trata de apresentações folclóricas da cultura popular, e sim de atividades que fazem parte do cotidiano que o turista vai experimentar.
5. Conservação ambiental. Os roteiros respeitam as normas de conservação da região e procuram gerar o menor impacto possível no meio ambiente.
6. Transparência no uso dos recursos. Comunidades e visitantes participam da distribuição justa dos recursos financeiros.
7. Parceria social com agências de turismo. Busca por envolver todos os elos da cadeia do turismo no benefício das comunidades.

Retomamos novamente as reflexões de Coriolano (2006) que considera o turismo solidário ser um turismo alternativo, organizado por comunidades, com intenção especial de atingir pessoas, deixando lucros e capitais em segundo plano. A atividade deve ser centrada na valorização da cultura local, no respeito à dignidade humana e na conservação do patrimônio natural.

Já para a Operadora Travessia Ecoturismo estabelecida na Chapada dos Veadeiros (GO), o turismo solidário é um conjunto integrado de serviço voluntário para um destino – seus residentes e ambientes – com os elementos tradicionais do turismo – artes, cultura, lazer, história, geografia – daquele destino. A prestadora de serviço de turismo solidário destaca ainda quatro elementos de fundamento:

1. Implica uma participação ativa.
2. É (relativamente) espontâneo.
3. Não é motivado por ganhos financeiros.
4. Incide sobre o bem comum (Disponível em: http://www.travessia.tur.br/pt-br/pgn.asp?id_pg=30&nivel=1).

Diante das questões conceituais apresentadas, constatamos que existe uma diversa perspectiva do que se entende por turismo solidário. Mas, é possível observar algumas perspectivas que marcam o tema, como: alternativa ao modelo hegemônico de turismo; protagonismo e forte mobilização dos grupos sociais locais envolvidos; fundamentos da economia solidária; busca pelo desenvolvimento local; inclusão social; conservação do patrimônio natural e cultural; turista responsável; pequenos empreendimentos domiciliares e familiares, preço justo e outras.



Uma publicação importante que aborda a relação entre turismo e economia solidária é a intitulada *Economia solidária e turismo: uma avaliação da experiência de incubação de cooperativas populares na cadeia produtiva do turismo na região nordeste do Brasil*. O livro elaborado por Rodrigo Ramiro e editado pelo IABS/AECID/MTUR, em 2009, trata do turismo como um possível atenuador da pobreza no Brasil, desde que a economia solidária seja o modo de produção e consumo dos bens e serviços turísticos. O autor descreve três experiências de implantação de cooperativas populares baseadas no turismo: Lençóis Maranhenses, Serra da Capivara (PI) e Jericoacoara (CE) e apresenta as lições aprendidas e desafios em curso. A versão digital do livro está disponível, gratuitamente, na rede mundial de computadores.

Nesse movimento, parcelas das práticas sociais, mesmo que sem visibilidade e sofrendo reações por parte do sistema capitalista, estão contribuindo para a construção de – *in statu nascendi* – novas alternativas de turismo como força transformadora do mundo atual, desencadeando o começo de um novo rumo para o setor: um turismo alternativo, comunitário, solidário.



Figura 11.9: Cooperativas Solidárias de Turismo no Nordeste.

Fonte: <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/boletim/Boletim2.pdf>

Para finalizar a reflexão sobre o modo alternativo de turismo, que estudamos nesta aula, e para inspirar novos pensares e ações nesse campo de debate, destaco as seguintes palavras:

*Pensar o Turismo de Base Comunitária como
turismo só de geração de renda é pouco.
O lastro do Turismo Comunitário tem sua base na
diversidade cultural e nos valores humanos.
A moeda... não é recebida, é trocada!
Os valores... não geram riquezas, geram nobreza!
É o turismo do presente... e é tão do presente
que no futuro as palavras turismo e turistas
incomodarão tanto quem recebe quanto
quem é recebido.
É uma visita à verdade que cada um tem pra
mostrar e pra contar ao outro.
Não é um turismo que busca estrelas... ele mesmo
é a própria estrela! (LIMA, 2010, p. 7).*

Conclusão

Para concluir, vale destacarmos as contribuições de Moacir Gadotti (2009, p. 110) que avança no assunto. Para ele, não há uma única economia solidária, podendo esta se manifestar de muitas formas. Porém, alguns princípios são comuns, tais como, “as relações solidárias de colaboração, a propriedade coletiva dos meios de produção, a igualdade de direitos e responsabilidades, a economia solidária como práxis pedagógica e a luta contra a subordinação do trabalho pelo capital”.

Gadotti (2009, p. 111) ainda acrescenta que, certamente, um “outro mundo possível” não é um mundo único. “Outro mundo possível” é formado de muitos mundos, ao contrário do pensamento único capitalista. Enfim, não se trata de tornar uma só economia hegemônica. Trata-se de promover uma pluralidade de economias, convergindo para o desenvolvimento social e humano.

No contexto da ECOSOL, as perspectivas apresentadas de turismo solidário se constituíram em um movimento de mudança necessária no modo de pensar, de viver, de produzir e de fazer turismo, devendo este ser situado dentre aquelas atividades que atendem também as regiões periféricas e as demandas populares, sejam no meio rural ou urbano.



Atividade

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

2. Leia a frase de Tânia Araújo (2000, p. 273): “O Brasil não está morto! Está cheio de experiências locais dizendo: ‘é assim que se organiza, é assim que se planta, é assim que se comercializa’”. Podemos compreender que essa realidade também se aplica às experiências de turismo na economia solidária. Por isso, consulte na internet pelo menos um dos cinquenta projetos selecionados pelo edital nº 001/2008, lançado pelo Ministério do Turismo (disponível em <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Livro%20TBC.pdf>), e identifique o uso dos princípios da economia solidária nas rotinas.

nas de trabalho da iniciativa escolhida. Se preferir, se apoie em outras referências especializadas no projeto escolhido, para realizar a atividade proposta.

Resposta Comentada

Entre os 50 projetos selecionados em todo o país, estava o destinado à Vila do Aventureiro (Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro). O caso prático da Vila do Aventureiro passa por várias das questões que foram abordadas nesta aula, dentre as quais são destacadas, com base em Mendonça e Moraes (2011):

- *participação e protagonismo social: os moradores do Aventureiro, em sua maioria nativos, são os responsáveis por todo o planejamento, operação e gestão da cadeia produtiva a seu jeito;*
- *distribuição equitativa: os benefícios gerados pelo turismo são distribuídos diretamente aos moradores;*
- *valorização da identidade local: os moradores do Aventureiro se redescobrem como caiçaras e pertencentes a um lugar onde a natureza abundante e preservada, suas práticas atuais e tradicionais, sua história são seu patrimônio mais precioso;*
- *existe limite e controle de fluxo de visitantes e uso racional dos recursos naturais renováveis pelos moradores locais;*
- *forma associativa de coordenação e fiscalização do turismo local, através da Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro – Amav.*

Resumo

Nesta aula, abordamos a economia solidária com base em diferentes perspectivas de especialistas no tema. Explicamos, de forma geral, que este é um termo utilizado para definir atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão. Além de estimular a solidariedade entre os membros, através da prática da autogestão, e praticar a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, sobretudo em relação aos menos abastados. Em quatro concepções distintas, identificamos que a economia solidária pode ser entendida como uma forma de inclusão social; como uma alternativa para o desenvolvimento local em oposição à mundialização oligopólica do capitalismo contemporâneo; as “ilusões” do socialismo utópico; e em uma perspectiva emancipatória e transformadora da sociedade. Relacionando a ECOSOL ao turismo contemporâneo, identificamos que, contrariamente, ao eixo de desenvolvimento do turismo global (muitas vezes vinculado as redes internacionais de hotéis e *resorts*, impulsionando prostituição, drogas, lavagem de dinheiro, degradação do patrimônio natural e cultural etc.); a atividade desenvolvida localmente busca a valorização do lugar, a geração de renda, a dinamização da economia local, a proteção do patrimônio natural e histórico cultural. Para ilustrar essa conversa, pesquisamos que os excluídos dos *resorts* e dos hotéis inventaram, no Nordeste brasileiro, um turismo adaptado às suas condições de pequenos rendimentos. Para, assim, serem incluídos no circuito inferior do consumo, com pousadas, hospedagens residenciais e lazers populares. Procedemos que esse turismo inventado, geralmente, é chamado por turismo alternativo, comunitário, solidário, que é conceituado por diversas perspectivas. Mas observamos alguns aspectos marcantes do tema, como: alternativa ao modelo hegemônico de turismo; protagonismo e forte mobilização dos grupos sociais locais envolvidos; fundamentos da economia solidária; busca pelo desenvolvimento local; conservação do patrimônio natural e cultural; turista responsável; pequenos empreendimentos domiciliares e familiares, preço justo e outras.

12

Áreas naturais protegidas, inclusão social e turismo

Edilaine Albertino de Moraes

Metas da aula

Apresentar, de forma ressignificada, o turismo em áreas naturais protegidas, sob o compromisso de inclusão social, e identificar experiências dessa natureza, reconhecendo a relação indissociável entre homem e natureza.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 relacionar argumentos e conceitos sobre áreas naturais protegidas, inclusão social e práticas de turismo e lazer;
- 2 exemplificar o turismo em áreas protegidas em uma perspectiva de inclusão social.

Introdução

Hoje vivemos em um cenário de crescente demanda por lazer. Diante disso, diversos pesquisadores, em todo o mundo, revelam a preocupação com as questões socioambientais envolvidas no processo de transformação de lugares e pessoas por meio do turismo. Isso porque, nota-se que, cada vez mais, é ampliado o interesse de pessoas, organizações, gestores, governantes e militantes por segmentos do turismo ligados aos espaços de natureza preservada. Podemos dizer que o aumento desse interesse se deve, em grande parte, à influência de questões relacionadas ao movimento pela popularização global do debate ambientalista e pelo processo de urbanização ocidental.

Nessa lógica, o turismo associado às áreas protegidas vem encontrando uma oportunidade significativa de expansão. Nessa perspectiva, o turismo em áreas protegidas se confirma como questão central em planejamento relacionado ao setor. Desse modo, muitos e diferentes atores sociais acreditam que este pode se constituir em importante alternativa de conservação da biodiversidade e de inclusão social, na sociedade contemporânea.

Mas é importante notarmos que uma das dificuldades evidentes nesse processo é a tendência de discursos e políticas públicas em interpretar o turismo apenas pela ótica do mercado, dissociando-o de seus compromissos socioambientais. Notamos também que existe um conhecimento limitado sobre novas formas de fazer turismo e experiências incipientes, em termos de capacidade de envolver efetivamente os diferentes segmentos da sociedade nesta discussão, na busca de compromissos coletivos, éticos e solidários.

Portanto, como espaço de discussão sobre desenvolvimento turístico e iniciativas de conservação da biodiversidade, considerando a dinâmica social e as demandas dos grupos humanos nestas áreas, iniciamos a Aula 12.

Dê o primeiro passo nos estudos contemporâneos de áreas naturais protegidas, inclusão social e turismo!

Relações entre áreas protegidas, inclusão social e turismo

O tema desta aula tem sido pesquisado, desde 2000, pelo GAPIS – Grupo de Pesquisa “Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social” – vinculado ao Programa EICOS do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento (INCT) (Plataforma Lattes/CNPq). Coordenado por **Marta Irving**, o GAPIS objetiva consolidar um histórico de reflexões teóricas e projetos aplicados, relacionados à discussão teórica da relação sociedade e natureza, em vinculação com diferentes políticas públicas.



Conheça mais um pouco sobre o GAPIS, acessando o site <http://www.gapis.psicologia.ufrj.br>. Você obterá informações sobre os projetos de pesquisa e extensão concluídos e em andamento. Boa busca!

Inspirados, sobretudo, na produção bibliográfica do GAPIS, daremos embasamento ao assunto desta aula.

Para iniciarmos o percurso, precisamos ter a clareza do que é uma área protegida:

área terrestre e, ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos (BELTRÁN, 2000, p. 03).

É notório que os temas áreas protegidas, inclusão social e turismo têm se destacado, cada vez mais, nas agendas internacionais prioritárias de estratégias de conservação da biodiversidade integradas com as demandas de desenvolvimento, neste caso, turístico.

Profissional conhecida internacionalmente, **Marta Irving** possui formação interdisciplinar com graduação em Biologia e Psicologia, mestrado em oceanografia Biológica, doutorado em Oceanografia Biológica e pós-doutorado na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) de Paris, no Departamento de Ecologia e Gestão da Biodiversidade do Museu de História Natural de Paris e no Departamento Homens, Naturezas e Sociedades sobre a temática da gestão da biodiversidade e inclusão social. Ela é professora associada II e pesquisadora do Programa EICOS de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



Figura 12.1: Marta Irving e alguns integrantes do GAPIS, participando do V Seminário Brasileiro de Áreas Protegidas e Inclusão Social, na Universidade Federal do Amazonas, 2011.

Para o Brasil, essa questão representa prioridade estratégica, não apenas considerando o país como uma potência econômica emergente, mas também por sua importância no âmbito da sociobiodiversidade global. Ainda assim, e apesar do reconhecimento global da importância crescente com relação à formalização e/ou consolidação de políticas de proteção da natureza, são inúmeros os desafios enfrentados pelo país para a efetivação de iniciativas com este objetivo. Mas, então devemos perguntar: por que isso ainda assim acontece?

Irving, Giuliani e Loureiro (2008) explicam que as dificuldades e desafios nesse processo são em função da cisão histórica entre sociedade e natureza, que caracteriza ainda o pensamento dominante da sociedade contemporânea, legado de uma perspectiva pós-industrial e moderna, na qual a “natureza humana” se desvincula da “natureza naturada”. A discussão sobre a cisão histórica entre sociedade e natureza pode ser melhor revisada na Aula 8 da disciplina Hospitalidade.



As áreas protegidas se tornaram tão importantes, que, em 2008, ocupavam 12% da superfície terrestre mundial. No Brasil, as áreas protegidas cobriam mais de 10% da superfície terrestre nacional. E as de bioma Amazônico englobavam mais de 15% de sua área total, como também são as maiores áreas protegidas em extensão territorial (MORAES, 2009).

Assim, refletir sobre uma possível relação entre proteção da natureza e inclusão social, requer, segundo Irving, Giuliani e Loureiro (2008), “um exercício de desconstrução de mitos históricos, consolidados na sociedade contemporânea, a partir de um olhar fragmentado e distorcido sobre a relação sociedade e natureza”.



A obra *Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados*, organizada por Marta de Azevedo Irving (2006), é indicada para quem quer se aprofundar nas questões de inclusão social em áreas protegidas e contribuir para a construção democrática de políticas públicas.

Diante desse exercício desafiador, podemos observar, conforme Irving (2010), uma importante mudança gradual de foco em políticas públicas nacionais e internacionais, sobretudo nas Conferências das Partes (COPs) da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), que passam a considerar, cada vez mais, o compromisso de repartição justa dos benefícios decorrentes do uso da biodiversidade e os aspectos sociais vinculados à conservação da natureza.

Da mesma forma, a perspectiva de turismo qualificado como “sustentável” e suas interfaces com os processos de proteção da natureza, passa a ser progressivamente incorporado nas diretrizes da Organização Mundial de Turismo (OMT), nos últimos anos, através do Código Mundial de Ética para o Turismo, da Agenda 21 do Turismo (IRVING, 2002) e demais documentos oficiais, norteadores para a ação internacional.



Dê uma busca na internet e faça a leitura do Código Mundial de Ética para o Turismo e a Agenda 21 do Turismo para você verificar e interpretar, na íntegra, as diretrizes da OMT voltadas para a proteção da natureza. Vale apenas conferir!

Quanto aos avanços no plano brasileiro, podemos destacar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei 9.985/2000), que define a obrigatoriedade de participação da

sociedade nas decisões sobre a gestão de Unidades de Conservação. Além do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, que reafirma diretamente o compromisso de inclusão social nas políticas públicas de proteção da natureza. Estas políticas tendem a reiterar os direitos do cidadão e os desafios de participação social na gestão do patrimônio natural (IRVING, 2010).



A respeito das políticas públicas de proteção da natureza e de turismo do governo brasileiro, você pode revisá-las nas Aulas 12 e 13, da disciplina Políticas Públicas de Turismo.



Figura 12.2: O Conselho Consultivo do Parque Nacional do Itatiaia, composto por 30 instituições divididas paritariamente entre públicas e privadas, foi renovado recentemente e contou com um processo de capacitação de seus conselheiros em gestão participativa.

Fonte: http://www4.icmbio.gov.br/parna_itatiaia/

Assim, o processo de entendimento e análise crítica destas políticas representa um passo fundamental para o desenho de estratégias de conservação da biodiversidade, e também de políticas de desenvolvimento que incidem em sua área de influência, como as de turismo.

Sendo assim, o turismo tende a emergir como importante atividade alternativa que fomenta a construção intersetorial de políticas públicas de proteção da natureza, desenvolvimento e inclusão social, no espaço geográfico representado pelas áreas protegidas.

Mas, precisamos nos atentar que, na história das políticas públicas de turismo no país, estratégias e ações são ainda desarticuladas e desintegradas dos demais setores governamentais, impedindo que seu desempenho alcance as expectativas voltadas para o desenvolvimento do turismo contemporâneo (SANCHO; IRVING, 2010).



Embora seja evidente um avanço destes compromissos nas políticas públicas de turismo traçadas na década de 2000, principalmente quando se considera o Plano Nacional de Turismo 2007-2010, as ações públicas de fomento ao turismo tratam ainda o tema de forma simplificada e uniforme. Isso quer dizer que ignora a diversidade cultural e paisagística regional e difunde um turismo massificado, comprometendo as condições sociais, ambientais e culturais locais (SANCHO; IRVING, 2010).

Nesse caso, a concepção de turismo sustentável proposta pela OMT lança um desafio aos modelos de desenvolvimento adotados pelo setor, quando pressupõe, em seu planejamento, priorizar a conservação de recursos naturais, resgatar e valorizar recursos culturais e gerar benefícios diretos às populações receptoras, sob o compromisso da inclusão social.



Lembremos o conceito de turismo sustentável da Organização Mundial do Turismo – OMT, 1995:

ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a fragilidade que caracteriza muitas destinações turísticas.

Tais considerações evidenciam a necessidade de intensificarmos as discussões e reflexões sobre os modelos de desenvolvimento turístico em áreas protegidas, e a questão da inclusão social relacionada a esses espaços no processo de tomada de decisões.

Assim, vale retomarmos algumas questões importantes para desmistificarmos o binômio inclusão/exclusão.

Como já vimos nas aulas anteriores, no século XXI, um dos principais desafios enfrentados pelos países da América do Sul é o combate ao agravamento dos processos exclusivos e a busca por uma alternativa de desenvolvimento baseado em processos democráticos e includentes.

No cenário em que vivemos de expansão do capitalismo, o processo de globalização se apoia nesse modelo de desenvolvimento que é orientado essencialmente pela exploração de recursos naturais e aumento exponencial da geração de riquezas, além de buscar por novos mercados e intensificar o progresso tecnológico. Esses moldes geram certamente graves consequências, principalmente nos campos social e ambiental, resultando o agravamento do processo de exclusão social (SANCHO, 2007).



A temática da exclusão social pode ser compreendida a partir da interpretação das trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até ruptura de vínculos, em algumas dimensões e perspectivas da existência humana em sociedade: dimensão do trabalho, social, política, cultural e humana. Nesse sentido, os “excluídos”, além da dificuldade de integração à estrutura produtiva, também enfrentam diversos problemas para ajustes e engajamento no plano moral, social e participativo (SANCHO, 2007).

Nessa lógica, Sancho (2007) entende que as propostas para minimização dos processos exclusivos devem estar voltadas para a reivindicação de direitos sociais e políticos, já adquiridos pela sociedade. Tal direcionamento tende a contribuir, decisivamente,

para a concretização da noção da universalidade da condição de cidadania e de igualdade. Desse modo, a concepção de exclusão social, na atualidade, confronta-se diretamente com a de universalidade e com ela a dos direitos sociais e da cidadania. Nesse sentido, exclusão passa a ser negação da cidadania. A exclusão social impede, mesmo que temporariamente, um indivíduo de participar das relações sociais e da construção da sociedade, como um cidadão, com direitos e deveres (SANCHO, 2007).

Desse modo, podemos concordar com Sancho (2007), que indica a promoção de inclusão social estar diretamente ligada à formação de uma consciência crítica e cidadã na sociedade. O autor ainda complementa que esse processo de formação deve contemplar aspectos relacionados à educação, à ética, à solidariedade, à responsabilidade nas ações e ao compromisso com os direitos e interesses coletivos. Seguindo essa perspectiva, o cidadão terá grandes chances de passar a assumir um papel central e decisivo, ao lado do poder público, no processo de desenvolvimento.

Mas o que fazer para que isso aconteça? Para isso, Irving et al. (2008) dizem que é fundamental que sejam potencializadas ações político-institucionais de todos os setores da sociedade, pois assim, difundiria as práticas democráticas. Os autores alertam também a necessidade de institucionalização, no contexto das áreas protegidas, de uma cultura democrática, participativa e solidária. Além da ampliação dos canais de participação social para a implementação de políticas e ações efetivas, dirigidas às demandas de desenvolvimento das populações envolvidas e democratização dos processos de gestão da biodiversidade protegida.

Nesse caminho a ser percorrido, observamos que esta perspectiva ganha atenção crescente no mundo e, em particular, na América do Sul. Nesse movimento, um número cada vez maior de fóruns, publicações e políticas públicas vem mobilizando, nos últimos anos, diversos setores da sociedade, na tentativa de construir diretrizes e empreender experiências inovadoras com estes compromissos.

Seguindo essa perspectiva, a Rede Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social – TAPIS difunde alguns desafios emergentes para a concretização de um turismo em áreas protegidas com os compromissos de inclusão social (IRVING , 2008, p. 7):

- educação de turistas, empreendedores, gestores públicos e organizações não governamentais e populações localizadas em áreas protegidas;
- participação das populações locais nos processos de tomada de decisões;
- institucionalização de espaços de participação social na gestão da Natureza e planejamento turístico;
- desenvolvimento e avaliação de metodologias de gestão participativa de áreas protegidas, no sentido de construção de governança democrática;
- integração de políticas públicas de turismo, proteção da Natureza e ação social;
- aprofundamento de pesquisas relativas à avaliação da dinâmica social em áreas protegidas com potencial turístico.

Assim, o desenvolvimento do turismo em áreas protegidas com o compromisso de inclusão social representa um desafio sem precedentes para a América do Sul, considerando as tensões sociais a que, geralmente, a região está submetida. Diante dessa discussão, a Rede TAPIS ainda nos provoca para reflexão do tema, com os seguintes questionamentos (IRVING, 2008, p. 8):

- Como articular o planejamento do turismo aos instrumentos de gestão de áreas protegidas?
- Como assegurar que as populações locais se tornem protagonistas deste processo?
- De que modo desenvolver e avaliar metodologias e iniciativas de inclusão social relacionadas ao turismo em áreas protegidas?
- Que pesquisas, que políticas públicas e ações são necessárias para a promoção da inclusão social em áreas protegidas com potencial turístico?

Estas perguntas são muito interessantes para o contexto da nossa aula. Algumas respostas ainda estão sendo procuradas e outras estão em construção. Para contribuir com esse debate, são fundamentais as referências bibliográficas disponibilizadas nos anais resultantes dos SAPIS – Seminário Brasileiro de Áreas Protegidas e Inclusão Social (Edições 2005, 2006, 2007, 2009 e 2011). Este evento conta com o apoio e adesão de pesquisadores, programas de pós-graduação de instituições brasileiras e internacionais, estudantes, gestores, profissionais liberais das mais diferentes áreas do conhecimento. Pesquise os anais do SAPIS!



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Após você ter estudado esta seção, é importante que se atente aos principais pontos da temática abordada, para responder:

Por que é importante se discutir áreas protegidas e turismo sob o compromisso de inclusão social, na sociedade brasileira atual?

Resposta Comentada

Para realizar esta atividade, você precisa ter a clareza de que essa questão representa prioridade estratégica para o Brasil. Isso porque o país é considerado como uma potência econômica emergente e possui grande importância no âmbito da sociobiodiversidade global. E ainda, é reconhecido em todo o mundo pela formalização e/ou consolidação de políticas de proteção da natureza e é um dos destinos turísticos mais visitados em todo o mundo. No entanto, vimos que vários pesquisadores alertam que o país precisa urgentemente buscar por uma alternativa de desenvolvimento baseado em

processos democráticos e includentes, já que, contraditoriamente, se desenvolve em bases capitalistas geradoras e intensificadoras de exclusão social e miserabilidade da população.

Iniciativas de turismo em áreas protegidas sob o compromisso de inclusão social

Conferimos que o turismo dirigido às áreas naturais assume destaque nas estatísticas dos órgãos oficiais internacionais e nacionais. No caso do Brasil, esse quadro tende a aumentar progressivamente, se considerarmos que o país, nos próximos anos, será sede de importantes megaeventos, como a Copa do Mundo, em 2014 e os Jogos Olímpicos, em 2016.

Vejamos que o Ministério do Turismo estimou, em 2010, que os desembarques domésticos saltem dos 56 milhões, registrados em 2009, para 73 milhões, em 2014. Projetou também a geração de dois milhões de empregos formais e informais de 2010 a 2014. A entrada de divisas internacionais deverá crescer 55%, no mesmo período, subindo de R\$ 6,3 bilhões para R\$ 8,9 bilhões no ano de realização da Copa no país (BRASIL, 2010).

Acompanhando essa demanda, muitas experiências criativas e inovadoras têm se desenvolvido. No entanto, essas experiências ainda não são bem conhecidas no que se refere às ações planejadas e estratégicas, e aos desafios para a operacionalização de uma gestão democrática e participativa do turismo e sua inserção nas práticas de gestão de áreas protegidas.

Com foco no aumento do fluxo turístico em 2014, nas 12 cidades-sede da Copa (Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) foram selecionadas, pelos Ministérios do Turismo e do Meio Ambiente, Unidades de Conservação (UCs) federais como destinos naturais protegidos receptores dos futuros visitantes. As 26 UCs federais escolhidas (representativas de sete biomas brasileiros e das tipologias proteção integral e

uso sustentável) receberam o título de Parques da Copa e são administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO.



O Projeto Parques da Copa é uma parceria do ICMBio com os Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo e a Embratur para garantir estrutura adequada para receber os visitantes em 27 Unidades de Conservação próximas às cidades sede e que possuem grande apelo turístico. Os critérios de seleção dos Parques foram:

1. Parques em perímetro urbano das cidades-sede.
2. Situados em destinos turísticos consolidados.
3. Parques com maior viabilidade para concessão.
4. Parques com obras que têm recursos empenhados.
5. Ao menos um Parque por cidade-sede.
6. Tempo e estrutura de acesso.

O projeto inclui também o fortalecimento das estruturas de apoio fora dos parques, como meios de hospedagem e alimentação e vias de acesso. A Embratur será responsável pela promoção destes destinos internacionalmente. As unidades contempladas deverão contar, no mínimo, com as seguintes estruturas até 2014: portal de acesso, centro de visitantes com exposição interpretativa, sinalização bilíngue e ao menos um atrativo acessível ao grande público, com estruturas de apoio e equipamentos facilitadores.

No entanto, a realidade turística nas UCs brasileiras e em suas áreas de influências (municípios e região) é bastante preocupante. A estruturação dos Parques da Copa tem que estar em sintonia com as demandas locais a respeito da implementação de infraestrutura de apoio ao turismo e com a promoção turística destas áreas. O Programa de Turismo para os Parques do Ministério do Meio Ambiente, instituído em 2008, adverte, dentre outros, para o atendimento adequado da demanda turística em áreas protegidas, ser imprescindível o desenvolvimento das seguintes ações:

- Fortalecer a equipe responsável pelas atividades de visitação e turismo, através da qualificação e aperfeiçoamento

mento profissional voltada para a melhoria da oferta dos serviços prestados aos turistas (transporte, alimentação, hospedagem e entretenimento);

- Assegurar a implementação de infraestrutura mínima nas UCs: sede administrativa, portaria, centro de visitantes, sinalização e trilhas de acesso aos principais atrativos;
- Estruturar os municípios com infraestrutura mínima, considerando o menor impacto ambiental e a adoção de tecnologias alternativas;
- Assegurar recurso financeiro de fonte orçamentária compatível com as demandas para a implementação das UCs;
- Estabelecer parcerias com a iniciativa privada e sociedade civil para a gestão sustentável dos roteiros turísticos que envolvem as UCs;
- Fortalecer a capacidade das comunidades locais para sua participação no desenvolvimento do turismo.



Figura 12.3: Parque Nacional da Tijuca.

Fonte: www.icmbio.gov.br

Para contribuir no alcance dessas ações, entendemos que o turismo, se planejado em bases sustentáveis, pode potencialmente contribuir para a conservação da biodiversidade, uma vez que a área protegida passa a ser interpretada como patrimônio natural de valor coletivo, o que tende a motivar a permanência dos turistas no local, por maiores períodos e com maior responsabilidade. No entanto, o fluxo turístico intenso e não planejado pode colocar em risco *habitats* e espécies da fauna e flora (IRVING, 2008).

É importante também considerar que, dependendo da forma como o turismo se desenvolve, a economia local e regional expande-se, o que pode contribuir para a geração de emprego e renda e a valorização de empreendimentos locais. Mas, neste balanço, deve haver um questionamento sobre quem ganha e quem perde efetivamente com a dinamização da economia gerada pelo turismo (IRVING et al., 2008).

Tais considerações de Irving (2008) evidenciam a necessidade de se intensificar discussões e ações sobre os modelos de desenvolvimento turístico em áreas protegidas, considerando a questão da inclusão social.

Dentro desse contexto, podemos incluir também o conceito de turismo inclusivo, que estudamos na Aula 4. Lembramos que esse conceito assinala o processo de inclusão pelo turismo ser possível através da afirmação da identidade local, da geração de trabalho e renda e de ações educativas de valorização do patrimônio ambiental e cultural. Nessa perspectiva, os empreendimentos turísticos inclusivos devem considerar as necessidades locais e promover o encontro entre visitados e visitantes (IVT/LTDS/COPPE/UFRJ).

Relacionando o conceito de turismo inclusivo com as áreas protegidas do Brasil, podemos destacar que, dentre as categorias de uso sustentável previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a Reserva Extrativista (RESEX), por envolver as populações tradicionais e fazer o uso racional

dos recursos naturais, representa um grande diferencial para o turismo, pois esses aspectos constituem seu principal atrativo. Além de seus objetivos, a RESEX também se tornou significativa pelo seu processo de criação, originado da luta dos seringueiros liderados por Chico Mendes pela manutenção dos seringais como forma de sobrevivência, sendo sem dúvida, exemplo de defesa e reforço de modos de vida ameaçados. Assim, essas áreas podem contribuir para a manutenção de exemplos dinâmicos de relação harmoniosa entre homem e natureza para as sociedades urbano-industriais, porém conhecemos pouco sobre esses sistemas (MORAES, 2006).

É importante ressaltar que, a integração dessas populações na gestão dos recursos naturais tem se mostrado não apenas como um componente facilitador da gestão, mas também como uma estratégia de distribuição dos benefícios de forma socialmente mais justa. Assim, o turismo surge como uma possibilidade de complementar a renda dessas populações, além de fortalecer sua cultura que figura como um dos principais atrativos. Sendo assim, o envolvimento e a inclusão dos moradores são fundamentais para um turismo local planejado (MORAES, 2006).

Na maioria das áreas turísticas com influência de áreas protegidas, grande parte da população local participa de organização de bairro, religiosa, de conselho de turismo, associação hoteleira e outras, que discutem o turismo no local. Neste sentido, a participação comunitária deve acontecer a partir de um processo de gestão democrática e descentralizada das áreas protegidas. Isso permite que os conflitos sejam resolvidos e que os sujeitos possam construir um senso comum de maneira participativa, a fim de contribuir para o desenvolvimento local (IRVING et al., 1999 *apud* MORAES, 2006).



Figura 12.4: Reunião com os moradores do Núcleo do Cazumbá da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema/Acre (2009).



Outro acervo de referências bibliográficas e documentais, para apoiar sua reflexão e promover o compartilhamento de informações sobre a temática do turismo em áreas protegidas em suas interfaces sociais, pode ser encontrado nos anais das edições do Encontro Nacional de Ecoturismo em Unidades de Conservação (ECOUC), do Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL) e do Caderno Virtual de Turismo (CVT/IVT). Abuse na pesquisa!

Conclusão

No Brasil, país de megadiversidade biológica, o planejamento do turismo em áreas protegidas, na perspectiva de inclusão social, representa um dos principais desafios estratégicos atuais, principalmente considerando os desafios que o país precisará enfrentar, nos próximos anos, como sede de importantes megaeventos.

Qualquer projeto de gestão em áreas protegidas, inclusive o de turismo, deve levar em conta as necessidades de grupos sociais no seu entorno. É preciso que haja permanente relação dialógica democrática, principalmente com os grupos que se encontram em situação de pobreza, vulnerabilidade e discriminação. Sendo assim, o que parece fundamental não é o discurso, mas sim a investigação das causas do processo que leva os grupos humanos as situações de exclusão ou de inclusão ilusória.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Visite o site <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitaao/copa-2014> e escolha um Parque da Copa do estado do Rio de Janeiro, que lhe atraia mais. Depois disso, imagine que você tenha acabado de se formar e foi contratado como consultor júnior pela Associação dos Moradores do Parque. A contratante quer saber como o turismo pode ser desenvolvido de maneira a contribuir para a inclusão social e para a conservação da biodiversidade da área protegida foco do trabalho.

O que você proporia? Desenvolva sua atividade com base em argumentos debatidos na aula.

Resposta Comentada

Ao visitar o site indicado, você saberá que os Parques da Copa do estado do Rio de Janeiro são: Parque Nacional da Tijuca, Parque Nacional Serra dos Órgãos, Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo. Inicialmente, para propor algo de turismo sob o compromisso de inclusão social, você deverá pesquisar as possibilidades de uso público nessas áreas. Se for a Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, esta unidade

permite, legalmente, o uso racional dos recursos naturais renováveis, potencializando o desenvolvimento de atividades educativas, recreativas e de turismo, envolvendo os moradores locais e também os turistas, sob o compromisso da responsabilidade, solidariedade e cidadania na experiência vivida no local.

Resumo

Nesta aula, com base em pesquisas do GAPIS – Grupo Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social, vimos que ainda existem muitas dificuldades e desafios no processo de inclusão social em áreas protegidas em função do pensamento dominante da sociedade contemporânea de cisão histórica entre sociedade e natureza. Em um exercício de desmistificação dos olhares fragmentado e distorcido sobre essa relação, foi destacada a mudança gradual de foco em políticas públicas nacionais e internacionais, que passam a considerar, cada vez mais, o compromisso de repartição justa dos benefícios decorrentes do uso da biodiversidade e os aspectos sociais vinculados à conservação da natureza. Por isso, alertamos sobre a necessidade de ampliação dos canais de participação social, para a implementação de políticas e ações efetivas dirigidas às demandas de desenvolvimento das populações envolvidas e democratização dos processos de gestão da biodiversidade protegida. Além disso, vimos que o turismo, nesse campo de debate, tende a emergir como importante atividade alternativa que fomenta a construção intersetorial de políticas públicas de proteção da natureza, desenvolvimento e inclusão social, nas áreas protegidas. Em sequência, exemplificamos o turismo em áreas protegidas em uma perspectiva de inclusão social, através do Projeto Parques da Copa, recente iniciativa do Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Ministério do Turismo e Embratur. E também destacamos a Reserva Extrativista como área protegida genuinamente brasileira que possui forte potencial de desenvolvimento de projetos de turismo inclusivo. Para tanto, vimos que o país ainda enfrenta diversos desafios nessa frente e por isso é importante o diálogo com a população local e sua inserção em projetos, garantindo que receba os benefícios gerados pelas atividades produtivas na área protegida e seja sua cogestora.

13

Populações tradicionais: um enfoque socioambiental, inclusivo e turístico

Edilaine Albertino de Moraes

Meta da aula

Apresentar a problemática da inclusão social relacionada às populações denominadas tradicionais, considerando as dificuldades e as ambi-guidades de conceituação, suas variadas classificações em território brasileiro, as políticas públicas que lhe favorecem e as possibilidades e os desafios de desenvolvimento do turismo em seus territórios.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1** relacionar argumentos e propostas conceituais sobre populações tradicionais;
- 2** identificar as classificações das populações tradicionais no Brasil;
- 3** apontar as políticas públicas nacionais voltadas para essas populações;
- 4** apresentar possibilidades e desafios de inclusão dessas populações no desenvolvimento do turismo.

Pré-requisito

Para um melhor desempenho nesta aula, apoie-se, sobretudo, na Aula 12, para continuar os estudos de fundamentação sobre a inserção de populações menos favorecidas pelo sistema nos processos de tomada de decisão de ações, projetos e políticas públicas voltadas para as demandas de desenvolvimento local.

Introdução

Atualmente, vemos cada vez mais, a necessidade de buscarmos alternativas à globalização neoliberal e ao capitalismo global, produzidas pelos movimentos sociais e pelas organizações da sociedade civil na sua luta contra a exclusão e a discriminação em diferentes domínios sociais e em diferentes países. Isso nos leva a pensar que papel assumem as iniciativas que surgem de baixo, suas influências, possibilidades e limites no processo alternativo à globalização do capital. Contudo, alguns estudos revelam que os conflitos entre a globalização neoliberal hegemônica e a globalização contra-hegemônica são mais intensos nos países semiperiféricos. Porém, é nestes países que identificamos iniciativas, movimentos e experiências associadas à democracia participativa, aos sistemas de produção alternativos e economia solidária; ao multiculturalismo, aos direitos coletivos, ao pluralismo jurídico e à cidadania cultural; às alternativas de proteção da biodiversidade e diversidade epistêmica do mundo e etc. (SANTOS, 2006).

Nesse contexto de transformações contemporâneas e de busca por alternativas em nosso planeta, muitos pesquisadores chamam a atenção global para a importância e o reconhecimento de populações tradicionais nas estratégias de conservação da biodiversidade e de manutenção de serviços ambientais. As populações tradicionais se tornam, então, protagonistas nesse cenário, uma vez que têm seu modo de vida baseado em um modelo de ocupação do espaço e de uso dos recursos naturais voltados, principalmente, para sua subsistência e para o uso de tecnologias de baixo impacto, geradas e transmitidas pela tradição local (DIEGUES, 2000).

Mesmo assim, essas populações sofrem severos impactos de exclusão e invisibilidade social. Esses impactos são também relacionados às transformações decorrentes do fenômeno turístico contemporâneo. Isso porque esse tem sido desenvolvido dissociado de estratégias de planejamento centradas em uma discussão ética sobre sustentabilidade, colocando em risco, frequentemente, a proteção do patrimônio cultural e natural de regiões e grupos de base local. Isto

demonstra que pesquisas que envolvem populações tradicionais e alternativas possíveis para o desenvolvimento local, associadas às áreas protegidas (como o turismo), são essenciais no contexto atual de políticas públicas socioambientais, nas quais são discutidas alternativas sustentáveis para a subsistência dessas populações (MORAES, 2009). Essa demanda é ainda mais urgente na realidade brasileira, que, além de apresentar uma das maiores taxas de diversidade biológica do planeta, domina grande diversidade cultural.

É no sentido de contribuir para esta reflexão que esta aula passa a discutir, conceitualmente, as populações denominadas tradicionais. Além disso, as leituras e reflexões feitas sobre populações tradicionais apoiarão nossos estudos sobre as variadas classificações em território brasileiro, as políticas públicas que lhe favorecem e as possibilidades e os desafios de inclusão desses grupos na cadeia produtiva do turismo. Vamos, então, refletir sobre possíveis respostas, criar novas perguntas e construir conhecimentos, ainda que preliminares. Boa conversa a todos nós!

Populações tradicionais e suas questões conceituais

*Somos seres de relação: o ser humano
surge para o encontro consigo mesmo,
com o outro e com a natureza.*
(BOFF, 1995)

Vimos na Aula 12 que, atualmente, há uma maior visibilidade social das populações tradicionais que vivem em áreas naturais protegidas. Mas nem sempre foi assim. Lembramos que, durante muito tempo, a expansão de áreas destinadas exclusivamente à proteção da natureza intocada, sobretudo para os países do terceiro mundo, causou um efeito devastador sobre as populações tradicionais de extrativistas, pescadores e índios. No século XX, em alguns estados brasileiros, essas populações começaram a se organizar em associações e reivindicar, às autoridades dos órgãos ambientais competentes, seus direitos ao território ancestral e à manutenção de seus hábitos e costumes tradicionais.

Nesse contexto, as unidades de conservação categorizadas como: Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional, instituídas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC – Lei 9.985/2000), se destacam por envolver as populações extrativistas tradicionais, compatibilizar a conservação por meio da utilização racional dos recursos naturais e proteger os meios de vida e a cultura destas, favorecendo a permanência dessas populações nessas áreas.



A Reserva Extrativista (RESEX) tornou-se significativa no processo de criação, tendo se originado da luta dos seringueiros liderados por Chico Mendes pela manutenção dos seringais como forma de sobrevivência e ganhou grande visibilidade social na década de 1980, sendo o Movimento Nacional dos Seringueiros o mais conhecido, nacional e internacionalmente, entre os movimentos socioambientais contra a grande destruição da floresta amazônica.

O antropólogo Antônio Carlos Diegues (2004) salienta que conhecemos muito pouco sobre essas relações entre o homem e a natureza, e que a chave para o entendimento das atividades sustentáveis em ambientes frágeis começa com as populações tradicionais. Seu conhecimento é valioso para o futuro do ambiente da terra e dos povos. No entanto, o autor alerta que nunca conheceremos esses ambientes se os povos que os desenvolveram continuarem a ser destruídos ou impedidos de viverem de seu modo tradicional.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a integração das populações locais na gestão dos recursos naturais tem se mostrado não apenas como um componente facilitador da gestão, mas também como uma estratégia de distribuição dos benefícios de forma socialmente mais justa.



A União Internacional de Conservação da Natureza (IUCN) publicou, em 2008, o livro *Pobreza y Conservación: Paisajes, Pueblos y Poder*, no qual se analisa e discute como a conservação da natureza e as ações de desenvolvimento podem contribuir, juntos, para a redução da pobreza e a justiça social no mundo. Neste documento, é enfatizada a importância de encontrar mecanismos econômicos que assegurem uma relação harmoniosa entre conservação e desenvolvimento, de forma a garantir um futuro sustentável. Vale a pena conferir!

Assim, convém lembrar que a percepção contemporânea de populações tradicionais é resultante da preocupação que a humanidade passou a ter com o meio ambiente nos últimos quarenta anos. A análise da destruição e da conservação dos recursos naturais permitiu que a sociedade percebesse a existência de populações capazes de utilizar e, ao mesmo tempo, conservar tais recursos. Estes grupos humanos passaram a ser denominados “populações tradicionais” (BRASIL, 2006). Atualmente, até mesmo os segmentos sociais mais radicais em relação à presença humana nas áreas protegidas estão reconhecendo a importância das populações tradicionais como as melhores aliadas na ação pela manutenção da biodiversidade.

Visando ao fortalecimento dessas populações, foi criado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 1992, o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), com o objetivo principal de promover o desenvolvimento econômico, buscando a melhoria da qualidade de vida dessas populações, com base na sustentabilidade, na cultura e nos conhecimentos por elas acumulados (BRASIL, 2006).

Mas, afinal, como podemos definir populações tradicionais? Existe um conceito uniforme e que sirva de referência para esse termo? Quem está se empenhando nessa construção teórico-conceitual? Onde podemos encontrar maiores informações sobre essa questão? Algumas respostas estão em curso e serão apresentadas adiante.

O **Nupaub** é um centro interdisciplinar de pesquisa ligado à Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo que foi criado em 1988 para estudar as relações entre populações humanas e áreas periodicamente inundáveis do Brasil e hoje é reconhecido internacionalmente pelo rico acervo de acesso permitido. Seu escopo atual de atuação é direcionado para desenvolver e divulgar projetos de pesquisas interdisciplinares que visam estudar e conservar a diversidade biológica e cultural nos ecossistemas de áreas úmidas brasileiras; estabelecer e manter centro de documentação e um sistema de informação em nível nacional; promover cursos, encontros e conferências; manter intercâmbio com entidades nacionais e internacionais; subsidiar técnica e cientificamente os movimentos sociais na busca de melhorias das condições de vida de comunidades locais. Suas áreas prioritárias de pesquisa são:

1. diversidade biológica e cultural em áreas inundáveis costeiras e continentais;
2. produção e reprodução de comunidades humanas tradicionais;
3. conflitos entre comunidades humanas e Áreas Naturais Protegidas;
4. estratégias para uso sustentável de recursos naturais.

Acesse <http://www.usp.br/nupaub/>.

O conceito de populações tradicionais apresenta algumas ambiguidades e dificuldades teóricas. Normalmente, identificamos em leituras os termos populações, povos, comunidades, grupos, sociedades tradicionais.

Para compreendermos melhor essa noção, é imprescindível visitarmos as pesquisas do **Nupaub** – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, da Universidade de São Paulo, coordenado pelo Professor Antônio Carlos Diegues, grande referência para esta aula.

Diegues et al. (2000) explicam que, no Brasil, utilizamos com maior frequência o termo “população indígena” significando “etnia”, ou seja, povos que guardam uma continuidade histórica e cultural desde antes da conquista europeia da América. O estabelecimento de áreas indígenas no Brasil reconhece o direito histórico das populações indígenas a seus territórios. Desse modo, há uma distinção mais clara entre as populações indígenas e as não indígenas, baseadas no conceito de etnia e no reconhecimento de uma continuidade sociocultural, histórica e identitária dos modos de vida indígenas. Portanto, não confunda população indígena com tradicional. Por outro lado, esse reconhecimento coexiste com um intenso debate a respeito do significado dos termos “populações nativas”, “tribais”, “indígenas” e “tradicionais” aplicáveis mundialmente.

De acordo com o estudo “Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil”, realizado por Diegues et al. (2000), o termo povos tradicionais se aplica àqueles que vivem em áreas geográficas particulares que demonstram as seguintes características comumente aceitas:

- a) ligação intensa com os territórios ancestrais;
- b) autoidentificação e identificação pelos outros como grupos culturais distintos;
- c) linguagem própria, muitas vezes não a nacional;
- d) presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais;

- e) sistemas de produção principalmente voltados para a subsistência.

As ciências sociais abordam os povos tradicionais como “camponeses”, sendo englobados nas “sociedades parciais”, inseridas dentro de uma sociedade mais ampla, em que as cidades exercem um papel fundamental (FOSTER, 1971 *apud* DIEGUES et al., 2000).

Na perspectiva marxista, as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente ao lucro, mas à reprodução cultural e social, como também a percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e à dependência de seus ciclos (DIEGUES et al., 2000).

Um elemento importante na relação entre esses povos e a natureza é sua relação com o território em que habita, considerado por Diegues (et al., 2000) como uma porção da natureza e o espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais existentes que ele deseja ou é capaz de utilizar. O território dessas sociedades, distinto das sociedades urbanas industriais, é descontínuo, marcado por vazios aparentes que são usados para a pesca somente em algumas estações do ano, áreas de coleta, de caça, entre outras, e tem levado autoridades da proteção da natureza a declará-lo parte de áreas protegidas, o que resulta, muitas vezes, em parte dos conflitos socioambientais existentes nessas áreas (DIEGUES, 2002).



As pesquisas realizadas pelo Nupaub mostram que, em 39% do conjunto das unidades de conservação dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná, existem moradores. No Rio de Janeiro, cerca de 73% tem moradores em seu interior. No estado de São Paulo, em cerca de 37,5% dos parques, existe ocupação humana, tradicional ou não. A pesquisa indica também que 88% do entorno das Unidades de Conservação pesquisadas são ocupadas por populações tradicionais (49%) e não tradicionais (39%) que, de alguma forma, se relacionam com estas unidades (DIEGUES et al. 2000).

Na conjuntura da cultura tradicional, um aspecto relevante na sua definição é a existência de sistema de manejo dos recursos naturais, partindo do uso racional da flora e da fauna. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição de várias gerações, por intermédio de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentável dos recursos naturais. Nesse sentido, é importante analisar as representações de como esses povos constroem o modo de vida e desenvolvem o sistema de manejo (DIEGUES, 2002).

Com base nas considerações anteriores, Diegues (2002, p. 88) caracteriza então, esse grupo social:

- a) pela dependência da relação de simbiose entre natureza, ciclos naturais e recursos naturais renováveis com os quais constrói o modo de vida;
- b) pelo conhecimento profundo da natureza e de seus ciclos, que reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais;
- c) pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) pela moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;

- e) pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) pela reduzida acumulação de capital;
- g) pela importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas;
- i) pela utilização de mínimo impacto sobre os recursos naturais. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam o processo de trabalho até o produto final;
- j) pelo fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- k) pela autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.



As práticas e os conhecimentos ecológicos dos povos indígenas e não indígenas da Amazônia brasileira podem ser acessadas na “Enciclopédia da floresta”, organizada pelos antropólogos Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Barbosa de Almeida. Seus organizadores explicam que – em virtude da ausência de um regime legal de proteção aos referidos conhecimentos tradicionais, que impeça sua apropriação e utilização indevidas por terceiros, sem a repartição de eventuais benefícios econômicos com os detentores de tais conhecimentos – decidiram suprimir dessa publicação tudo aquilo que poderia ser passível de interesse comercial para a indústria farmacêutica, como sementes, corantes e defensivos agrícolas. Fazem, entretanto, preciosa análise dos conhecimentos que índios e seringueiros desenvolveram sobre a floresta. Leitura imperdível! Um dos melhores trabalhos sobre a sociobiodiversidade amazônica!

Assim, o referido trabalho de Diegues et al. (2000, p. 22) constrói a noção de “sociedades tradicionais” que denomina grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo uso sustentável dos recursos naturais.

Podemos identificar como parte do grupo brasileiro de povos tradicionais, as comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros tradicionais as comunidades quilombolas, as comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas etc. Exemplos de populações não tradicionais são os fazendeiros, veranistas, comerciantes, servidores públicos, empresários, empregados, donos de empresas de beneficiamento de palmito ou outros recursos, madeireiros e outros (DIEGUES et al., 2000). O autor enfatiza que um dos critérios mais importantes para a definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular. Estes esquemas culturais dotados de grande permanência são engendrados historicamente em um meio natural e social, constituindo-se em princípios orientadores das práticas sociais, produzindo hábitos.



Segundo Diegues et al. (2000, p. 65):

Caiçara: comunidades formadas pela mescla da contribuição étnica, cultural dos indígenas, dos colonizadores portugueses e, em menor grau, dos escravos africanos. Sua forma de vida se baseia em atividades de agricultura itinerante, da pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato. Elas são encontradas, principalmente, nas áreas costeiras dos atuais estados do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Paraná e no norte de Santa Catarina.

Jangadeiros: habitam a faixa costeira situada entre o Ceará e o sul da Bahia e pescam com jangadas, que é uma embarcação que utiliza vela e leme para a pesca em alto-mar, sendo fruto de várias adaptações introduzidas pelos europeus e pelos africanos.

Os jangadeiros demonstram um grande conhecimento da diversidade das espécies de pescado que capturam, conhecendo a sazonalidade, os hábitos migratórios e alimentares de um grande número de peixes, sobretudo os de fundo.

Caipiras: são, hoje, em grande parte, sitiantes, meeiros e parceiros que sobrevivem precariamente em nichos entre as monoculturas do Sudeste e do Centro-Oeste, em pequenas propriedades em que desenvolvem atividades agrícolas e de pequena pecuária, cuja produção se dirige para a subsistência familiar e para o mercado.

Açorianos: são descendentes dos imigrantes açorianos e também dos madeirenses e portugueses continentais, que se estabeleceram no litoral catarinense e rio-grandense a partir de meados do século XVIII, guardando traços culturais próprios, fruto da miscigenação com negros e índios. Esses colonos eram agricultores e pescadores em seus lugares de origem e, quando se fixaram no litoral sul do Brasil, também passaram a combinar a agricultura com a pesca.

Varjeiros ou varzeiros (ribeirinhos não amazônicos): populações tradicionais que vivem às margens de rios e várzeas, sobretudo às margens do rio São Francisco. Essa denominação é também aplicada a ribeirinhos e caboclos de outros rios, como o Paraná. Seu modo de vida combina as atividades agrícolas (principalmente o plantio do arroz), extrativistas da mata (de onde retira mel, ervas medicinais e madeira para as célebres canoas – ubás – e barcas, movidas a remo e a vela) e também as atividades de pesca, pecuária e cerâmica.

Quilombolas: descendentes dos escravos negros que sobrevivem em enclaves comunitários, muitas vezes antigas fazendas deixadas pelos antigos grandes proprietários. Apesar de existirem, sobretudo após o fim da escravidão, no final do século XIX, sua visibilidade social é recente, fruto da luta pela terra, da qual, em geral, não possuem escritura. A Constituição de 1988 garantiu seu direito sobre a terra em que vivem, em geral de atividades vinculadas à pequena agricultura, ao artesanato, ao extrativismo e à pesca, segundo as várias regiões em que se situam.

Pescadores: estão espalhados pelo litoral, pelos rios e lagos e têm um modo de vida baseado principalmente na pesca, ainda que exerçam outras atividades econômicas complementares, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. Apesar de poderem, sob alguns aspectos, ser considerados uma categoria ocupacional, os pescadores, particularmente os chamados artesanais, apresentam um modo de vida particular, sobretudo aqueles que vivem das atividades pesqueiras marítimas. Frequentemente, mesmo alguns grupos como os jangadeiros e praiheiros identificam-se primordialmente como pescadores. Alguns deles, mesmo vivendo em espaços e lugares definidos neste trabalho como os de jangadeiros e caiçaras, são classificados como pescadores.

Sitiantes: populações que, apesar de basearem seu estilo de vida na agricultura, desempenham também outras atividades complementares, como a pesca, o artesanato, o trabalho assalariado. Podem ser considerados pequenos produtores rurais, morando em pequenas propriedades rurais – os sítios –, nos interstícios das grandes propriedades ou em bairros rurais. Em algumas regiões eles se confundem com os caipiras ou caboclos.

Populações tradicionais extrativistas: consideram os seringueiros, castanheiros, caboclos e ribeirinhos, pois eles apresentam um modo de vida semelhante. No entanto, existem diferenças entre elas, na medida em que os ribeirinhos vivem nas várzeas e beiras de rio, dependendo fundamentalmente da pesca. Muitos dos seringueiros e castanheiros vivem à beira de rios, igapós e igarapés, mas outros vivem em terra firme, dependendo menos das atividades pesqueiras.



Figura 13.1: Localização de incidência de algumas populações tradicionais no mapa do Brasil.

Fonte: http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/saberes.pdf

Assim, os estudos pela construção identitária dos povos tradicionais é fato recente no campo acadêmico e plano do autorreconhecimento dessas populações como portadoras de uma cultura e um modo de vida diferenciados de outras populações. Esse autorreconhecimento é frequentemente uma identidade construída

como resultado, em parte, de processos de contato cada vez mais conflituosos com a sociedade urbano-industrial e com as formulações político-ideológicas criadas por esta (DIEGUES, 2000).

No contexto sociopolítico em que esses povos estão inseridos, essa caracterização é a que tem, muitas vezes, legitimado uma identidade e fundamentado, no plano das relações políticas, a reivindicação por direitos territoriais e culturais, o que veremos a seguir.



Atividade

Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Depois de conhecermos os argumentos e as propostas conceituais sobre o termo populações tradicionais, identificamos as classificações diversas em território nacional. Com este embasamento, identifique em sua região de moradia no estado do Rio de Janeiro, casos de grupos, comunidades ou populações que podem ser consideradas tradicionais e justifique sua escolha.

Resposta Comentada

Se você mora na região da Costa Verde, por exemplo, será muito provável encontrar remanescentes quilombolas, caiçaras e outros. Caso seja na região da Costa do Sol, possivelmente encontrará pescadores. Já na região das Agulhas Negras, podemos encontrar caiçaras, sitiantes, e outros. E, na região metropolitana, encontramos pescadores, quilombolas. Para justificar seus argumentos, apoie-se na caracterização de cada classificação de população tradicional defendida por Diegues.

Contexto político socioambiental das populações tradicionais

Por muito tempo, essas populações foram consideradas invisíveis e indesejadas pelo poder público federal, que permanecia, categoricamente, preso às concepções ambientais tecnicistas e inadequadas, intrínsecas do padrão vigente.

A Constituição brasileira de 1988, assim como a de vários países de formação pluriétnica, reconheceu o direito à diferença cultural e estipulou como “direitos coletivos” o direito a seu território tradicional, à sociodiversidade, ao patrimônio cultural, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à biodiversidade. Entretanto, o “tradicional” sempre foi visto como formas carentes, arcaicas, primitivas, pré-modernas, e são situadas em um momento anterior do desenvolvimento histórico da humanidade, o que, no imaginário da modernização, enfatiza sua inferioridade (DIEGUES et al., 2000).

É emblemático nesse campo de debate o exemplo da Amazônia na década de 1960, quando o governo teve como objetivo a modernização da região, pautando-se na implantação de “grandes projetos”, em que via as populações e seus modos de vida tradicionais como obstáculos ao desenvolvimento. Essa visão era fruto dos efeitos da modernização ocidental capitalista ortodoxa sobre todas as culturas e povos, mas a não adequação do tradicional amazônico ao sistema regente capitalista era clara. Por isso, o tradicional estava fadado a desaparecer. A história de violência e subalternização que a modernidade trouxe para a Amazônia pelo avanço da fronteira demográfica e econômica passa a ser questionada a partir do final dos anos 1980. Isso se deve ao aumento e fortalecimento da organização da sociedade civil, em especial, dos movimentos sociais que buscam a afirmação das territorialidades e das identidades dos povos tradicionais.



Podemos encontrar um vídeo histórico (1990) da conferência “Por um planeta solidário” com o professor Antonio Carlos Diegues falando sobre o pantanal, no link: <http://www.youtube.com/watch?v=gIMMWitmNRY>. Ele chama a atenção para a negligência do Estado brasileiro na incorporação dos conhecimentos/saberes tradicionais nas políticas públicas. Fala também que, muitas vezes, esse conhecimento é valorizado de maneira isolada (sem correlação com o contexto/território no qual ele é produzido e se reproduz) – e isso gera uma visão distorcida da problemática. Acesse e compartilhe o vídeo!

A luta dos movimentos sociais tem como objetivo a redistribuição e igualdade de acesso aos recursos materiais, bem como o reconhecimento da legitimidade de diferenças e identidades expressas nos diferentes modos de vida de tais populações (BAUMANN, 2003).



Para explicar melhor esse movimento social, Boaventura Santos (2006) propõe a perspectiva da ecologia de reconhecimentos. Para o autor, na América Latina, os movimentos feministas, indígenas e de afrodescendentes têm estado na frente da luta por uma ecologia de reconhecimentos. A ecologia de reconhecimentos torna-se mais necessária à medida que aumenta a diversidade social e cultural dos sujeitos coletivos que lutam pela emancipação social, a variedade das formas de opressão e de dominação contra as quais combatem e a multiplicidade das escalas, local, nacional e transnacional, das lutas em que se envolvem. Essa diversidade conferiu uma nova visibilidade aos processos que caracterizam as dinâmicas diferenciadas e desiguais do capitalismo global e as formas como nele se geram diferentes tipos de contradições e lutas.

Assim, esses movimentos apontam para o caráter emancipatório das lutas pautadas em uma politização da própria cultura e de modos de vida tradicionais (LOUREIRO, 2006), em uma politização dos costumes em comum, que vem ressignificando a construção das identidades, ancoradas nas diferentes formas de territorialidade, afirmam-se em um processo que, ao mesmo tempo, os direciona para o passado, buscando sua força nas tradições e na memória, e aponta para o futuro, sinalizando projetos alternativos focados na economia local e na organização comunitária, bem como projetos de afirmação e participação política (GONÇALVES, 2003).

Então, sabemos que, para compreender a identidade dos povos tradicionais, é preciso conhecer as experiências culturais, seus modos de vida, suas territorialidades, seus saberes e fazeres vividos cotidianamente.

Diante do fortalecimento discursivo sobre tais povos, surge um imaginário pautado em um conjunto de representações que apresentam uma “nova” visão dos povos tradicionais. Pois, com a valorização da biodiversidade ocorre também a valorização da cultura tradicional, sendo uma construção cultural, social e ambiental.

Nessa intenção, o Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas (PNAP) e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) vêm contribuir enormemente para a discussão.

O PNAP, instituído pelo Decreto 5.758/2006, representa o desdobramento do SNUC e visa orientar o desenvolvimento de estratégias para o estabelecimento de um sistema abrangente de áreas protegidas ecologicamente representativas, efetivamente manejadas e integradas a áreas terrestres e marinhas mais amplas, até 2015 (BRASIL, 2006). Este documento estabelece diversos princípios e diretrizes que ilustram uma perspectiva de integração sociedade e natureza, entre os quais se destacam:

1. valorização dos aspectos éticos, étnicos, culturais, estéticos e simbólicos da conservação da natureza;

2. reconhecimento das áreas protegidas como um dos instrumentos eficazes para a conservação da biodiversidade;
3. valorização da importância e da complementariedade de todas as categorias de UCs e demais áreas protegidas na conservação da biodiversidade;
4. respeito às especificidades e restrições das categorias de UCs do SNUC, das terras indígenas e das terras ocupadas por remanescentes quilombolas;
5. repartição justa e equitativa dos custos e benefícios advindos da conservação da natureza, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades regionais;
6. desenvolvimento das potencialidades de uso sustentável dessas áreas;
7. reconhecimento e fomento às diferentes formas de conhecimento e práticas de manejo sustentável dos recursos naturais;
8. sustentabilidade ambiental como premissa do desenvolvimento;
9. cooperação entre a União e os estados, o Distrito Federal e os municípios para a implementação e gestão de UCs;
10. pactuação e articulação das ações de estabelecimento e gestão das áreas protegidas com os diferentes segmentos sociais;
11. promoção da participação, da inclusão social e do exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas, buscando permanentemente o desenvolvimento social, especialmente para as populações do interior e do entorno dessas áreas.

Estes princípios são considerados como norteadores das ações para potencializar o papel das unidades de conservação e demais áreas protegidas, em associação às demandas de desenvolvimento local (BRASIL, 2006).

Regulamentada pelo Decreto 6.040/2007, a PNPCT também avança com o objetivo de contribuir para a discussão dos direitos dos povos e comunidades tradicionais em unidades de conservação, e para a promoção de melhoria da qualidade de vida desses grupos humanos nas gerações atuais e futuras (BRASIL, 2007).



A PNPCT compreende por:

1. Povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.
2. Territórios tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica de povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária.
3. Desenvolvimento sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Alguns objetivos específicos dessa política são mencionados a seguir:

1. garantir a povos e comunidades tradicionais seus territórios, o conhecimento e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam;
2. solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de UCs de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de UCs de Uso Sustentável;
3. implantar infraestrutura adequada às realidades socio-culturais e demandas locais;
4. garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo, garantindo a participação e o controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não formais;

5. garantir o acesso às políticas públicas sociais e a participação de representantes dos povos tradicionais nas instâncias de controle social;
6. garantir em programas e ações de inclusão social recortes diferenciados para os povos e comunidades tradicionais;
7. apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.

Com estes objetivos, a PNPCT representa uma inovação na esfera política de proteção de natureza e reafirma o compromisso de gestão participativa de áreas protegidas no Brasil. No entanto, embora as políticas públicas nacionais busquem orientar e fortalecer a gestão de unidades de conservação, existem ainda alguns desafios para a implementação efetiva destas políticas e programas, considerando as peculiaridades locais (MORAES, 2009).



Resumindo a base normativa que apoia as populações tradicionais:
Normas Internacionais:

- Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).
- Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, da Unesco (2005).
- Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco (2003).
- Convenção 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho (1989).
- Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.
- Projeto da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, da OEA.
- Agenda 21 (1992).
- Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992).
- Declaração Universal dos Direitos do Homem (1966).
- Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000).
- Convenção Americana de Direitos Humanos, OEA – São José da Costa Rica (1969).
- Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948).

Normas Nacionais:

- Constituição Federal de 5/10/1988.
- Medida Provisória 2.186-16, de 23/8/2001.
- Lei nº 9.985, de 18/7/2000.
- Decreto nº 4.320, de 22/08/2002.
- Decreto nº 6.040, de 7/2/2007.
- Decreto nº 4.339, de 22/8/2002.

Desse modo, a cultura tradicional que historicamente foi invisibilizada, reprimida e estigmatizada por um conjunto de discursos, representações e ideologias marcadas por preconceitos, experimenta hoje o reconhecimento do tradicional na construção identitária dessas populações (CRUZ, 2007), em um contexto no qual as pesquisas recentes indicam a existência de um contingente de mais de 4,5 milhões de pessoas enquadradas como populações tradicionais (ALMEIDA, 2004).



Figura 13.2: Modo de vida tradicional, uso e plantio de ervas medicinais, produção de farinha e de artesanato.

Fonte: http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/arqteses/edilainemoraes.pdf



Figura 13.3: Um dia de trabalho de um seringueiro.

Fonte: http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/arqteses/edilainemoraes.pdf



Atividade

Atende ao Objetivo 3

2. Na realidade política socioambiental brasileira, identificamos algumas recentes políticas públicas direcionadas a favor das populações tradicionais. A qual delas podemos dar maior destaque?

Resposta Comentada

Uma grande conquista das populações tradicionais, no âmbito de políticas públicas, foi sem dúvida a institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que objetiva primordialmente o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e na garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Populações tradicionais e turismo

Para discutirmos essa seção, continuaremos seguindo a perspectiva antropológica, que muito contribui para a compreensão das relações entre populações e grupos de base local e o fenômeno turístico contemporâneo.

Sabemos que o crescente deslocamento voluntário de grandes contingentes de pessoas, que passam a ser habitantes temporários em locais fora de sua residência, neste, ocasionam diversos impactos. Banducci Jr. e Barreto (2001) enfatizam que, embora haja divergência quantos aos impactos ocasionados no local receptor, é inegável que diferentes culturas estão se pondo em contato, propiciando que visitantes e visitados vivenciem a alteridade. Nesse sentido, os autores destacam os estudos contemporâneos de antropologia voltados para a análise dos impactos de certas formas de turismo e com a descaracterização e comercialização das culturas que estas provocam. No entanto, alguns teóricos do turismo, nessa perspectiva, ressaltam o seu potencial de estimular o desenvolvimento cultural de uma sociedade, ressaltando a revitalização de patrimônios culturais (material e imaterial).



Essas abordagens permitem dizer que o aporte das ciências sociais é imprescindível para a compreensão do turismo. Mas, como essa prática está associada aos aspectos econômicos, seu estudo requer também outros referenciais teóricos, em um caráter interdisciplinar.

Em várias pesquisas antropológicas (DIEGUES, 1997; PRADO, 2003), realizadas em estudos de caso, tem-se constatado que a forma como o turismo se impôs a diversos locais gerou mudanças rápidas e, em alguns aspectos, irreversíveis, não possibilitando, inclusive, uma reflexão mais comprometida das populações envolvidas

sobre o processo turístico. Em uma nova perspectiva, adotamos o que Steil (2006, p. 165) defende quanto aos estudos atuais estarem orientados por uma estrutura narrativa que procura perceber a relação entre turistas e moradores locais dentro de um universo de experiências de mediações concretas, onde se definem as identidades culturais desses atores. Nesse ponto de vista, as questões já não são relacionadas aos impactos do turismo sobre a população local e de que forma esta pode resistir às transformações que vêm de fora, mas como os grupos locais e os turistas negociam suas identidades para dentro e para fora do ambiente vivido.

Precisamos considerar, então, essas questões quando interpretamos os discursos oficiais correntes sobre a tentativa de promoção da inclusão das populações, moradoras no interior ou entorno de áreas protegidas, através do turismo. Nesse processo, podemos considerar as populações tradicionais serem mais vulneráveis pela sua identidade peculiar, a qual estudamos na seção anterior. Essas populações, em muitos casos, vislumbram as diversas oportunidades e benefícios possíveis decorrentes do movimento turístico no local em que vivem, o que pode acarretar graves riscos e ameaças dos direitos e da garantia do modo de vida tradicional, tal como podemos recordar na Aula 12, quando contamos com as contribuições de Luzia Neide Coriolano.

Apesar de a preocupação estar presente nos discursos sobre o turismo como possibilidade de inclusão de populações tradicionais, devemos ter muito cuidado e visão crítica sobre o que se propõe e qual a origem da proposta. Pois o que tem sido observado é que, na prática, as populações locais e tradicionais ainda estão à margem dos processos de construção e gestão do turismo, assumindo, muitas vezes, apenas o papel coadjuvante, enquanto deveriam ser os verdadeiros protagonistas.

Mesmo assim, projetos de turismo que envolvem populações locais vêm sendo desenvolvidos nos quatro cantos do mundo. No entanto, observamos que ainda são poucas experiências dessa natureza que foram avaliadas em seus impactos sociais, culturais e ambientais, e muito menos ainda, em suas formas de

resistência às transformações advindas do ambiente externo, e em seus modos de negociar suas identidades para dentro e para fora do ambiente vivido.



Um caso emergente para ilustrar o debate: Roteiros Quilombolas no entorno de Áreas Protegidas no Vale do Ribeira, SP (RABINOVICI, 2011). Comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, SP (enorme patrimônio socioambiental), de forma bem desigual entre elas, têm recebido turistas em seus territórios. O Instituto Socioambiental (ISA) tem investido na criação do Circuito Quilombola Vale do Ribeira – SP. É uma iniciativa para impulsionar o turismo nos quilombos e nas comunidades da Mata Atlântica e das Áreas Protegidas do entorno. Existe o reconhecimento do forte potencial para o fomento do turismo em comunidades quilombolas, mas é fundamental que, nesse processo, a qualidade da participação social seja considerada o ponto principal para o sucesso dos projetos e das parcerias.



Figura 13.4: “Povo do Aventureiro”, considerado o mais caçara, da Ilha Grande, Rio de Janeiro, um dos paraísos mais visitados do Brasil, em um turismo de base comunitária.

Fonte: http://r1.ufrj.br/im/gemte/pdf/Revista_Destinos_01.pdf

Conclusão

Em uma visão contemporânea, associamos as populações tradicionais à conservação ambiental. As populações tradicionais conquistam ou estão lutando para conquistar (prática e simboli-

camente) uma identidade pública conservacionista que inclui o uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados. A tentativa de dar maior precisão conceitual ao termo tradicional busca evitar que essas populações permaneçam desprotegidas pelo Estado, em recursos humanos e materiais, pelo uso de argumentos essencialistas, de fundo ideológico, que as classificam como autossuficientes, já que são preservacionistas (RODRIGUES, 2010).

Para as populações tradicionais, sobretudo as residentes nas áreas rurais, nas margens dos rios e em meio às florestas, o turismo traz a possibilidade de complementação da renda familiar e favorece a conservação dos recursos naturais que são utilizados para a sobrevivência dessas populações. O projeto turístico nos territórios tradicionais deve priorizar a inclusão das comunidades no planejamento e gestão, contribuindo para a melhoria dos padrões socioeconômicos, respeitando as tradições e a cultura, diminuindo a migração de seus membros para centros urbanos e consequentemente proporcionando maior proteção ao patrimônio biológico e cultural da área.

Por fim, acreditamos que, para essas populações viverem em um contexto de minimização da exclusão social à estrutura societária de distribuição de renda e diminuição das dificuldades de organização social, é imprescindível que o processo de implementação de políticas públicas seja planejado com o compromisso de engajamento efetivo de toda a sociedade, para assim, serem muito além de políticas de papel.



Atividade

Atende aos Objetivos 1, 2, 3 e 4

3. Aponte e explique a relação entre dois aspectos principais que devemos zelar quando se trata de turismo em áreas protegidas e inclusão social de populações tradicionais, na contemporaneidade.

Resposta Comentada

Vimos ao longo desta aula que, quando se trata de populações tradicionais, diversos autores destacam os aspectos de território e identidade para entender suas práticas socioambientais. Estas são dimensões fundamentais na afirmação dos direitos coletivos dos povos tradicionais, que garantem o reconhecimento e a integridade dos diferentes modos de vida, e, conseqüentemente, são importantes quando se pensa em constituir qualquer iniciativa ou projeto de transformação do ambiente em que vivem essas populações, como no caso turístico.

Resumo

Por ser tema de diversos estudos acadêmicos e debates, no Brasil e no mundo, a Aula 13 deu-se em forma de continuidade aos estudos da Aula 12, relacionando argumentos e propostas conceituais sobre populações tradicionais que, em sua maioria, moram em áreas de influência de unidades de conservação. Os povos tradicionais são pautados, essencialmente, em suas territorialidades e modos de vida com suas histórias e saberes de várias gerações. Fundamentadas as contradições e variadas conceituações sobre o termo, sobretudo à luz das pesquisas antropológicas do NUPAUB, identificamos as classificações das populações tradicionais em território nacional, como caiçaras, caipiras, babaqueiros, jangadeiros e outros. Além disso, apontamos as políticas públicas nacionais voltadas para essas populações, destacando desde a Constituição Federal, passando pelo PNAP até a PNPCT, bem como apresentamos um resumo das principais referências normativas a respeito dos direitos das populações tradicionais. Por fim, apresentamos questões críticas de inclusão das populações tradicionais no desenvolvimento do turismo, em um movimento orientado no sentido da superação do discurso moderno que se fundamentava na invisibilização social e desqualificação das populações tradicionais como atrasadas, ignorantes, indolentes, improdutivas.

14

Gênero e turismo: percepções acerca das temporalidades

Elis Regina Barbosa Ângelo

Meta da aula

Apresentar as discussões acerca da questão de gênero e turismo e suas relações temporalmente construídas.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1** reconhecer a posição da mulher na contemporaneidade e sua projeção nas atividades de trabalho, historicamente construídas;
- 2** relacionar gênero e turismo como uma transformação social.

Pré-requisitos

Para um melhor desempenho nesta aula, apoie-se, sobretudo, na Aula 12, para continuar os estudos de fundamentação sobre a inserção de populações menos favorecidas pelo sistema, nos processos de tomada de decisão de ações, projetos e políticas públicas voltados para as demandas de desenvolvimento local.

Introdução

Bem-vindos a esta viagem sobre os estudos da mulher no mercado de trabalho, especialmente abordando características da inclusão da categoria na área de serviços com atenção especial ao mercado de turismo!

Nesta aula, vamos abordar como as questões de gênero vêm sendo estudadas, a partir de uma série de áreas e interpretadas frente às mais variadas relações com a contemporaneidade.

Buscaremos discutir as trajetórias das mulheres no mundo do trabalho, visualizando suas atribuições no decorrer das diversas temporalidades, retornando a uma cronologia temporal e espacial, especialmente as relações estabelecidas na área de turismo. Com esse intuito, inicia-se a preocupação tangenciada pelo trabalho, na qual está a ampliação dos estudos sobre a mulher e especialmente a questão do trabalho feminino.

Gênero e trabalho: algumas ponderações

Podemos dizer que, os estudos sobre a mulher obtiveram no Brasil maior visibilidade a partir da década de 1970, mas cresceram e tornaram-se mais elaborados com a incorporação da categoria gênero. A partir dos anos 1980, iniciou-se uma diversificação dos estudos nesta categoria, ampliando as perspectivas estudadas e a partir dessa premissa novos desafios e possibilidades para a conquista de oportunidades de trabalho feminino (MATOS, 2000, p. 7-15).

Sobre as oportunidades encontradas pelas mulheres no mundo do trabalho e outras questões pertinentes à legislação que direciona as atribuições da mulher, as **ações afirmativas** sem dúvida inseriram um novo cenário de discussões a fim de estimular mudanças no comportamento da sociedade.

O perfil da mulher trabalhadora inscreve-se ao longo dos anos em um quadro de inúmeras transformações, porém, estas parecem simultaneamente ligadas à questão temporal, espacial e estrutural de cada localidade, considerando que cada sociedade apresenta suas diversidades culturais e também seus valores reli-

“A afirmação do princípio de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e sua aplicação no mundo do trabalho já tem uma história no cenário internacional. São denominadas **ações afirmativas** essas políticas que têm como meta corrigir antigas e novas discriminações” (DELGADO; CAPPELLIN; SOARES, 2002, p. 11.).

giosos, que ultrapassam muitas vezes a questão de gênero. Mas, ao mesmo tempo, mantém algumas caracterizações marcadas pelos processos culturais e sociais num âmbito complexo e diversificado.

Sobre a questão da efetiva participação da mulher no mercado de trabalho, indiferente da área e categoria assumida, percebe-se desigualdades e observa-se ainda diferenças em sua inserção, efetivação e continuidade, sendo que:

A presença das mulheres tem aumentado nas ocupações precarizadas, ou seja, aquelas nas quais ocorrem descon-tinuidade de tempo, menor regulamentação das garantias de trabalho e seguridade social (DELGADO; CAPPELLIN; SOARES, 2002. p. 13).

Formaram uma nova modalidade de trabalhos informais, nos quais há especificamente a formatação de contratos sem carteira assinada, percepção de níveis salariais em escalas menores e aumento das formas de trabalho em domicílio e, ainda, por conta própria.

Desse quadro, precisamos de amplas e direcionadas inves-tigações, a fim de rever toda a trajetória do cotidiano feminino, ligado ao trabalho sob diversas formas e em diversas localidades para se ter um panorama das perspectivas da inserção da mulher no mercado de trabalho.

Para compreendermos esse processo, vamos tentar con-textualizar a trajetória do trabalho feminino percebendo como esse processo foi caracterizado e se isso influenciou direta ou indiretamente as transformações da trajetória da mulher.

A ideia que se tem sobre o trabalho primordialmente femi-nino, permeou durante séculos a casa e seu entorno, no qual a mulher estava confinada e onde desempenhava suas atividades durante toda a sua história, pois, significa que além de seguirem outras formas de trabalho, seja formal ou informal, ainda man-tém as anteriormente instituídas como femininas, ou seja, o tra-balho com a casa, os filhos e demais obrigações tidas como fe-mininas. Foi exatamente a saída da mulher do âmbito doméstico que trouxe conflitos, especialmente no que se refere ao trabalho externo, salários e disputas com o gênero masculino.

Assim, tem-se a seguinte afirmação: “As mulheres sempre trabalharam, mas o que colocou o problema para elas foi o exercício de trabalhos assalariados, ofícios e profissões praticados fora de casa” (PERROT, 1998, p. 97-98).

Para tentar entender esta ideia, vamos às questões sobre o aumento de funções e atribuições.

A mulher não deixou de exercer as tarefas anteriormente tidas como femininas. Ocorreu que outras atividades foram agregadas às anteriores. Nesse contexto, infere-se que mudou o lugar da mulher, formando, assim, um círculo de mudanças, permanências e agregações de funções.

As mulheres passaram por inúmeras dificuldades para obterem o direito ao salário, tanto por essas razões práticas de economia familiar quanto por questões de princípio. Veja o que diz Perrot (1998, p. 99): “Podia-se, sem correr riscos, reconhecer para as mulheres, membros de uma família a que estavam incorporadas, esse estatuto de indivíduo que o regime assalariado estabelecia?”

Sem dúvida, foram necessárias leis que garantissem os direitos das mulheres e, mesmo sob diretrizes e legislações, muito tempo levou para garantir alguns direitos à categoria. O interior dos lares também passou por mudanças e transformações, mas o que se visualiza parece ser um gradativo acúmulo de funções.



Figura 14.1: A atual “imagem” da mulher no mercado de trabalho.

Fonte: <http://www.sxc.hu/1331188>

Qual a conotação da mudança e inserção da mulher no mercado de trabalho?

Veja o vídeo que aborda esta temática de forma evolutiva:

<http://www.youtube.com/watch?v=qTdInmeHUUs>.



O panorama das mulheres não foge muito à questão de trabalho no espaço domiciliar e, aos poucos, a conquista do espaço externo. Muitas lutas e resistências foram observadas em várias partes do mundo para que elas conseguissem um lugar diferente do que fora designado. Mas, em meio aos percalços da história da mulher, encontra-se sempre a ideia de busca de igualdade de gênero, principalmente no que tange ao trabalho.

No Brasil, as mulheres ingressaram no mercado de trabalho a partir da década de 1970 e, mesmo após trinta anos, percebe-se que, a discriminação salarial impera em quase todos os setores formais.



Desde a década de 1970, período do “milagre econômico”, quando a participação feminina no mercado de trabalho cresceu vertiginosamente, até hoje, quando as mulheres já representam cerca de 50% da classe trabalhadora, a mulher ainda não conseguiu sair da condição de cidadã de segunda classe na sociedade capitalista, oprimida pelo homem e pelo estado burguês. Mesmo conquistando uma participação ativa no mercado de trabalho e sendo cada vez mais a responsável pelo sustento da família, a mulher ainda permanece sob o domínio social, político e econômico dos homens, sendo que ainda não conquistou, de fato, a igualdade jurídica e política perante a outra metade da população.

Fonte: Diferença salarial: mesmo estudando mais, as mulheres ainda têm salário mais baixo que homens. *Causa Operária online*, Mulheres. Disponível em: http://www.pco.org.br/conoticias/mulheres_2004/15jun_difsalarial.htm. Acesso: 20 jun. 2004.

Sobre a história das mulheres no país, e provavelmente no mundo, não se pode dizer que houve uma passividade e nem uma linearidade entre o passado e o presente. O que houve foram muitas lutas e discordâncias sobre suas funções, bem como seu lugar e sua voz.

Apesar de confinadas a desempenharem diversos papéis no cotidiano, as mulheres no Brasil devem ser divididas entre as que habitavam o meio rural e o urbano, sendo que até a atualidade, não se pode fazer comparações entre cidades pequenas,

médias e grandes e nem mesmo nos meios rurais. De qualquer forma, as mulheres que habitavam o meio urbano, provavelmente tiveram outras perspectivas, diferentemente das que habitavam o meio rural.



Como eram os cotidianos das mulheres no meio rural do trabalho?

As experiências de vida relatadas pelas mulheres rurais mostram que, em seu cotidiano, não há clara distinção entre os limites do lar e do trabalho, entre as atividades domésticas e as tarefas agrícolas, entre as responsabilidades na educação dos filhos e a vida comunitária. No campo, a autoridade do chefe de família – do pai ou do marido – extrapola o espaço doméstico e muitas vezes impõe-se, negando a participação das cooperativas, nos bancos, nas associações de produtores e nos sindicatos (DEL PRIORE, 2001, p. 646).

As mulheres que habitavam cidades maiores, tiveram seus cotidianos transformados de certa forma, pela introdução do trabalho externo e pela busca por uma carreira em áreas públicas ou privadas. O crescimento das cidades e as novas necessidades de mão de obra, foram para o país, os verdadeiros chamarizes de novas oportunidades para a mulher. Não se pode negar que as atribuições menos valorizadas e os empregos menos formais e que não tinham carteira assinada foram certamente os que mais se aplicavam às mulheres. No entanto, aos poucos, a mulher foi ocupando cargos diferenciados e ocupações tidas como “privilegiadas”.

Quanto ao trabalho no meio rural, ao que parece, as mulheres sempre tiveram outras perspectivas, por desconhecimento e distinções de aspectos das mulheres da cidade. Muitas são as razões que fazem com que isso seja um imperativo de diversidades. Podemos ainda dizer que a distância, os transportes, a dificuldade de qualificações e a própria estrutura familiar são algumas razões para isso.

Mas isso não faz com que a mulher tenha um papel menor dentro do lar. A mulher habitante do meio rural geralmente adquiriu atribuições como o trabalho na agricultura, a confecção de artesanatos e a venda de alguns produtos como ovos, queijo, leite, verduras e legumes e a prestação de alguns serviços, além de suas “obrigações” do cotidiano como lavar, passar, cozinhar, cuidar da casa e dos filhos. O compromisso adquirido pela mulher ao longo dos anos pode ser considerado um verdadeiro acúmulo de funções que requer uma tripla ou quádrupla jornada de trabalho e infelizmente sem remuneração.

Tentar apreender o movimento no qual se insere a questão do trabalho é uma tarefa complexa e repleta de especificidades e polaridades, mas traçar um panorama geral para tentar compreender o processo atualmente percebido, parece ser a melhor forma de se chegar à compreensão do que mudou e do que se manteve, sem que isso tenha uma conotação dicotômica, tentando analisar também o que foi adaptado, alterado e incorporado nessa trajetória de fatos.

Há que se considerar a história e a trajetória dessas mulheres também relacionada ao cotidiano, ao trabalho, à criação dos filhos e às diferenças entre filhos e filhas no que tange à educação. No entanto, essas diferenciações já repercutiam no futuro do trabalho que diferenciaria os homens das mulheres e que já era um quadro típico das classes sociais menos privilegiadas.

A criação e educação dos filhos, já era diferenciada para os meninos e para as meninas e isso podia ser verificado na distinção da educação escolar durante a trajetória de vida na infância, tanto nos meios rurais e menos providos de recursos econômicos, quanto no meio urbano, no qual se manifestava a distinção da educação de filhos e de filhas, mesmo que num panorama mais elaborado para a criação das filhas. Elas eram da mesma forma criadas para acompanhar futuros maridos e serem “boas esposas”. Estas eram algumas das atitudes recomendadas pela imprensa da época (1850-1860), o que demonstrava como deviam ser as estruturas familiares em termos de “condutas”.

Essa ideia construída entre os anos de 1850 a 1860 apenas ilustra como eram consideradas as “normas” que conduziam a vida cotidiana da mulher no século XIX. Apesar de estarmos há dois séculos de distância, ainda se percebem “condutas” tidas como necessárias à sobrevivência em alguns lugares do mundo.



Em termos de educação elementar, a imprensa recomendava que, até o primeiro decênio de vida, ambos os sexos deveriam estar simultaneamente instruídos em leitura e caligrafia, aritmética, geografia e história pátria. A partir de então, estabelecia-se a diferença. Enquanto os meninos eram encaminhados para os liceus e escolas militares, as meninas jamais se afastavam de seus pais. Passavam toda a idade puerícia e adolescência instruindo-se naquela “educação peculiar a seu sexo”: cozer, cortar, bordar, marcar, fiar, tecer e cozinhar. Estas práticas femininas eram vistas como “mistérios indispensáveis” para a sobrevivência das famílias pobres. Para as gentes “de boa sociedade”, que “não se contentavam com tão pouco”, recomendava-se também o estudo de música e piano, línguas estrangeiras, dança, elementos de física, história natural e botânica (BRANCHER; AREND, 2001, p. 249).

Percebemos claramente que as condutas para homens e mulheres eram distintas.

Ao homem cabia manter o sustento da casa, exercendo um trabalho externo e, para a mulher cabia a ordem da casa e a criação dos filhos. Nesse contexto, existe uma divisão que define os respectivos papéis para a criação das futuras donas de casa e de seus maridos e, com isso, durante muitos anos, a educação era dimensionada para que houvesse diferenciações.

As mudanças ocorridas na formação dos filhos podem ser indicadas pelas próprias circunstâncias do trabalho externo, praticados por homens e mulheres, que, anteriormente marcado pela figura masculina, foi aos poucos sendo incorporado no interior dos lares por mulheres que assumiram outras atribuições, além das já acumuladas em seu cotidiano.

As mudanças observadas redimensionaram a vida cotidiana, mudando com isso o sentido de alguns padrões anteriormente instituídos. Sem dúvida, em contrapartida, também foram mantidas as atribuições femininas como o cuidado com a casa e os filhos de qualquer forma, mesmo com as “facilidades” da contemporaneidade.

Atribuições da mulher: algumas questões

Como anteriormente abordado, a obtenção do direito ao trabalho externo e ao recebimento de salário só progrediu no século XIX em meio a lutas e conflitos pontuados de diferentes formas nos empregos dos quais a mulher podia exercer algum tipo de função.

Algo mudou o rumo da história



Figura 14.2: A direção do olhar: liberdade? Igualdade?

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1171427>

Se pensarmos na simples forma de ver e viver a vida para a categoria feminina de gênero, percebemos que, até o “olhar” mudou temporalmente, ou seja, a mulher tinha um perfil mais recatado e agora já pode direcioná-lo para o futuro. Essa imagem apenas ilustra a possibilidade de desvendar nos olhos as imagens que buscamos frente à criação de um mundo mais ajustado sem grandes diferenças de gênero, classe e etnia.

Assim, verifica-se que da mesma forma, as atribuições femininas vêm passando por gradativas mudanças e transformações e, dessa trajetória, podemos dizer que tiveram e ainda têm inúmeras problemáticas no que se refere especialmente às questões de trabalho.

A atividade feminina fora do espaço doméstico não teve uma linearidade temporal, e nem espacial, principalmente por questões religiosas e culturais. No entanto, quando se trata de conceituar ou contextualizar as questões culturais não se deve simplificar a cultura como uma unidade imutável.

A cultura deve ser apreendida como um sistema de significados complexos, nos quais se entrecruzam as transformações e mudanças. Nessa perspectiva, reconhece-se que a cultura se embrica com todas as relações contemporâneas em ação constante. Essa menção de contemporaneidade deve necessariamente ser entendida como “cada momento”, pois, o contemporâneo para a atualidade significa uma ordem de significados bem distintos dos significados em outros momentos históricos.

Quanto às questões religiosas, entende-se que a religião sempre teve um papel controlador na vida dos homens e, principalmente na vida da mulher a fim de controlar o comportamento e atitudes frente à sociedade nas quais estão inseridos. Indiferente da religião escolhida e seguida, sempre houve regras para o controle do homem e da mulher. Porém, para a mulher, sem dúvida, as questões se posicionaram de forma mais rígida.

Dessa forma, a religião e a cultura na qual ela está inserida e contextualizada, sem dúvida “ordenam” o comportamento feminino e, pode-se dizer ainda que a mulher sempre foi mais apegada às regras porque além das pressões e repressões a que era obrigada a viver, ainda tinha a incumbência de passar as “regras” por assim dizer, a seus sucessores.

Sobre a visualização da questão do trabalho feminino no Brasil e sua relevância temporal para a história das mulheres, tem-se uma percepção que agrega possibilidades ao sentido de

mudanças no cenário econômico, social e cultural, principalmente no que tange ao consumo e às novas possibilidades de trabalho.



Como começa a efetiva entrada da mulher na massificação do trabalho externo? Poderíamos pensar que partiram do uso de novos produtos e serviços? Quais mudanças ocorreram no seio do lar? E a dicotomia homem x mulher? Veja esta entrevista sobre a mulher e o mercado de trabalho no link <http://www.youtube.com/watch?v=pfXejwuGC90>

O consumo de massa tem início com o surgimento de produtos de material plástico, refrigeradores, aparelhos elétricos, enlatados etc. O rádio, que não para mais de crescer a partir dos anos 1940 e 1950, e a televisão, inaugurada em setembro de 1950, estimulam a formação de uma nova mentalidade. Numa atmosfera como esta, o feminismo ganhou força e a presença da mulher tornou-se cada vez mais notada e respeitada nos cenários econômico, político e cultural brasileiros: uma revolução feminina estava em marcha acelerada (BAUER, 2001, p. 136).

Essas colocações servem para ilustrar o cenário de mudanças e permanências que se quer apresentar na trajetória das mulheres que trouxeram consigo suas habilidades, aptidões, costumes e também os conflitos de poder e de saber, estabelecidos entre os direitos e deveres como mulheres.

O que se percebe na atualidade é que a mulher, além de assumir as atribuições de atividades ligadas à manutenção e administração da casa, ainda assume um trabalho externo. A busca pela profissionalização já faz parte do universo das novas gerações de mulheres como uma atividade profissional e não mais como uma “prenda doméstica”.



O dia internacional da mulher fez alguma diferença na História?

Dia Internacional da Mulher



Figura 14.3: Liberdade?

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/877079>

Consulte dados sobre esse assunto:

http://www.suapesquisa.com/dia_internacional_da_mulher.htm

Cotidiano do lar: permanências e mudanças

Enfrentar o desafio de focalizar o dia a dia das mulheres, é tentar repensar as noções de cotidiano para buscar apreender o sentido que o mesmo possui para as suas mais variadas categorizações. Assim, ao contextualizar as noções de cotidiano, temos a ideia de que: “A vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, a organização do trabalho, da vida privada, os lazeres, o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (HELLER, 1985, p. 18).

Na medida em que se incorpora à vida cotidiana todos os “fatos” ocorrentes no dia a dia, tem-se um universo disseminado de valores e crenças, virtudes e defeitos, além de uma infinidade de repetições e incorporações, que tornam a vida instável e estável ao mesmo tempo. No trabalho, pode haver uma estabilidade temporal e de atividades, na vida privada pode haver grandes adversidades e monotonias e no lazer, descanso, entre outras atividades o mesmo acontece.

Dessa forma, as pessoas passam a vida inteira imersas no seu cotidiano, muitas vezes sem questioná-lo ou tirar dele dados que possam ser importantes para a configuração de conhecimento e também de autoconhecimento.

Inserem-se na vida cotidiana todas as motivações tanto particulares e individuais quanto coletivas que, de certo modo abrangem a família como um todo. A mulher e o homem possuem cotidianos distintos, pela própria formação e pelas necessidades e motivações. As diferenças visualizadas nos respectivos cotidianos demonstram também as atribuições de cada um no tempo e no espaço onde se encontram.

Falar em cotidiano, sem dúvida, é agregar a ele o tempo, o espaço, o gênero e as atribuições. Antes de colocar a questão de diferenciação do dia a dia da mulher, é preciso rememorar o seu papel como determinadora da estrutura, da administração e da personalização do espaço do lar.

Existe um tempo recortado, no qual as mulheres buscam organizar o trabalho doméstico e o trabalho externo. As que não exercem nenhuma atividade externa estão sempre calculando os momentos de atribuição de cada tarefa, seja com a casa, seja com outros processos. O cuidado com a casa ainda está fortemente arraigado nas atribuições das mulheres. Mesmo sua figura tendo tomado outro rumo, na profissão de artesã, estas ainda respeitam as “obrigações” com o lar.

Sobre como o cotidiano foi sendo modificado e também mantido em alguns sentidos para as mulheres que exercem algum tipo de tarefa externa, sendo um trabalho formal ou informal,

tem-se a participação efetiva das mesmas nas tarefas domésticas do cotidiano. O que se manteve, ao que parece, foi o mote de atividades praticadas única e exclusivamente pelas mulheres, sendo a mãe, a filha ou a neta, ou seja, a limpeza, organização e manutenção da casa, o cuidado com as crianças e a alimentação.

A figura do provedor passou a partilhar sua função com a figura feminina. Aos poucos, a mulher foi ocupando local de destaque dentro da estrutura familiar. Neste momento, houve uma ruptura nas mentalidades, na qual a dona de casa passa a ter outra característica – começa a fazer trabalho externo com o intuito de manter financeiramente a família.

Com estas questões, a mulher não deixou suas obrigações domésticas, apenas assumiu mais uma obrigação: a profissão. O homem, em contrapartida, continuou exercendo suas atividades de trabalho externo.

As transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificados pelo impacto dos movimentos feministas desde os anos 1970, e pela presença cada vez mais atuante das mulheres nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo (SAMARA, 1999, p. 35).

As gerações que nasceram a partir da década de 1970 possuem um cotidiano distinto das gerações anteriores, mas não deixaram de desempenhar algumas funções tidas ainda como especificamente femininas como cuidar da casa, dos filhos, do marido e da administração do tempo. As tarefas domésticas não deixaram de existir, o que foi incorporado na vida cotidiana, como os eletrodomésticos e eletro-eletrônicos, apenas facilitaram a organização e operacionalização das tarefas diárias. Não as extinguiram.

As inovações tecnológicas que o crescimento urbano trouxe mudaram, sem dúvida, as perspectivas para as novas gerações que já não se veem com tantas diferenças de gênero. No entanto, apesar das mudanças no sistema educacional, as formações de meninas e meninos, ainda possuem muitas discrepâncias.

As tarefas estritamente masculinas e femininas parecem estar se estreitando no que se refere à formação dos filhos. No entanto, as tarefas ligadas ao cotidiano do lar ainda mantêm as diferenças. As meninas geralmente são mais ligadas às mães e acabam ajudando nas tarefas domésticas, mas fazer rendas já não faz mais parte do cotidiano como nas gerações anteriores.

A partir do momento em que novas possibilidades e facilidades apareceram, o sentido da tradição mudou. A tradição parece ter perdido a função no momento em que as mulheres deixaram de ficar confinadas no lar e passaram a ter uma certa “liberdade” de escolha sobre suas próprias vidas e sobre suas escolhas. Os padrões anteriormente instituídos deram lugar a novas possibilidades. Entretanto, o que mudou na tradição parece ter sido o seu sentido para a sociedade em geral e não apenas para algumas comunidades.

A incorporação da televisão, computador, telefone, as mudanças nos meios de transporte, o crescimento da cidade, as ruas asfaltadas, as facilidades nos meios de comunicação e as adaptações percebidas na alimentação, vestuário, atribuições em geral, fazem parte tanto do seu universo quanto de suas filhas, porém, as adaptações à essa nova realidade trazem consigo maiores dificuldades para a geração que passou por essas adaptações com a invenção dessa nova realidade. As novas gerações já incorporaram essas mudanças, pois, nasceram em outro tempo, em que as condições espaciais e estruturais já se apresentam de forma distinta.

Essas diferenças são percebidas nos detalhes da vida cotidiana, mas grande parte das questões ainda permanecem as mesmas, como as atribuições femininas, que, ao longo dos anos, apenas parece ter incorporado novos elementos e não deixaram de ser vistas como femininas.

A competição é um desafio, mas antes de tudo é uma nova forma de inscrição social, na qual uma nova página da história será contada, agora com protagonistas femininas. A luta será grande, mas o lugar está sendo planejado aos poucos, conquistas sobre conquistas, galgado vagarosamente.

O papel da mulher não mudou sua forma de viver a vida, apenas ampliou seu universo de atribuições, mas a valorização ainda está longe de acontecer. Precisamos de políticas de inclusão social feminina para mudar esse panorama tanto no Brasil quanto no mundo.

Historicamente, algumas cidades-Estado, como Esparta, tinham na figura feminina a força para a procriação e para ocupar o lugar do homem caso fosse necessário. Mas apenas algumas se destacam, num mundo onde a maioria representa o sistema patriarcal como elemento de formação social.



Reforçando o seu caráter militar, os espartanos acreditavam que a mulher deveria ser fisicamente preparada para que pudesse dar origem a indivíduos aptos para compor o exército daquela cidade. Por isso, era comum que essas mulheres se dedicassem à disputa de jogos e outros tipos de atividade esportiva. Além disso, podiam controlar as finanças domésticas e participar das reuniões públicas ligadas à vida política espartana.

Fonte: <http://www.brasilecola.com/historiag/atenas-esparta-as-mulheres.htm>

Como eram as mulheres de Esparta?

[...] após tentativas, de disciplinar as mulheres, por não lograr vencer-lhes a excessiva liberdade e autoridade, causadas pelas numerosas expedições dos homens, que, obrigados nessas ocasiões a entregar a elas a direção da casa, por isso as tratavam com mais deferência do que convinha e lhes chamavam patroas; ao contrário, ele dedicou-lhes toda a atenção possível; exercitou o físico das jovens por meio de lutas, corridas, arremesso de discos e dardos, a fim de que não só os nascituros tivessem, para começar, raízes fortes em corpos fortes e crescessem melhor, mas também para que elas mesmas os aguardassem robustecidas e resistissem galharda e facilmente às dores do parto.

Fonte: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/traducciones/plutarco/licurgo/espartanas.html>

A categoria gênero foi historicamente construída e socialmente transformada em cada localidade. A interpretação da mulher, do seu papel, suas funções e atribuições, bem como sua inserção no mercado estão a todo o momento sendo transformadas mediante leis, incentivos e ações individuais e coletivas, mas de maneira politicamente organizada.

Vejamos o mercado do turismo e a questão da mulher no que se refere aos salários, inclusões, participações e especialmente diferenças com o gênero masculino.

O trabalho em turismo: novas percepções de gênero na área de prestação de serviços

Vamos analisar, nas entrelinhas da história, como o turismo vem sendo considerado um dos campos em crescente expansão nas atividades femininas e, de que forma isso afeta direta e indiretamente a categoria frente às discrepâncias.

As atividades voltadas para os segmentos de turismo são consideradas efetivamente positivas para a inserção da mulher e ampliação deste recurso humano, seja por conta de suas particularidades, seja pela diversificação de produção dos significados, especialmente na prestação de serviços.

O trabalho nas atividades de turismo são bastante complexos e inclui uma gama de atividades nas quais as mulheres vêm se qualificando ao longo dos anos. No Brasil, essa atividade também obteve uma significativa inserção do gênero feminino, considerando as habilidades, as formações e a dedicação na prestação de serviços como um perfil. Em contrapartida, estudos focalizam a tendência de buscar a redução da pobreza, com isso incluindo a formação de emprego e renda para mulheres, mas com menores salários e condições gerais na forma de desempenho das funções.

Apesar de toda mudança percebida nos mais variados mercados de trabalho externo, ainda proliferam sociedades que veem a mulher apenas no âmbito familiar, cumprindo suas funções de “ser mulher”.

Apesar de termos alguns poucos exemplos da mulher liderando ou pelo menos tendo algumas “liberdades” frente ao homem, o campo do trabalho historicamente foi um campo de lutas e resistências, marcando e fundamentando as diferenças de gênero percebidas em todos os segmentos e também em todas as sociedades.

O trabalho externo sempre foi o mote de discordâncias e especialmente de competição entre os sexos. O trabalho fora de casa tangenciou durante décadas e décadas os desgastes causados no âmbito doméstico.

Segue então uma questão que não quer calar: O que caracterizaria essa modalidade de emprego para a mulher, ou seja, o trabalho externo?

Características do trabalho feminino



Xicoxaves

Figura 14.4: O segmento turístico.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/950491>

Pesquisas sobre empregos femininos, elaboradas pelas Nações Unidas, focalizam dados sobre funções hoteleiras que delineiam um perfil de salários em países desenvolvidos com desigualdades na ordem de 80% para as mulheres em relação aos

salários masculinos. Em países em desenvolvimento esse índice seria mais agravante, onde se percebe discrepâncias na ordem de 10 a 70% menos do que os homens, ou seja, neste caso, os homens recebem, às vezes, cerca de 90% a mais.



Quais diferenças apontam as pesquisas sobre essas desigualdades de gênero?



Figura 14.5: O homem no campo dos serviços turísticos.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1349596>

Ainda que a atividade turística tenda a ampliar os tipos de trabalho dentro de um mercado fortemente feminino, percebemos drásticas diferenças em termos salariais e de posições hierárquicas. Mesmo partindo do princípio de que o turismo é uma das áreas de maior inserção da mulher. “[...] o turismo é valorizado, considerado como ‘bom candidato’ para melhorar a posição das mulheres devido à sua amplitude, rápido crescimento, natureza diversificada e dinâmica e à sua flexibilidade” (PISCITELLI, 2006, p. 211).

Para conhecer melhor este estudo de gênero, leia o texto na íntegra, acessando o link:

<http://pt.scribd.com/doc/55726857/7/Genero-Turismo-Desigualdades>

Os estudos sobre gênero e turismo no Brasil ainda não apresentam dados concretos sobre as diferenças nos mais diversos segmentos, mas demonstram uma tendência quanto às diferenças salariais e também de classe.

Há que pensarmos na mudança sobre o perfil e trabalho feminino como uma luta social, na qual a sociedade deve se envolver com a formação de políticas voltadas para a inclusão e mudança das mentalidades.



A mudança social não é um processo mecânico realizado simplesmente por uma decisão, mas é um processo social histórico, intimamente relacionado a suas condições políticas, econômicas e culturais. A mudança social é o resultado do processo de diferentes fatores envolvidos naquelas condições e surge de uma combinação de esforços contínuos e mútuos, feitos em coordenação por todas as partes envolvidas – seja no setor privado, na política do governo ou expressados nos financiamentos ou incentivos governamentais, e assim por diante. A mudança social é até mesmo efetuada pelos níveis de consciência e educação do consumidor ou outros indivíduos que estão com os seus status sociais sendo transformados (KASSIS, 2004, p. 50).

Neste fórum algumas perspectivas foram tratadas, entre as quais destacamos a inclusão social e as discussões sobre o trabalho. Para ler o texto na íntegra, acesse: www.tucum.org/oktiva.net/anelxo/162323.

Voltemos então para os tratados que buscam modificar a sociedade e as diferenças de classe, gênero e etnia, ampliando a ideia de igualdades.

No encontro “Declaração do Milênio” que marcou a união de esforços de 191, países-membros das Nações Unidas em 2007, a fim de ampliar as discussões e tentar fazer valer os esforços em relação à inclusão social, tivemos, entre as propostas para serem implantadas até 2015, algumas linhas de ação que buscam, “Promover a igualdade de gênero e empoderar a mulher” (KATO, 2008, p. 13).

O problema de discrepâncias na questão de gênero para o mercado de trabalho não é um fator isolado do Brasil, mas pertence a todo mundo, no qual se percebe maior ou menor incidência de luta de classes e gênero ao longo da história da mulher.

Veja na tabela abaixo algumas das diferenças salariais entre as categorias no mesmo ramo/negócio/profissão e função.

Tabela 14.1: Rendimento médio por ocupação (em SM)

Profissão	Gênero	
	Homem	Mulheres
Hospedagem: camareiro, recepcionista	1.762,09	1.571,96
Alimentação: garçom, cozinheiro	2.141,60	1.781,14
Caixas e bilheteiros	1.902,98	1.502,97
Agência de viagem: escriturários e agentes, técnicos de turismo	2.683,69	2.633,54
Transporte: motoristas, fiscais e cobradores	3.692,28	3.251,99

Fonte: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/td_1308.pdf (IPEA, 2007, p. 36).

Com pequenas alterações nos valores, as tendências regionais são semelhantes à nacional com a razão feminino/masculino variando entre 0,62 (região Sul) e 0,73 (região Centro-Oeste). Em outras palavras, na região Sul a diferença é maior com os ganhos femininos que giram em torno de 62% dos ganhos masculinos e na região Centro-Oeste em 73%. De forma contrária, é interessante ressaltar, em todas as regiões, exceto na Norte, a remuneração das mulheres é superior na atividade aluguel de transporte (IPEA, 2007, p. 36).

Na tabela anteriormente apresentada, as diferenças salariais são claras, mas as lutas sociais devem partir de políticas públicas pertinentes à igualdade de gênero.

Os aspectos ligados aos fatores de divergências salariais se encontram também na política salarial das empresas e na própria configuração das políticas públicas de incentivo à inserção da mulher nos mais variados mercados.

A criação de redes é uma das formas de tentar mobilizar a categoria frente aos seus direitos no mercado cada vez mais amplo e diversificado. As lutas entre homens e mulheres por vagas é uma realidade de todos os lugares, onde se formam igualmente, mas também acabam por discriminar em hierarquias e questões de política de incentivo e salários.

Tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo as percepções acerca do universo do trabalho nos segmentos turísticos são bastante similares, ou seja, as mulheres estão totalmente inseridas no setor de serviços, mas as discrepâncias é que fazem as diferenças, especialmente nos níveis operacionais. A Austrália por exemplo, em estudo particular de ocupações e funções define como conclusiva a ideia de que:

É característico do setor a existência de uma proporção maior de mulheres empregadas, bem como grande parcela dos trabalhadores serem contratados a tempo parcial. Nas agências de turismo e nos estabelecimentos de acomodação, 70 e 60% dos empregados, respectivamente, são mulheres. Os temporários somam 70% do emprego no segmento de restaurantes e bares (Australian Bureau of Statistics, 2002).

Fonte: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/UM_PANORAMA_DA_INDxSTRIA_DE_TURISMO_NA_AUSTRxLIA.pdf

Outra questão que causa discussões acerca do turismo como um mercado que absorve a mão de obra feminina, é à indústria do sexo, como um dos aspectos ancoradouros dos mais variados segmentos turísticos. Assim, podemos dizer que:

[...] o turismo sexual é considerado como produto de uma convergência entre diversos fatores: a existência de uma indústria ancorada em fatores econômicos e políticos [...] e a existência de população cujo grau de pobreza as estimula a participar no mercado de sexo (PISCITELLI, 2006, p. 215).

Desse modo, fica evidente que a pobreza, fatalmente, é um dos denominadores que estimula este mercado. Para isso, algumas ponderações são necessárias, considerando que, as ofertas de trabalho no mercado ainda diminuem a figura feminina que, diante de problemas econômicos, algumas vezes, buscam alternativas no sexo, mas, no Brasil, a questão da prostituição ainda é um problema emergente, que aparece em baixos níveis de renda, regiões pobres e ainda mercados de luxo.

O que se buscou definir foi exatamente a questão de um segmento crescente do gênero feminino, com discussões que extrapolam a temática proposta, mas que precisamos pensar como um problema da categoria no Brasil e no mundo, considerando que envolve uma transformação social e participação da sociedade como um todo.



- Veja o link que discute sobre políticas para equiparação de salários entre os gêneros.

Mercado de trabalho com foco para as mulheres
<http://www.youtube.com/watch?v=YVTN7qd9c3c>

- Outra opção interessante: Acesse as ações e encontros que vêm marcando as discussões de gênero no país.

Secretaria de Políticas para a Mulher
<http://www.sepm.gov.br/>



Atividade

Atende ao Objetivo 2

A exclusão social da mulher é secular e diferenciada. A compreensão sobre a condição bipolarizada do sexo possibilita indicações dos nortes da exclusão social fundamentada na diferença. É sabido que o fenômeno da exclusão não é específico da mulher, mas atinge os diferentes segmen-

tos da sociedade. É também notório que a exclusão não é provocada unicamente pelo setor econômico, embora se admita que este é um dos principais pilares de sustentação desse fenômeno. A exclusão é gerada nos meandros do econômico, do político e do social, tendo desdobramentos específicos nos campos da cultura, da educação, do trabalho, das políticas sociais, da etnia, da identidade e de vários outros setores (FISCHER, 2001).

2. Partindo desta premissa, comente quais são os vetores que conduzem as diferenças entre Gênero e Turismo socialmente construídas em cada localidade.

[illegible]

Resposta Comentada

Nas questões pautadas no trabalho, os dados que demonstram aspectos de exclusão da mulher não se fundem apenas nas conjunturas econômicas, mas nos mais diversificados aspectos da vida, nos quais se articulam dados desde a construção de inferiorização dentro do lar até maus tratos criados geracionalmente no quadro histórico. A efetiva participação da mulher no mundo do trabalho só ocorre efetivamente a partir do século XIX através do empenho e da luta feminista travada na sociedade mundial, e ainda assim, temos muitas lutas para travar frente às discrepâncias observadas em todos os mercados e não apenas no turístico.

Desse panorama, resta pensarmos nas ações socialmente construídas daqui para frente, rumo a uma nova mentalidade de homens e mulheres acerca das igualdades tanto faladas e tão pouco efetivadas.



Uma conclusão evidente é que o mercado de trabalho no setor turismo comporta-se de modo absolutamente similar ao comportamento do mercado de trabalho como um todo, apresentando as mesmas discriminações horizontais e verticais entre os sexos. Constata-se, assim, que ainda há longo caminho a percorrer no cumprimento do Terceiro Objetivo do Milênio – *promoção da igualdade entre os sexos e da autonomia das mulheres*.

Fonte: http://www.alesfe.org.br/Materia_Arquivos/Arquivos_196_CXK2007HW10MC3NU18UF10WU24TBR.doc

Sobre a questão de inserção no mercado, indifere a área ou segmento, o que foi percebido em pesquisas sobre a categoria são exatamente necessidades de posicionamentos e interrelações de ações políticas tanto de empresas quanto do poder público. A luta pelos direitos é algo construído numa sociedade ainda desconectada da própria necessidade que ela gerou, ou seja, a dupla, tripla e até mesmo quádrupla jornada de trabalho feminino.

Veja algumas ações de lideranças que vêm sendo tomadas por parte de grupos organizados pela luta feminina neste *link*: <http://www.youtube.com/watch?v=-9GEDbxvZA>

Ainda que estudos de marketing visualizem a incorporação de mulheres em postos mais elevados, segundo Kotler (1998, p. 177) a inclusão de mulheres em postos de direção definiu um novo panorama de consumo para os hotéis, a modalidade viajante feminina de negócios. Podemos considerar ainda que, na década de 1970, a representatividade desse nicho era apenas de 1% de todos os viajantes de negócio. Na atualidade, pode-se dizer que esse número já alcançou 50% na representação global.

Conclusão

As mudanças de paradigmas nas questões de gênero permitem rever e repensar o mundo e suas visões pré-definidas e, dessa forma, construir formas de compreensão de fatos históricos, estruturas político-sociais, processos de interação, ritos sociais, manifestações artísticas, avanços tecnológicos, entre outros.

A busca pela igualdade está intimamente ligada aos fatores religiosos, políticos, sociais e culturais, além de domínios econômicos.

O turismo não é uma área específica de desigualdades de gênero. É apenas mais uma diante de todas as distorções que vemos no mundo. A história da mulher é algo assustador frente às questões de toda natureza, mas longe de ideias feministas, o que se quis apresentar aqui foram dados que demonstram o grau de diferenças que temos em todas as áreas e de que forma podemos começar a mudar esse perfil social.

A maior diferença é o tempo das mulheres que se multiplicam para fazerem todas as atribuições que cada vez mais crescem em seus lares, e não se veem ações que as privilegiem diante do universo masculino, especialmente no que se refere às funções internas e externas. Há, ainda, a questão das faixas etárias que também agem negativamente sobre algumas profissões.

Repensar o papel da mulher no mundo é nossa obrigação, pois, o mundo não é feito apenas pelos homens, mas pelas mulheres que inclusive os geram.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

As ações voltadas para a criação de equiparação salarial nas mais variadas áreas de prestação de serviços está intrinsecamente ligada a políticas públicas voltadas tanto para o incentivo quanto para a cobrança de posicionamentos de empresas e instituições, haja vista que, a própria Constituição Federal não faz distinções. Na prática, não é bem assim que funciona. Assim, quais ações e possibilidades você acha serem necessárias à formação social de um mercado, especialmente dos segmentos turísticos como vimos na tabela salarial (**Tabela 14.1**) onde não haja discrepâncias nem salariais e nem de preconceitos em relação à mulher?

Resposta Comentada

Todas as ações que criam equiparações de gênero devem ser pensadas para a efetiva mudança da posição da mulher na sociedade. Não apenas no que se refere aos salários, mas às condições totais de vida no trabalho, pensando, desde a maternidade até a questão das diversas atribuições voltadas apenas para a mulher no mundo. Esta não é uma luta feminista, mas uma luta por igualdade de valores, classes e respeito, valores estes que o mundo se esquece quando se fala em diferenças entre homens e mulheres que deveriam viver juntos e serem unidos e não terem discrepâncias sociais e culturais que ora os afastam ora os unem em ações deliberadamente falsas.

Resumo

Para identificar as possibilidades de relações entre gênero e turismo, fizemos um apanhado de análises sobre o quadro apresentado no mundo, de forma sinóptica, resumimos as diferenças percebidas no mercado de trabalho feminino e delimitamos alguns exemplos acerca do que vem sendo tratado sobre o assunto. Especialmente no turismo as discrepâncias são revertidas “falsamente” para beneficiar a mulher. Entretanto, ainda faltam muitas discussões e ações políticas para inclusão social da mulher no mercado, não apenas turístico, mas em todos os serviços ligados direta ou indiretamente a ele a fim de que não haja tanta discriminação acerca da categoria.

Leituras recomendadas

FISCHER, Izaura Rufino. *Gênero e exclusão social*. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/113.html>>. Acesso em: 12/09/2011.

Secretaria de Políticas para a Mulher. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br>. Acesso em: 22/09/2011.

Sites recomendados

- <http://www.youtube.com/watch?v=YVTN7qd9c3c>
- <http://www.youtube.com/watch?v=qTdlmeHUUs>
- http://www.pco.org.br/conoticias/mulheres_2004/15jun_dif-salarial.htm
- <http://www.youtube.com/watch?v=pfXejwuGC90>
- <http://www.brasilecola.com/historiag/atenas-esparta-as-mulheres.htm>
- <http://www.imagensdeposito.com/papel%20de%20parede/39725/filme+300.html>
- <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/traductiones/plutarco/licurgo/espartanas.html>
- <http://pt.scribd.com/doc/55726857/7/Genero-Turismo-Desigualdades>
- www.tucum.org/oktiva.net/anexo/162323
- http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/td_1308.pdf

15

Panorama geral da pessoa com deficiência e sua relação com o turismo

Ricardo Noboru Shimosakai

Meta da aula

Apresentar diretrizes em relação à pessoa com deficiência e o turismo para esse segmento de público, para assim compreender como o turismo acessível funciona.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 reconhecer a posição da pessoa com deficiência na sociedade;
- 2 utilizar, de maneira correta, a acessibilidade e a inclusão;
- 3 identificar os princípios do turismo acessível.

Introdução

As pessoas com deficiência são uma parcela significativa da população brasileira. Porém, quando falamos de turismo, é necessário ampliar este horizonte, pois existem turistas com deficiência em todas as partes do mundo. Conhecer o modo como a pessoa com deficiência era tratada através dos tempos, seja por atitudes ou pelo modo como as chamavam, é compreender a evolução desse segmento e saber o modo como ela está posicionada na sociedade atualmente.

Alguns conceitos são bastante abrangentes, como é o caso da acessibilidade e da inclusão. O conceito em sua base é igual, porém sua aplicação em campos específicos podem criar algumas diferenças. Então, para compreender o turismo acessível, sempre é bom compreender estes conceitos sob a ótica do lazer e do turismo.

Para compreender o turismo acessível, é muito importante compreender o público-alvo, em qualquer situação. Dentro do segmento de pessoas com deficiência, existem diferenças de necessidades entre pessoas com deficiência física, visual, auditiva e intelectual. Mesmo dentro de uma deficiência específica, como por exemplo na deficiência física, onde estão inclusos pessoas com tetraplegia e nanismo, que são pessoas com necessidade totalmente diferentes.

A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade

A deficiência, apesar de somente agora estar tendo uma maior atenção pela sociedade nos países em desenvolvimento como o Brasil, já existe desde o início da humanidade. A sobrevivência de uma pessoa com deficiência na pré-história era impossível porque o ambiente era muito desfavorável e porque essas pessoas representavam um fardo para o grupo. Só os mais fortes sobreviviam e era inclusive muito comum que certas tribos se desfizessem das crianças com deficiência. Silva (2003), com base em pesquisas e estudos arqueológicos, presume-se que desde a pré-história o homem convive com pessoas portadoras de deficiência.

No Egito Antigo, evidências arqueológicas nos fazem concluir que, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas classes sociais (faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos). A arte egípcia, os afrescos, os papiros, os túmulos e as múmias estão repletos dessas revelações. Os estudos acadêmicos baseados em restos biológicos, de mais ou menos 4.500 a.C., ressaltam que as pessoas com nanismo não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos.

Na Grécia, Platão, no livro *A república*, e Aristóteles, no livro *A política*, trataram do planejamento das cidades gregas indicando as pessoas nascidas “disformes” para a eliminação. A eliminação era por exposição, ou abandono ou, ainda, atiradas do aprisco de uma cadeia de montanhas chamada Taygetos, na Grécia.

Em Roma, as leis romanas da Antiguidade não eram favoráveis às pessoas que nasciam com deficiência. Aos pais era permitido matar as crianças que nasciam com deformidades físicas, pela prática do afogamento. Relatos nos dão conta, no entanto, que os pais abandonavam seus filhos em cestos no rio Tibre, ou em outros lugares sagrados. Os sobreviventes eram explorados nas cidades por “esmoladores”, ou passavam a fazer parte de circos para o entretenimento dos abastados.

Foi no vitorioso Império Romano que surgiu o cristianismo. A nova doutrina voltava-se para a caridade e o amor entre as pessoas. As classes menos favorecidas sentiram-se acolhidas com essa nova visão. O cristianismo combateu, dentre outras práticas, a eliminação dos filhos nascidos com deficiência. Os cristãos foram perseguidos porém, alteraram as concepções romanas a partir do século IV. Nesse período é que surgiram os primeiros hospitais de caridade que abrigavam indigentes e pessoas com deficiências.

A Idade Moderna marcou a passagem de um período de extrema ignorância para o nascer de novas ideias. Ela ocorreu do ano de 1453 (século XIV), quando da tomada de Constantinopla pelos turcos-otomanos, até 1789 (século XVIII) com a Revolução France-

sa. O período mais festejado é o que vai até o século XVI, com o chamado Renascimento das artes, da música e das ciências, pois revelaram grandes transformações, marcadas pelo humanismo.

Gerolamo Cardomo (1501 a 1576), médico e matemático, inventou um código para ensinar pessoas surdas a ler e escrever, influenciando o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1520-1584) a desenvolver um método de educação para pessoa com deficiência auditiva, por meio de sinais. Esses métodos contrariaram o pensamento da sociedade da época que não acreditava que pessoas surdas pudessem ser educadas.

No século XIX, em 1819, Charles Barbier (1764-1841), um capitão do exército francês, atendeu a um pedido de Napoleão e desenvolveu um código para ser usado em mensagens transmitidas à noite durante as batalhas. Em seu sistema, uma letra ou um conjunto de letras era representada por duas colunas de pontos que, por sua vez, se referiam às coordenadas de uma tabela. Cada coluna podia ter de um a seis pontos, que deveriam estar em relevo para serem lidos com as mãos. O sistema foi rejeitado pelos militares, que o consideraram muito complicado.

Barbier então apresentou o seu invento ao Instituto Nacional dos Jovens Cegos de Paris. Entre os alunos que assistiram à apresentação, encontrava-se Louis Braille (1809-1852), então com quatorze anos, que se interessou pelo sistema e apresentou algumas sugestões para seu aperfeiçoamento. Como Barbier se recusou a fazer alterações em seu sistema, Braille modificou totalmente o sistema de escrita noturna criando o sistema de escrita padrão – o braille – usado por pessoas cegas até aos dias de hoje.

No Brasil, por insistência do imperador Dom Pedro II (1840-1889), seguia-se o movimento europeu e era criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atualmente Instituto Benjamin Constant), por meio do Decreto Imperial nº 1.428, de 12 de setembro de 1854. Três anos depois, em 26 de setembro de 1857, o imperador, apoiando as iniciativas do professor francês Hernest Huet, funda o Imperial Instituto de Surdos-Mudos (atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES), que passou a atender pessoas surdas de todo o país, a maioria abandonada pelas famílias.

O século XX trouxe avanços importantes para as pessoas com deficiência, sobretudo em relação às ajudas técnicas ou elementos tecnológicos assistivos. Os instrumentos que já vinham sendo utilizados – cadeira de rodas, bengalas, sistema de ensino para surdos e cegos, dentre outros – foram se aperfeiçoando. A sociedade, não obstante as sucessivas guerras organizou-se coletivamente para enfrentar os problemas e para melhor atender a pessoa com deficiência.

Por volta dos anos de 1902 até 1912, cresceu na Europa a formação e organização de instituições voltadas para preparar a pessoa com deficiência. Levantaram-se fundos para a manutenção dessas instituições, sendo que havia uma preocupação crescente com as condições dos locais aonde as pessoas com deficiência se abrigavam. Já começavam a perceber que as pessoas com deficiência precisavam participar ativamente do cotidiano e integrarem-se na sociedade.

Na literatura infantil, por exemplo, discutia-se o futuro das crianças desamparadas. O livro de J. M. Barrie, com o tema “Peter Pan, o menino que não queria crescer”, inspirou peças teatrais, assim como os movimentos sociais de 1904. Em Londres realizou-se a Primeira Conferência sobre Crianças Inválidas, tendo como tema principal a integração na sociedade das crianças institucionalizadas. Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos, na cidade de Saint Louis, organizou-se o primeiro Congresso Mundial dos Surdos para discutir os métodos de comunicação por sinais e o do oralismo.

Na Alemanha, nos anos seguintes, fez-se o primeiro censo demográfico de pessoas com deficiência, com o objetivo de organizar o Estado para melhor atender as pessoas com deficiência. Nos Estados Unidos, realizou-se a primeira conferência da Casa Branca sobre os cuidados de crianças deficientes e, na cidade de Boston, em 1907, a Goodwill Industries organizou as primeiras turmas de trabalho protegido de pessoas com deficiência nas empresas.

Em 1914 o império alemão declara guerra. O período da Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, em que os impérios alemão, austro-húngaro e turco-otomano batiam-se contra o Império

britânico, França, Rússia e ao final os Estados Unidos, foram anos de muita carestia no mundo. As mulheres puseram-se a trabalhar para sustentar a família, enquanto os maridos estavam na guerra. As crianças com e sem deficiência ficavam em abrigos.

Mesmo com o fim da Primeira Grande Guerra os conflitos políticos continuaram e os países estavam em crise financeira. No entanto, era necessário que os governos se preocupassem com o desenvolvimento de procedimentos para reabilitação dos ex-combatentes, melhorando a reabilitação dos jovens veteranos.

Somente em 1919, com o Tratado de Versailles, é consolidada a paz, embora não tenha sido duradoura, e é criado um importante organismo internacional para tratar da reabilitação das pessoas para trabalho no mundo, inclusive das pessoas com deficiência: a Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Imediatamente ao pós-guerra, a sociedade civil atenta e preocupada com os problemas sociais em curso, organizou-se para buscar soluções de melhorar os mecanismos de reabilitação. A primeira organização a se constituir foi a Sociedade Escandinava de Ajuda a Deficientes, atualmente conhecida como Rehabilitation Internacional.

A Segunda Guerra Mundial, ocorrida de 1939 a 1945, liderada pelo alemão Hitler, assolou e chocou o mundo pelas atrocidades provocadas. Sabe-se que o Holocausto eliminou judeus, ciganos e também pessoas com deficiência. Estima-se que 275 mil adultos e crianças com deficiência morreram nesse período e, outras 400 mil pessoas suspeitas de terem hereditariedade de cegueira, surdez e deficiência mental foram esterilizadas em nome da política da raça ariana pura. O triste desfecho da guerra, quando os Estados Unidos lançaram bombas nucleares sobre Hiroshima e Nagasaki, foi devastador e matou 222 mil pessoas, deixando sequelas nos sobreviventes civis.

Na primeira metade do século XX, a sociedade civil criou organizações voltadas para a assistência nas áreas de educação e saúde, como as Sociedades Pestalozzi (1932) e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) (1954).

Ainda na década de 1950, o surto de poliomielite levou à criação dos centros de reabilitação física. O Imperial Instituto dos Surdos-Mudos foi criado em 1856, por iniciativa particular do francês E. Huet, professor surdo e ex-diretor do Instituto de Surdos-Mudos de Bourges.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo precisou se reorganizar. A Europa estava devastada, assim como os países aliados porque enviaram tropas para derrotar Hitler. As cidades exigiam reconstrução, as crianças órfãs precisavam de abrigo, comida, roupas, educação e saúde. Os adultos sobreviventes das batalhas tinham sequelas e precisavam de tratamento médico e reabilitação.

Em 1948, a comunidade internacional se reúne na nova sede da ONU, em Nova York, jurando solenemente nunca mais produzir as atrocidades como aquelas cometidas durante a Segunda Guerra Mundial. Os dirigentes mundiais decidem então reforçar a Carta das Nações Unidas, declarando em um só documento todos os direitos de cada pessoa, em todo lugar e tempo. Nasce a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD) de São Paulo (hoje Associação de Assistência à Criança Deficiente) foi fundada em 1950. Em 1952 se deu o início das competições entre cadeirantes, no Centro de Reabilitação de Stoke Mandeville, Inglaterra. Em 1964 foram realizados os primeiros Jogos Paralímpicos em Tokyo, Japão.

Outro fator relevante foi a decisão da ONU de proclamar 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), sob o tema “Participação Plena e Igualdade”. O advento do AIPD colocou as pessoas com deficiência no centro das discussões, no mundo e também no Brasil. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo foram assinados pelo Brasil, sem reservas, em 30 de março de 2007. Ao sancionar o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, o presidente da República completou o processo da ratificação, conquistas muito importantes para o movimento de pessoas com deficiência.

O deficiente, ainda pouco compreendido pela maioria das pessoas, ao longo do tempo vem carregando inúmeros termos e apelidos, gerando discussão mesmo entre os próprios deficientes. Segundo Sassaki (2003, p.12-16), em cada época são utilizados termos cujos significados sejam compatíveis com os valores vigentes na sociedade, enquanto esta evolui em seu relacionamento com as pessoas que possuem algum tipo de deficiência.

No começo da história e durante séculos.

- “Os inválidos” (“indivíduos sem valor”, “indivíduos inúteis”).
Início do século XX até ± 1950.
- “Os incapacitados” (de início, “indivíduos sem capacidade” e, mais tarde, “indivíduos com capacidade reduzida”).
- “Os incapazes” (“indivíduos que não são capazes” de fazer algumas coisas por causa da sua deficiência).
- “Os excepcionais” (“indivíduos com deficiência intelectual”).

De ± 1950 até ± 1980.

- “Os defeituosos” (“indivíduos com deformidade”, principalmente física).
- “Os deficientes” (“indivíduos com deficiência” física, intelectual, auditiva, visual ou múltipla).

De 1981 até ± 1987.

- “Pessoas deficientes” (em 1981, pela primeira vez em todo o mundo, o substantivo “deficientes” passou a ser utilizado como adjetivo, sendo-lhe acrescentado o substantivo “pessoas”).

De ± 1988 até ± 1993.

- “Pessoas portadoras de deficiência” (utilizado somente em países de língua portuguesa, foi proposto para substituir o termo “pessoas deficientes”).
- “Os portadores de deficiência”, (reduzido de “pessoas portadoras de deficiência” pela lei do menor esforço).

De ± 1994 até ± 2000.

- “Portadores de necessidades especiais”
- “Pessoas com necessidades especiais”
- “Pessoas especiais” (reduzido de “pessoas com necessidades especiais”).
- “Crianças especiais”, “filhos especiais”, “alunos especiais”, “Pacientes especiais” etc. (numa tentativa de amenizar a contundência da palavra “deficientes”).

De ± 2000 até hoje e além.

- “Pessoas com deficiência” (termo adotado por consenso por um número cada vez maior de ativistas de direitos humanos, boa parte dos quais constituída por pessoas com deficiência, e adotado pela Assembleia Geral da ONU em 13/12/06 quando aprovou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência). O termo poderá ser acrescido do tipo específico de deficiência, quando necessário (“pessoa com deficiência física”, “pessoa com deficiência intelectual”, “pessoa com surdo cegueira”, “pessoa cega”, “pessoa surda”, entre outros termos). Também poderá ser substituído o termo “pessoa” por substantivos que especificam a pessoa dentro de um determinado contexto (“criança com deficiência física”, “adolescentes com deficiência intelectual”, “atletas com síndrome de Down”, “trabalhadores com deficiência”, “adultos com deficiência múltipla”, entre outros). A regra, para todos os casos, é a estrutura “pessoa com deficiência”, ou seja, “alguém” com “deficiência” de modo geral ou com “um tipo específico de deficiência”



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Leia a notícia a seguir e comente a respeito da terminologia utilizada para definir as pessoas com deficiência.

Matéria do *Portal Universidade*, publicada dia 9 de junho de 2011:

O deputado Romário sugeriu que os portadores de necessidades especiais sejam capacitados para trabalhar na Copa de 2014. No II Fórum Legislativo de Cidades-Sede da Copa 2014, o ex-atacante cobrou providências dos parlamentares. “Tenho certeza de que pessoas com deficiência visitarão o Brasil para a Copa do Mundo, então por que os brasileiros não podem dar aos seus deficientes a oportunidade de capacitá-los para que eles recebam os turistas?

Resposta Comentada

O termo “portador de necessidade especial” não é mais utilizado, pela justificativa que a deficiência não é algo que se porta ou carrega, ela faz parte da pessoa. E também porque necessidade especial, todas as pessoas possuem. Embora muitos documentos ainda utilizem esses termos, a terminologia politicamente correta, e amplamente discutida pela ONU com diversos países, é pessoa com deficiência.

Os resultados do Censo 2000 mostram que, aproximadamente, 24,6 milhões de pessoas, ou 14,5% da população total, apresentaram algum tipo de incapacidade ou deficiência. São pessoas com ao menos alguma dificuldade de enxergar, ouvir, locomover-se ou com alguma deficiência física ou mental.

Entre 16,6 milhões de pessoas com algum grau de deficiência visual, quase 150 mil se declararam cegos. Já entre os 5,7 milhões de brasileiros com algum grau de deficiência auditiva, um pouco menos de 170 mil se declararam surdos. É importante destacar que a proporção de pessoas portadoras de deficiência aumenta com a idade, passando de 4,3% nas crianças até 14 anos, para 54% do total das pessoas com idade superior a 65 anos. À medida que a estrutura da população está mais enve-

lhecida, a proporção de pessoas com deficiência aumenta, surgindo um novo elenco de demandas para atender às necessidades específicas deste grupo.

Os idosos são hoje 14,5 milhões de pessoas, 8,6% da população total do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no Censo 2000. O instituto considera idosos as pessoas com 60 anos ou mais, mesmo limite de idade considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para os países em desenvolvimento. Em uma década, o número de idosos no Brasil cresceu 17%, em 1991, ele correspondia a 7,3% da população.

Segundo números da ONU, há cerca de 650 milhões de portadores de deficiência no mundo todo. O número representa aproximadamente 10% da população mundial. Nos países onde a esperança de vida é superior a 70 anos, uma média de oito anos (11,5%) da vida de uma pessoa se passa em situação de incapacidade física. A maioria (80%) dos deficientes vive nos países em desenvolvimento. Nas nações industrializadas, a taxa é mais alta nos setores sociais marginalizados e com menor acesso à educação. Outros números revelam que 20% das pessoas mais pobres do mundo têm deficiências. A sua marginalidade se reflete em estudos que demonstram, por exemplo, que 90% das crianças com deficiências não frequentam a escola. Além disso, o índice mundial de alfabetização de adultos com deficiências não passa de 3%, e 1% no caso das mulheres, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Para conceituar o que é deficiência, o Art. 3º do Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, considera:

I – deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II – deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos;

III – incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

O que se entende por deficiência permanente?

Considera-se deficiência permanente aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos (Decreto nº 3.298/99, art. 3º, II).

Tipos de deficiência

Deficiência física

É a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, “a”; c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, I).

Para melhor entendimento, seguem-se algumas definições:

- amputação – perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro;
- paraplegia – perda total das funções motoras dos membros inferiores;
- paraparesia – perda parcial das funções motoras dos membros inferiores;
- monoplegia – perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou superior);

- monoparesia – perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou superior);
- tetraplegia – perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores;
- tetraparesia – perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores;
- triplegia – perda total das funções motoras em três membros;
- triparesia – perda parcial das funções motoras em três membros;
- hemiplegia – perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo);
- hemiparesia – perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo);
- ostomia – intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura, ostio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de fezes e/ou urina; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo humano (colostomia: ostoma intestinal; urostomia: desvio urinário);
- paralisia cerebral – lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental;
- nanismo – deficiência acentuada no crescimento.

É importante ter em mente que o conceito de deficiência inclui a incapacidade relativa, parcial ou total, para o desempenho da atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano. Esclarecemos que a pessoa com deficiência pode desenvolver atividades laborais desde que tenha condições e apoios adequados às suas características.

Deficiência auditiva

É a perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, “b”; c/c Decreto nº 5.298/99, art. 4º, II).

Deficiência visual

De acordo com o Decreto nº 3.298/99 e o Decreto nº 5.296/04, conceitua-se como deficiência visual:

- cegueira – na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica;
- baixa visão – significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica;
- os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°;
- a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

Ressaltamos a inclusão das pessoas com baixa visão a partir da edição do Decreto nº 5.296/04. As pessoas com baixa visão são aquelas que, mesmo usando óculos comuns, lentes de contato, ou implantes de lentes intraoculares, não conseguem ter uma visão nítida. As pessoas com baixa visão podem ter sensibilidade ao contraste, percepção das cores e intolerância à luminosidade, dependendo da patologia causadora da perda visual.

Deficiência mental

De acordo com o Decreto nº 3.298/99, alterado pelo Decreto nº 5.296/04, conceitua-se como deficiência mental o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- comunicação;
- cuidado pessoal;
- habilidades sociais;
- utilização dos recursos da comunidade;
- saúde e segurança;
- habilidades acadêmicas;
- lazer;
- trabalho.

(Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, “d”; e Decreto nº 3.298/99, art. 4º, I).

Deficiência múltipla

De acordo com o Decreto nº 3.298/99, conceitua-se como deficiência múltipla a associação de duas ou mais deficiências.

Acessibilidade

O termo “acessibilidade” começou a ser utilizado recentemente. Historicamente, a origem do uso desse termo para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência está no surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional, no final da década de 1940.

Na década de 1950, com a prática da reintegração de adultos reabilitados, ocorrida na própria família, no mercado de trabalho e na comunidade em geral, profissionais de reabilitação constataavam que essa prática era dificultada e até impedida pela existência de barreiras arquitetônicas nos espaços urbanos, nos edifícios e residências e nos meios de transporte coletivo. Surgia assim a fase da integração, que duraria cerca de 40 anos até ser substituída gradativamente pela fase da inclusão.

Na década de 1960, algumas universidades americanas iniciaram as primeiras experiências de eliminação de barreiras arquitetônicas existentes em seus recintos: áreas externas, estacionamentos, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, lanchonetes etc. Na década de 1970, graças ao surgimento do primeiro centro de vida independente do mundo (que aconteceu na cidade de Berkeley, Califórnia, EUA), aumentaram a preocupação e os debates sobre a eliminação de barreiras arquitetônicas, bem como a operacionalização das soluções idealizadas.

Na década de 1980, impulsionado pela pressão do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981), o segmento de pessoas com deficiência desenvolveu verdadeiras campanhas em âmbito mundial para alertar a sociedade a respeito das barreiras arquitetônicas e exigir não apenas a eliminação delas (desenho adaptável) como também a não inserção de barreiras já nos projetos arquitetônicos (desenho acessível). Pelo desenho

adaptável, a preocupação é no sentido de adaptar os ambientes obstrutivos. Já pelo desenho acessível, a preocupação está em exigir que os arquitetos, engenheiros, urbanistas e desenhistas industriais não incorporem elementos obstrutivos nos projetos de construção de ambientes e utensílios. Tanto no desenho adaptável como no acessível, o beneficiado específico é a pessoa com deficiência. Na segunda metade da década de 1980, surgiu o conceito de inclusão contrapondo-se ao de integração.

Na década de 1990, começou a ficar cada vez mais claro que a acessibilidade deverá seguir o paradigma do desenho universal, segundo o qual os ambientes, os meios de transporte e os utensílios sejam projetados para todos e, portanto, não apenas para pessoas com deficiência. E, com o advento da fase da inclusão, hoje entendemos que a acessibilidade não é apenas arquitetônica, pois existem barreiras de vários tipos também em outros contextos que não o do ambiente arquitetônico.

São basicamente seis os contextos de acessibilidade:

1. Acessibilidade arquitetônica: sem barreiras ambientais físicas, nas residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo.
2. Acessibilidade comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braille, uso do computador portátil), virtual (acessibilidade digital).
3. Acessibilidade metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar).
4. Acessibilidade instrumental: sem barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva etc.).

5. Acessibilidade programática: sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias etc.), normas e regulamentos (institucionais, empresariais etc.).
6. Acessibilidade atitudinal: sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, nas pessoas em geral.

A propósito, a acessibilidade tecnológica não constitui um outro tipo de acessibilidade e sim, o aspecto tecnológico que permeia as acessibilidades citadas, com exceção da atitudinal. Podemos, por exemplo, dizer que um hotel (sociedade, empresa etc.) inclusivo é aquele que está implementando gradativamente as medidas efetivas de acessibilidade naqueles seis contextos.

Em muitos casos, as pessoas têm a ideia de que o simples fato de possuir um acesso ao seu local ou serviço, já se pode considerar como acessível. Mas a acessibilidade precisa estar acompanhada da autonomia, sempre que possível. Possuir um elevador, que pode ser acionado somente com a chave que fica em poder do segurança, e para chamar o segurança é necessário primeiramente transpor essa barreira onde o elevador daria o acesso, não é uma situação difícil de se encontrar, apesar de parecer mais uma questão de lógica do que de conhecimento em acessibilidade.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. A indicação de acessibilidade das edificações, do mobiliário, dos espaços e dos equipamentos urbanos deve ser feita por meio do símbolo internacional de acesso. O símbolo internacional de acesso deve indicar a acessibilidade aos serviços e identificar espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos onde existem elementos acessíveis ou utilizáveis por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Comente sobre a credibilidade do símbolo internacional de acesso.

Resposta Comentada

O símbolo é somente um indicativo, não existe nenhuma regulamentação ou fiscalização para seu uso. Então, qualquer pessoa ou estabelecimento pode utilizá-lo. Desta forma, muitos locais que não possuem acessibilidade, colocam este símbolo, fato que por exemplo, ultimamente tem ocorrido muito em ônibus turísticos. Uma organização francesa criou uma certificação própria de acessibilidade para o país, com direitos e obrigações claras. No Brasil a Turismo Adaptado está desenvolvendo o mesmo sistema.

Inclusão

O tema inclusão social ganhou espaço na sociedade e muito tem se falado sobre ele nos últimos tempos, aplicando-lhe conceitos diferenciados a partir da diversidade de situações que as sociedades apresentam. Afinal, o que é “inclusão social”? Ao iniciarmos nosso trabalho, procuramos uma definição do que seria essa inclusão social que muito tem se falado mas pouco se consegue entender. Percebemos que a questão não seria respondida de forma tão imediata como a princípio cogitávamos.

Dentre outros significados, o termo “incluir” quer dizer: estar incluído ou compreendido, fazer parte. E é por este último significado que buscamos traçar a importância da inclusão junto ao aspecto do envelhecimento, em meio às políticas públicas voltadas para a referida camada da população que, conforme já citado no início desta aula, vem se apresentando de maneira expressiva em nossa sociedade.

Porém, esse significado semântico do termo “inclusão social” mostrou-se insuficiente, precisávamos de algo mais. As primeiras formas de trabalhar o tema estiveram sempre ligadas à inclusão social de pessoas com deficiência. E na tentativa de auxiliar nosso conhecimento sobre o tema, citamos Romeu Sas-

saki, que em seu trabalho, “Inclusão: construindo uma sociedade para todos”, traz uma grande contribuição para definição de inclusão social, muito embora seu trabalho seja voltado para a discussão da inclusão social das pessoas com deficiência.

Acreditamos que o idoso também é um sujeito com deficiência, apesar de entendermos e considerarmos que velhice não pode e não deve ser vista como doença. Contudo, esse segmento da sociedade apresenta como característica importante as dificuldades vividas por eles e causadas pelo próprio processo de envelhecimento, como por exemplo, a saída do mercado de trabalho, a perda gradativa do vigor físico e mental, o rompimento dos laços familiares ou de amizade, processo complexo que alimenta o isolamento e a exclusão do meio social.

Assim, como a deficiência, a velhice ainda é vista de forma negativa pela sociedade e pelos próprios idosos, considerada como o final de um ciclo evolutivo. Historicamente, as pessoas com mais idade eram tidas como improdutivas, e apesar de serem também reconhecidas como representantes da história viva, ficavam escondidas do convívio social. “Para a sociedade, a velhice aparece como uma espécie de segredo vergonhoso, do qual é indecente falar”.

Sassaki, acredita que a inclusão social é a forma pela qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, essas também se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Para o autor, a sociedade precisa ser modificada, devendo entender que ela precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros, tendo estes como parceiros na discussão de problemas e soluções. Assim, entendemos que tal forma de pensar também pode ser caminho para se incluir os idosos na sociedade.

Devemos ressaltar que Sassaki não fala de integração. Diferentemente do que imaginamos, na interpretação do autor, inclusão e integração não querem significar a mesma coisa. Integração para ele é a inserção de uma pessoa com deficiência preparada para conviver na sociedade, ou seja, uma pessoa de-

verá ser instruída para se adaptar ao movimento da sociedade, enquanto que a inclusão é entendida como a modificação da sociedade como pré-requisito para que essas mesmas pessoas possam buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania.

Contudo ele estabelece que isso não ocorre de um dia para outro e assim, a inclusão social, de acordo com Sasaki, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade. Isso através de transformações, que podem ocorrer nos espaços físicos das cidades, meios de transporte, no interior das políticas públicas e na mentalidade de todas as pessoas, sejam elas, jovens, adultas ou idosas.

Percebemos que o tema, embora tão difundido recentemente, principalmente na mídia, é de certa forma complexo, pois apresenta caminhos diferentes na tentativa de defini-lo. A solução sugerida por nós, é a de entender a inclusão social justamente pelo que é considerado como seu oposto, que é a exclusão social.

Turismo acessível

Não existe uma definição única e universal de “turismo acessível”. Aqui nos referimos a algumas das formas em que o termo é definido e utilizado. O conceito certamente irá evoluir, assim como será aplicado em mais e mais contextos em todo o mundo.

– “Turismo Acessível” (também conhecido como “Turismo com Acesso”, “Turismo Universal”, “Turismo Inclusivo” e em alguns países, como no Japão “Turismo sem barreiras”) é o turismo e viagens acessíveis para todas as pessoas, com deficiência ou não, incluindo os de mobilidade, audição, visão, ou intelectuais e psicossociais deficiências cognitivas, idosos e pessoas com deficiência temporária (Declaração de Takayama – Unesco, 2009).

– Turismo Acessível” refere-se ao turismo que atende às necessidades de uma gama completa de consumidores, incluindo as pessoas com deficiência, os idosos e as famílias em geral. Que implica na remoção de atitudes e barreiras atitudinais e institucionais na sociedade, e engloba acessibilidade do meio físico, de transporte, de informação e de

comunicação e de outros serviços e facilidades. Abrange locais turísticos públicos e privados (Cidade de Takayama e Conferência UNESCAP – Takayama, 2009).

Turismo acessível é o esforço contínuo para garantir destinos turísticos, produtos e serviços acessíveis a todas as pessoas, independentemente de suas limitações físicas, deficiência ou idade. Ele abrange locais turísticos públicas e privadas. As melhorias não beneficiam só aqueles com deficiência física permanente, mas também os pais com filhos pequenos, os viajantes idosos, pessoas com lesões temporária, como uma perna quebrada, bem como os seus companheiros de viagem (ACCESSIBLE..., 2011).

– um processo de garantir que as pessoas com deficiência e idosos a funcionar de forma independente e com equidade e dignidade, com o fornecimento de produtos de turismo universal, serviços e ambientes. A definição é inclusive da mobilidade, a visão, a audição e cognitivo de dimensões de acesso (DARCY, 2006, p. 6, *apud* ACCESSIBLE..., 2011).

– Turismo Acessível permite que pessoas com requisitos de acesso, incluindo a mobilidade, a visão, a audição e dimensões cognitivas de acesso, a funcionar de forma independente com equidade e dignidade, através de produtos de turismo universalmente concebidos, de serviços e de ambientes. Esta definição é, inclusive, de todas as pessoas incluindo as que viajam com crianças em carrinhos, as pessoas com deficiência e idosos (DARCY; DICKSON, 2009, p. 34, *apud* ACCESSIBLE..., 2011).

Segundo a ENAT, uma rede europeia de turismo, o turismo acessível inclui:

- *destinos sem barreiras*: infraestrutura e facilidades;
- *transporte*: pelo ar, terra e mar, apropriado para todos os usuários;
- *serviços de alta qualidade*: executado por pessoal treinado;
- *atividades, exposições, atrações*: permitir a participação de todos no turismo;
- *marketing, sistemas de reserva, sites e serviços*: informação acessível a todos.

A seguir, algumas das iniciativas mais significativas no turismo brasileiro até os tempos atuais, em relação a ações práticas no turismo acessível:

- *Freeway*, uma operadora de ecoturismo, iniciou em 2004 um trabalho para acessibilizar alguns destinos de ecoturismo no Brasil, onde participavam algumas pessoas com deficiência e uma fisioterapeuta. Era passada uma capacitação aos parceiros que iriam operar o roteiro turístico, a fim de adequar o atendimento, e eram passadas dicas para implantar a acessibilidade nos estabelecimento.
- Projeto do Ministério do Turismo se iniciou com o programa Aventureiros Especiais, desenvolvido pela ONG Aventura Especial no parque dos Sonhos, e criou diversas modalidades de turismo de aventura para pessoas com deficiência. A partir de então, outras oportunidades surgiram, como o programa Socorro Acessível, através de uma nova parceria do MTur, desta vez com a Prefeitura Municipal de Socorro e a Avape.
- Guia Brasil ParaTodos é um guia turístico contendo dez cidades brasileiras com informações turísticas e de acessibilidade para hospedagem, locais de alimentação, passeios e outras dicas. Foi elaborado pela i.social com a ajuda de colaboradores locais e publicado pela editora Áurea.
- A Turismo Adaptado é uma empresa voltada para o desenvolvimento da acessibilidade e inclusão no lazer e turismo. Além de realizar agenciamento de viagens acessíveis, também trabalha o conhecimento através de palestras, cursos, material didático e um portal permanente de informações. Também realiza consultoria, elabora projetos e aplica campanhas voltadas ao seu segmento. Realiza seu trabalho no Brasil e no exterior, e seu diretor Ricardo Shimosakai é associado à SATH (Society for Accessible Travel and Hospitality) e à ENAT (European Network for Accessible Tourism).

Conclusão

A pessoa com deficiência no turismo é um segmento muito significativo, pois não podemos restringir somente a análises desse público no Brasil, e o turismo acessível já é bastante desenvolvido em muitos países ao redor do mundo, e com muito sucesso. A estrutura do turismo se utiliza de muitas ferramentas essenciais que fazem parte da vida diária de uma pessoa, tais como transporte, bares e restaurantes, bancos e outros mais. Então, a implantação do turismo acessível acaba tendo um valor social bastante grande. Mas, para que isso aconteça de forma correta, é preciso que as pessoas compreendam os conceitos de acessibilidade e inclusão de forma correta também. Nos últimos tempos, temos visto um aumento das iniciativas para melhorar essas questões, porém feitos com um conhecimento muito primário, onde o esforço e o dinheiro que foi empreendido, muitas vezes acaba não tendo o resultado esperado. Mudar sim, mas mudar de forma adequada, isto sim é avançar.



Atividade Final

Descritivo de parte das atividades do Grupo Terra:

Com o objetivo de difundir a visão positiva da cegueira, o Grupo Terra organiza passeios que possibilitam uma interação entre as pessoas com deficiência visual, o voluntário e a Natureza. É através dos passeios que as pessoas com deficiência visual entram em contato com pessoas que enxergam, e desse encontro resultam amizades, oportunidades, aprendizados, aceitação, companheirismo e a desmistificação das ideias pré-concebidas sobre a cegueira. Os passeios são sempre realizados em lugares de extrema beleza, próximos à cidade de São Paulo, onde os participantes desfrutam de um dia especial, cheio de diversão, ensinamento, emoção e momentos inesquecíveis.

Qual sua opinião sobre turismo para cegos? Isto é inclusão? Justifique.

Resposta Comentada

O turismo explora bastante a segmentação, com a intenção de atender melhor a um público específico. Então é comum encontrar turismo de aventura, turismo de luxo, turismo de solteiros, entre diversos outros segmentos. Fazer um turismo específico, não é contrariar a inclusão, desde que haja outras opções de escolha para a pessoa, no caso citado, com deficiência visual. Muitas vezes, a própria pessoa sente a necessidade de uma atenção maior, e em alguns casos é uma questão de segurança, onde o atendimento específico visa à proteção.

Resumo

Para saber lidar com o turismo para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, conhecer o público-alvo é muito importante. Então, conhecer a evolução deste público específico através dos tempos e o posicionamento atual na sociedade, é fundamental. Outros conceitos, básicos mas de grande importância, como a acessibilidade e a inclusão servem como ferramentas para se alcançar um objetivo. A acessibilidade tem o papel de promover condições de ordem material para que a pessoa com deficiência tenha uma vida independente. O papel da inclusão tem a intenção de apontar o melhor caminho para proporcionar a forma adequada de convivência com uma pessoa com deficiência.

As pessoas com deficiência, apesar de serem enxergadas como um segmento único, possuem bastante diferenças. Pessoas com deficiência física, visual, auditiva e intelectual, têm necessidades distintas, por isso pode parecer complexo. O turismo trabalha vários segmentos, e dessa forma surgem o turismo de aventura, turismo de luxo, turismo esportivo, turismo de incentivo, entre diversos outros. A dificuldade do turismo acessível, é puramente a falta de conhecimento e da prática, pois a evolução da pessoa com deficiência no

Brasil ainda é recente, e por isso, há alguns anos, esse tema não era amplamente discutido como nos dias de hoje e nem havia tantos equipamentos e recursos como dispomos atualmente.

Informação sobre a próxima aula

A próxima aula irá mostrar a tecnologia assistiva e seus recursos aplicados no turismo. Serão estudados os recursos e serviços existentes para proporcionar uma vida independente, e alguns desses itens como o desenho universal, audiodescrição, braille e a língua de sinais serão explicados com mais detalhes, pela importância que possuem no turismo e na sociedade como um todo.

16

Os pilares para a construção de uma sociedade acessível e inclusiva

Ricardo Noboru Shimosakai

Meta da aula

Apresentar o conceito da tecnologia assistiva e mostrar parte de seus recursos e serviços que são muito úteis na composição do turismo acessível.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 definir tecnologia assistiva;
- 2 saber identificar os princípios do Desenho Universal;
- 3 reconhecer os recursos de Braille e audiodescrição para deficientes visuais;
- 4 assimilar a importância da língua de sinais e a cultura surda.

Pré-requisitos

Antes de começar esta aula, lembre:

- os conceitos de acessibilidade e inclusão;
- as características dos tipos de deficiência existentes.

Introdução

A tecnologia assistiva é algo sempre presente na vida das pessoas com deficiências, inclusive em atividades de lazer e turismo. Como existem diferentes tipos de deficiência e também diferentes tipos de necessidades, os recursos existentes também são inúmeros. Além do mais, não se trata somente de produtos, mas também de serviços.

Alguns princípios, como o desenho universal, apesar de terem sua origem no campo da arquitetura, têm uma importância e abrangência muito grande para a acessibilidade. É um dos principais recursos utilizados para beneficiar principalmente pessoas com deficiência física, assim como são o Braille e a áudiodescrição para pessoas com deficiência visual, e a língua de sinais para pessoas com deficiência auditiva.

Infelizmente, a visão dos empresários brasileiros ainda é de gasto e não de investimento. Enquanto isso, países como os Estados Unidos, onde a visão é outra, movimentam mais de 14 bilhões de dólares por ano somente no segmento de turismo acessível. A Europa também tem uma movimentação significativa, e os turistas brasileiros com deficiência estão viajando cada vez mais, se tornando cada vez mais exigentes e tendo seu poder aquisitivo aumentado a cada ano. A tendência é começarem a procurar viagens internacionais, onde a oferta de viagens acessíveis é maior, enquanto o Brasil fica somente tentando cumprir suas obrigações.

Tecnologia assistiva

Tecnologia assistiva é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão.

É também definida como “uma ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas

para minorar os problemas encontrados pelos indivíduos com deficiências” (COOK; HUSSEY, 1995).

No Brasil, o Comitê de Ajudas Técnicas – CAT, instituído pela Portaria nº 142, de 16 de novembro de 2006 propõe o seguinte conceito para a tecnologia assistiva:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (REUNIÃO DO COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS, 2007).

O termo *Assistive Technology*, traduzido no Brasil como tecnologia assistiva, foi criado em 1988 como importante elemento jurídico dentro da legislação norte-americana conhecida como Public Law 100-407 e foi renovado em 1998 como Assistive Technology Act de 1998 (P.L. 105-394, S.2432). Compõe, com outras leis, o ADA – American with Disabilities Act, que regula os direitos dos cidadãos com deficiência nos EUA, além de prover a base legal dos fundos públicos para compra dos recursos que estes necessitam.

Os recursos são todo e qualquer item, equipamento ou parte dele, produto ou sistema fabricado em série ou sob medida, utilizado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais das pessoas com deficiência. Os serviços, são definidos como aqueles que auxiliam diretamente uma pessoa com deficiência a selecionar, comprar ou usar os recursos anteriormente definidos.

Podemos perceber a importância da tecnologia assistiva em todos campos que compõem o turismo. Desde a própria geração da informação, com sites acessíveis a pessoas com deficiência visual e folhetos em Braille, no transporte, com veículos acessíveis a cadeirantes na hotelaria, com despertadores vibratórios e campainhas luminosas para surdos, além de diversos outros produtos para tornar a viagem possível e agradável.

Mas como foi dito anteriormente, tecnologia assistiva não se resume somente a produtos, mas também a serviços. Então os profissionais do turismo devem estar preparados para atender os diversos tipos de deficiência, num hotel o funcionário deve saber como oferecer ajuda e conduzir um cego ou cadeirante, guias turísticos preparados para fornecer informação em Libras para surdos e mais situações consideradas como hospitalidade inclusiva.

a) Recursos

Podem variar de uma simples bengala a um complexo sistema computadorizado. Estão incluídos brinquedos e roupas adaptadas, computadores, *softwares* e *hardwares* especiais, que contemplam questões de acessibilidade, dispositivos para adequação da postura sentada, recursos para mobilidade manual e elétrica, equipamentos de comunicação alternativa, chaves e acionadores especiais, aparelhos de escuta assistida, auxílios visuais, materiais protéticos e milhares de outros itens confeccionados ou disponíveis comercialmente.

b) Serviços

São aqueles prestados profissionalmente à pessoa com deficiência visando selecionar, obter ou usar um instrumento de tecnologia assistiva. Como exemplo, podemos citar avaliações, experimentação e treinamento de novos equipamentos. Os serviços de Tecnologia Assistiva são normalmente transdisciplinares envolvendo profissionais de diversas áreas, tais como:

- Fisioterapia.
- Terapia ocupacional.
- Fonoaudiologia.
- Educação.
- Psicologia.
- Enfermagem.
- Medicina.
- Engenharia.
- Arquitetura.
- Design.
- Técnicos de muitas outras especialidades.

Encontramos, também, terminologias diferentes que aparecem como sinônimos da tecnologia assistiva, tais como “ajudas técnicas”, “tecnologia de apoio”, “tecnologia adaptativa” e “adaptações”.

c) Objetivos da tecnologia assistiva

Proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade.

d) Categorias de tecnologia assistiva

A classificação a seguir foi construída com base nas diretrizes gerais da ADA, porém não é definitiva e pode variar segundo alguns autores. A importância das classificações no âmbito da tecnologia assistiva se dá pela promoção da organização desta área de conhecimento e servirá ao estudo, pesquisa, desenvolvimento, promoção de políticas públicas, organização de serviços, catalogação e formação de banco de dados para identificação dos recursos mais apropriados ao atendimento de uma necessidade funcional do usuário final.

- **Auxílios para a vida diária**

Materiais e produtos para auxílio em tarefas rotineiras tais como comer, cozinhar, vestir-se, tomar banho e executar necessidades pessoais, manutenção da casa etc.

- **CAA (CSA) comunicação aumentativa (suplementar) e alternativa**

Recursos, eletrônicos ou não, que permitem a comunicação expressiva e receptiva das pessoas sem a fala ou com limitações da mesma. São muito utilizadas as pranchas de comunicação com os símbolos PCS ou Bliss além de vocalizadores e *softwares* dedicados para este fim.

- **Recursos de acessibilidade ao computador**

Equipamentos de entrada e saída (síntese de voz, Braille), auxílios alternativos de acesso (ponteiras de cabeça, de luz), teclados modificados ou alternativos, aciona-

dores, *softwares* especiais (de reconhecimento de voz, etc.), que permitem que as pessoas com deficiência usem o computador.

- Sistemas de controle de ambiente

Sistemas eletrônicos que permitem às pessoas com limitações motolocomotoras, controlar remotamente aparelhos eletroeletrônicos, sistemas de segurança, entre outros, localizados em seu quarto, sala, escritório, casa e arredores.

- Projetos arquitetônicos para acessibilidade

Adaptações estruturais e reformas na casa e/ou ambiente de trabalho, através de rampas, elevadores, adaptações em banheiros entre outras, que retiram ou reduzem as barreiras físicas, facilitando a locomoção da pessoa com deficiência.

- Órteses e próteses

Troca ou ajuste de partes do corpo, faltantes ou de funcionamento comprometido, por membros artificiais ou outros recursos ortopédicos (talas, apoios etc.). Incluem-se os protéticos para auxiliar nos déficits ou limitações cognitivas, como os gravadores de fita magnética ou digital que funcionam como lembretes instantâneos.

- Adequação postural

Adaptações para cadeira de rodas ou outro sistema de sentar visando ao conforto e distribuição adequada da pressão na superfície da pele (almofadas especiais, assentos e encostos anatômicos), bem como posicionadores e contentores que propiciam maior estabilidade e postura adequada do corpo através do suporte e posicionamento de tronco/cabeça/membros.

- Auxílios de mobilidade

Cadeiras de rodas manuais e motorizadas, bases móveis, andadores, *scooters* de três rodas e qualquer outro veículo utilizado na melhoria da mobilidade pessoal.

- Auxílios para cegos ou com visão subnormal
Auxílios para grupos específicos que incluem lupas e lentes, Braille para equipamentos com síntese de voz, grandes telas de impressão, sistema de TV com aumento para leitura de documentos, publicações etc.
- Auxílios para surdos ou com déficit auditivo
Auxílios que incluem vários equipamentos (infravermelho, FM), aparelhos para surdez, telefones com teclado — teletipo (TTY), sistemas com alerta tátil-visual, entre outros.
- Adaptações em veículos
Acessórios e adaptações que possibilitam a condução do veículo, elevadores para cadeiras de rodas, camionetas modificadas e outros veículos automotores usados no transporte pessoal.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Descritivo do equipamento Stair-Trac (2011) da empresa AccessPlus:

O Stair-Trac é um elevador portátil de cadeira de rodas que pode ser adaptado a grande maioria das cadeiras de rodas standard. Isto permite, ao atendente, a movimentação fácil da cadeira de rodas e seu ocupante, para cima e para baixo, praticamente em qualquer escadaria. Não requer instalação ou modificações locais. Economiza tempo e dinheiro, preservando a arquitetura do prédio.

Este é um equipamento de tecnologia assistiva, porém apresenta algumas divergências referentes ao conceitos de acessibilidade e inclusão. Identifique-as.

Resposta Comentada

Este tipo de equipamento não proporciona autonomia, pois precisa ser operado por um atendente. Na verdade, o local deveria estar acessível com um elevador. Somente em casos de extrema necessidade, onde não seja possível implantar uma solução de acessibilidade dentro de medidas adequadas, este tipo de equipamento deve ser utilizado.

Desenho universal

O conceito de desenho universal se desenvolveu entre os profissionais da área de arquitetura na Universidade da Carolina do Norte – EUA, com o objetivo de definir um projeto de produtos e ambientes para ser usado por todos, na sua máxima extensão possível, sem necessidade de adaptação ou projeto especializado para pessoas com deficiência.

O projeto universal é o processo de criar os produtos que são acessíveis para todas as pessoas, independente de suas características pessoais, idade ou habilidades. Os produtos universais acomodam uma escala larga de preferências e de habilidades individuais ou sensoriais dos usuários. A meta é que qualquer ambiente ou produto poderá ser alcançado, manipulado e usado, independentemente do tamanho do corpo do indivíduo, sua postura ou sua mobilidade.

O desenho universal não é uma tecnologia direcionada apenas aos que dele necessitam; é desenhado para todas as pessoas. A ideia do desenho universal é, justamente, evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiências, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços construídos e objetos.

Ao longo de nossa vida, mudamos nossas características e atividades. Quando somos crianças, nossas próprias dimensões nos impedem de alcançar ou manipular uma série de objetos, às vezes, por segurança, às vezes, porque a criança não foi pensada como usuária. Quando adultos, nos encontramos em inúmeras situações que dificultam, temporariamente, o nosso relacionamento com o ambiente – como gestação, fraturas, torcicolos, quando carregamos pacotes muito grandes ou pesados, entre outros. Ao alcançarmos mais idade, nossa força e resistência decrescem, os sentidos ficam menos aguçados e a memória decai. Também é possível, mesmo que não frequentemente, ao longo da vida, adquirir alguma deficiência, seja ela física, psíquica ou sensorial.

O ser humano “normal” é precisamente o ser humano “diverso”, e é isso que nos enriquece como espécie. Portanto, a normalidade é que os usuários sejam muito diferentes e que deem usos distintos aos previstos em projetos.

No turismo, também há o conceito do turismo para todos que segue a mesma linha de pensamento do desenho universal, no qual o turismo é elaborado de forma em que todas as pessoas possam utilizá-lo. O desenho universal é um conceito que pode trazer muitos benefícios ao turismo. Se os hotéis tivessem este conceito aplicado ao seu estabelecimento, muitos problemas poderiam ser evitados, como por exemplo receber grupos de pessoas com deficiência, situação difícil devido ao número reduzido de quartos adaptados. Muitos bares e restaurantes possuem a dificuldade do acesso ao estabelecimento, muitas vezes também da própria estrutura interna com mesas e cadeiras inacessíveis, e sem um banheiro adequado para que o cliente com deficiência possa lavar suas mãos ou fazer suas necessidades pessoais.

Os sete princípios do desenho universal

Em 1987, o americano Ron Mace, arquiteto que usava cadeira de rodas e um respirador artificial, criou a terminologia

Universal Design. Mace acreditava que esse era o surgimento não de uma nova ciência ou estilo, mas a percepção da necessidade de aproximarmos as coisas que projetamos e produzimos, tornando-as utilizáveis por todas as pessoas.

Na década de 90, o próprio Ron criou um grupo com arquitetos e defensores destes ideais para estabelecer os sete princípios do Desenho Universal. Estes conceitos são mundialmente adotados para qualquer programa de acessibilidade plena. São eles:

1. Igualitário – uso equiparável

São espaços, objetos e produtos que podem ser utilizados por pessoas com diferentes capacidades, tornando todos os ambientes iguais para todos. Portas com sensores que se abrem sem exigir força física ou alcance das mãos de usuários de alturas variadas.

2. Adaptável – uso flexível

Design de produtos que atendem pessoas com diferentes habilidades e diversas preferências, sendo adaptáveis a qualquer uso. Por exemplo, computador com teclado e mouse com programa do tipo “Dosvox” e tesoura que se adapta a destros e canhotos.

3. Óbvio – uso simples e intuitivo

De fácil entendimento para que qualquer pessoa possa compreender independente de sua experiência, conhecimento, habilidade de linguagem ou nível de concentração. Por exemplo, sinalização de sanitário feminino e masculino para pessoas com deficiência.

4. Conhecido – informação de fácil percepção

Quando a informação necessária é transmitida de forma a atender as necessidades do receptor, mesmo sendo ela uma pessoa estrangeira, com dificuldade de visão ou audição. Utilizar diferentes maneiras de comunicação, tais como símbolos e letras em relevo, Braille e sinalização auditiva. Um recurso ainda não muito utilizado são os mapas com informações em alto relevo para que pessoas com deficiência visual identifiquem os ambientes em que se encontram, ou ainda maquetes táteis de obras de arte de grande porte ou obras de arquitetura.

5. Seguro – tolerante ao erro

Previsto para minimizar os riscos e possíveis consequências de ações acidentais ou não intencionais. Elevadores com sensores em diversas alturas que permitam às pessoas entrarem sem riscos de a porta ser fechada no meio do procedimento e escadas e rampas com corrimão.

6. Sem esforço – baixo esforço físico

Para ser usado eficientemente, com conforto e o mínimo de fadiga. Torneiras de sensor ou do tipo alavanca, que minimizam o esforço e torção das mãos para acioná-las. Maçanetas tipo alavanca, que são de fácil utilização, podendo ser acionada até com o cotovelo. Esse tipo de equipamento facilita a abertura de portas no caso de incêndios, não sendo necessário girar a mão.

7. Abrangente – divisão e espaço para aproximação e uso

Que estabelece dimensões e espaços apropriados para o acesso, alcance, manipulação e uso, independentemente do tamanho do corpo (obesos, anões etc.), da postura ou mobilidade do usuário (pessoas em cadeira de rodas, com carrinhos de bebê, bengalas etc.). Poltronas para obesos em cinemas e teatros. Banheiros com dimensões adequadas para pessoas em cadeira de rodas ou as que estão com bebês em seus carrinhos.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. Texto sobre desenho universal na revista *Arquitextos* do site Vitruvius (GUIMARÃES, 2008).

Assim, o conceito de desenho universal permite o entendimento de que a acessibilidade planejada para pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida esteja integrada às demais soluções para outras pessoas sem deficiência aparente ou graves problemas de mobilidade. Então, o conceito de desenho universal compreende soluções de alta qualidade e amplos benefícios para todas as pessoas.

Comente se os conceitos de desenho universal estão corretamente utilizados no texto que você leu.

Resposta Comentada

No começo do texto é citada a acessibilidade planejada para pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida. O desenho universal não pensa em um grupo de pessoas especificamente, mas tem uma visão de acesso para todos. A pessoa com deficiência ainda é a protagonista nas questões que envolvem acessibilidade. Porém, um local acessível acaba sendo mais agradável para todas as pessoas, pois oferece opções de conforto.

Audiodescrição

A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que permite que as pessoas com deficiência visual possam assistir e entender melhor filmes, peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas e outros, ouvindo o que pode ser visto. É a arte de transformar aquilo que é visto no que é ouvido, o que abre muitas janelas para o mundo para as pessoas com deficiência visual. Com este recurso, é possível conhecer cenários, figurinos, expressões faciais, linguagem corporal, entrada e saída de personagens de cena, bem como outros tipos de ação, utilizados em televisão, cinema, teatro, museus e exposições.

Desta forma, as pessoas com deficiência visual poderão frequentar sessões de cinema, ir ao teatro e a outros espetáculos, visitar museus, exposições e mostras, atividades que, geralmente, não fazem parte do cotidiano destas pessoas. Em primeiro lugar, porque são artes que exploram os recursos visuais tanto na cenografia como na caracterização dos personagens e da época.

Em segundo, porque a sociedade, em geral, impede o acesso das pessoas com deficiência a determinados espaços, confinando-os a conviver com seus pares, em espaços especialmente destinados a eles, como as escolas especiais. Ainda é pequeno o número de ações que visam possibilitar o acesso das pessoas com deficiência a todas atividades da vida diária, incluindo aqui as atividades sociais e culturais.

A audiodescrição no turismo é um recurso muito importante para pessoas com deficiência visual, principalmente em passeios guiados. O turismo é uma atividade que explora bastante a parte visual, e se não há recursos para pessoas com deficiência visual, o passeio acaba saindo bastante prejudicado. É necessário colocar riqueza de detalhes naquilo que se descreve, pois quando um guia turístico passa informações sobre um atrativo, ele sempre considera que o turista consegue enxergar. Locais de exposição e museu também podem explorar este recurso através de audioguias, e que podem ser utilizado por todos, como é feito em muitos museus na Europa.

A audiodescrição traz a formalidade para algo que era, anteriormente, feito informalmente, graças à sensibilidade e boa vontade de alguns. Isso acontece e acontecia quando as pessoas com deficiência visual, mais curiosas, começavam a fazer perguntas, tirar dúvidas durante o filme, peças de teatro e outros tipos de espetáculo. Entretanto, nem todas as pessoas que os acompanham estão preparadas para prestar esse tipo de serviço, e, além disso, essas pessoas também querem assistir ao filme ou espetáculo e, ter que dar informações adicionais. Isto pode fazer com que a pessoa perca o fio da meada, deixe de entender determinadas coisas e cenas. Uma atividade formal, ligada às artes visuais e ao entretenimento, entretanto, é algo bem mais recente, tendo início nos anos 1980 nos Estados Unidos e na Inglaterra.

Nos Estados Unidos, teve início em 1981, em Washington DC, no Arena Stage Theater, como resultado do trabalho de Margaret e Cody Pfanstiehl. Eles fundaram um serviço de audiodescrição para peças de teatro e, até o final dos anos 1980,

mais de 50 casas de espetáculo já tinham em sua programação algumas apresentações com descrição.

Na Inglaterra, essa prática data também dos anos 1980, tendo início em um pequeno teatro chamado Robin Hood, em Averham, Nottinghamshire, onde as primeiras peças foram narradas. Um dos mantenedores do teatro, Norman King, ficou tão impressionado com os benefícios das descrições, que incentivou a Companhia de Teatro Real de Windsor a introduzir esse serviço em uma abrangência maior. Instalaram, então, o equipamento para a transmissão simultânea para a audiência no Teatro Real, em fevereiro de 1988, com a peça “Stepping Out”. Hoje, há 40 teatros no Reino Unido que oferecem, regularmente, apresentações com audiodescrição. É o país líder nesse setor, seguido pela França, com cinco teatros.

No Brasil, a primeira peça comercial a contar com o recurso de audiodescrição foi “O andaime”, no Teatro Vivo, em março 2007. A segunda peça com audiodescrição, “A graça da vida”, estreou em junho do mesmo ano, também no Teatro Vivo. O teatro dispõe de aparelhos de tradução simultânea e a audiodescrição é feita pelos voluntários do Instituto Vivo. O projeto de inclusão cultural, que deu origem a este trabalho, foi elaborado por Livia Motta e por Isabela Abreu, integrantes do Grupo Terra, ONG cujo objetivo é a inclusão social das pessoas com deficiência visual, pelo contato com a natureza. Foi nas atividades promovidas pelo Grupo Terra, passeios para lugares de extrema beleza, com estreito contato com a natureza, que pudemos perceber a necessidade de descrever as paisagens para as pessoas com deficiência visual, podendo, então, constatar a importância da descrição para uma participação mais plena nas atividades sociais e culturais, enfatizando o seu uso como prática nos passeios.

Na televisão, o primeiro episódio envolvendo a audiodescrição aconteceu em 1983, na rede japonesa NTV. Nos anos 1980, algumas experiências também foram feitas na Espanha, mas foi nos Estados Unidos que a audiodescrição decolou com programação produzida desde 1990 pela Media Access Group, o *Descriptive Video Service*. Esse serviço é patrocinado por doações

e fundações, produzindo cerca de 6 a 10 horas de programação com audiodescrição por semana, que fica disponível em 50% das residências nos Estados Unidos. Estas transmissões são possíveis devido à presença de um canal secundário de áudio, a tecla SAP (*secondary audio programme*).

A evolução da televisão digital e outras tecnologias do gênero mudarão o modo como as pessoas irão acessar a informação. A medida que as tecnologias vão abrindo novas portas, outras poderão se fechar para as pessoas cegas e com baixa visão, caso não sejam dados passos que assegurem meios alternativos de navegação e a acessibilidade nesse novo ambiente. A figura do telespectador passivo está fadada a desaparecer. Em breve, a televisão disponibilizará serviços interativos, educacionais, comerciais e de entretenimento para lares, salas de aula, locais de trabalho. A acessibilidade para todos é um fator que precisa ser levado em consideração.

Os audiodescritores precisam de um curso de formação específico sobre o recurso que contemple informações sobre a deficiência visual, definição, histórico e princípios da audiodescrição, noções de sumarização e, principalmente, atividades práticas. Precisam, também, assistir à peça, ao filme ou ao espetáculo, algumas vezes, antes de fazer a audiodescrição, para se familiarizar com o tema, personagens, figurino, vocabulário específico, autor e cenários. Outro aspecto importante é a elaboração de *script* para audiodescrição, um roteiro com tudo o que será inserido entre os diálogos, que, no teatro, costuma ser aprovado pelo diretor da peça, o qual verifica a coerência e fidelidade ao tema e linguagem da obra. As informações sobre as cenas não podem expressar opiniões pessoais do audiodescritor. É, portanto, um trabalho minucioso que exige tempo, dedicação, objetividade e, acima de tudo, preparação.

O *feedback* das pessoas com deficiência visual que já experimentaram o recurso comprova a sua utilidade e eficácia – há um aumento significativo do entedimento, o que contribui para a inclusão social e cultural destas pessoas, ampliando, e muito, suas opções de lazer e cultura.

Braille

O Sistema Braille, utilizado universalmente na leitura e na escrita por pessoas cegas, foi inventado na França por Louis Braille, um jovem cego, reconhecendo-se o ano de 1825 como o marco dessa importante conquista para a educação e a integração dos deficientes visuais na sociedade.

Antes desse histórico invento, registram-se inúmeras tentativas em diferentes países, no sentido de se encontrarem meios que proporcionassem às pessoas cegas condições de ler e escrever. Dentre essas tentativas, destaca-se o processo de representação dos caracteres comuns com linhas em alto relevo, adaptado pelo francês Valentin Hauy, fundador da primeira escola para cegos no mundo, em 1784, na cidade de Paris, denominada Instituto Real dos Jovens Cegos. Foi nesta escola, onde os estudantes cegos tinham acesso apenas à leitura, através do processo de Valentin Hauy, que estudou Louis Braille. Até então, não havia recurso que permitisse à pessoa cega comunicar-se pela escrita individual.



Louis Braille, ainda jovem estudante, tomou conhecimento de uma invenção denominada sonografia ou código militar, desenvolvida por Charles Barbier, oficial do exército francês. O invento tinha como objetivo possibilitar a comunicação noturna entre oficiais nas campanhas de guerra. Baseava-se em doze sinais, compreendendo linhas e pontos salientes, representando sílabas na língua francesa. O invento de Barbier não logrou êxito no que se propunha, inicialmente. O bem intencionado oficial levou seu invento para ser experimentado entre as pessoas cegas do Instituto Real dos Jovens Cegos.

A significação tátil dos pontos em relevo do invento de Barbier foi a base para a criação do Sistema Braille, aplicável tanto na leitura como na escrita por pessoas cegas e cuja estrutura diverge fundamentalmente do processo que inspirou seu inventor. O Sistema Braille, utilizando seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas, possibilita a formação de 63 símbolos diferentes que são empregados em textos literários nos diversos idiomas, como também nas simbologias matemática e científica, em geral, na música e, recentemente, na Informática.

A partir da invenção do Sistema Braille, em 1825, seu autor desenvolveu estudos que resultaram, em 1837, na proposta que definiu a estrutura básica do sistema, ainda hoje utilizada mundialmente. Comprovadamente, o Sistema Braille teve plena aceitação por parte das pessoas cegas, tendo-se registrado, no entanto, algumas tentativas para a adoção de outras formas de leitura e escrita e, ainda outras, sem resultado prático, para aperfeiçoamento da invenção de Louis Braille.

Apesar de algumas resistências mais ou menos prolongadas em outros países da Europa e nos Estados Unidos, o Sistema Braille, por sua eficiência e vasta aplicabilidade, se impôs definitivamente como o melhor meio de leitura e de escrita para as pessoas cegas.

Os chamados símbolos universais do Sistema Braille representam não só as letras do alfabeto, mas também os sinais de pontuação, números, notações musicais e científicas, enfim, tudo o que se utiliza na grafia comum, sendo, ainda, de extraordinária universalidade; eles podem exprimir as diferentes línguas e escritas da Europa, Ásia e África.

Em 1878, um congresso internacional realizado em Paris, com a participação de onze países europeus e dos Estados Unidos, estabeleceu que o Sistema Braille deveria ser adotado de forma padronizada, para uso na literatura, exatamente de acordo com a proposta de estrutura do sistema, apresentada por Louis Braille em 1837, já referida anteriormente.

Os símbolos fundamentais do Braille utilizados para as notações musicais foram, também, apresentados pelo próprio Louis Braille na versão final dos estudos constantes da proposta de estrutura do sistema concluída em 1837. Hoje, a musicografia braille, já é adotada uniformemente por todos os países. Para tanto, contribuíram, principalmente, os congressos realizados em Colônia (Alemanha), 1888, em Paris (França), 1929 e, finalmente, num congresso realizado em Nova York, 1954, onde foram adaptados símbolos, de acordo com novas exigências da musicografia.

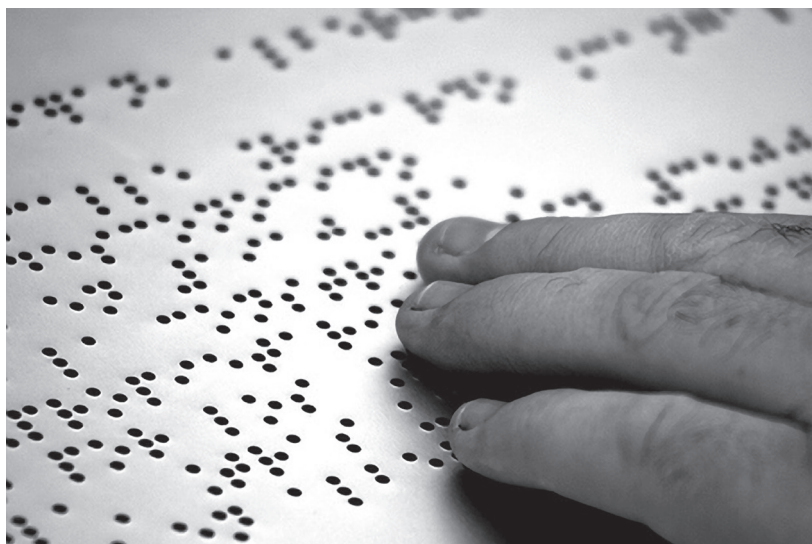


Figura 16.1: Curso de Braille para professores.

Fonte: formosa.go.gov.br

Sob o ponto de vista histórico, a utilização do Sistema Braille no Brasil pode ser abordada em três períodos distintos:

1854 a 1942 – em 1854 o Sistema Braille foi adotado no Imperial Instituto dos Meninos Cegos (hoje, Instituto Benjamin Constant), sendo assim, a primeira instituição na América Latina a utilizá-lo. Deve-se isto aos esforços de José Alvares de Azevedo, um jovem cego brasileiro, que o havia aprendido na França. Diferentemente de alguns países, o Sistema Braille teve plena aceitação no Brasil, utilizando-se praticamente toda a simbologia usada na França. A exemplo de outros países, o Brasil passou a empregar, na íntegra, o código internacional de musicografia braille de 1929.

1942 a 1963 – neste período verificaram-se algumas alterações na simbologia Braille em uso no Brasil. Para atender à reforma ortográfica da língua portuguesa de 1942, o antigo alfabeto Braille de origem francesa foi adaptado às novas necessidades de nossa língua, especialmente para a representação de símbolos indicativos de acentos diferenciais.

1963 a 1995 – os fatos marcantes desse período podem ser assim destacados: em 5 de janeiro de 1963 foi assinado um convênio luso-brasileiro, entre as mais importantes entidades dos dois países, para a padronização do Braille integral (grau 1) e para a adoção no Brasil de símbolos do código de abreviaturas usado em Portugal. Em relação à matemática, principalmente educadores e técnicos da hoje Fundação Dorina Nowill para Cegos e do Instituto Benjamin Constant complementaram a tabela Taylor com o acréscimo de símbolos Braille aplicáveis à teoria de conjuntos. A atuação profissional de pessoas cegas no campo da informática, a partir da década de 1970, fez com que surgissem diferentes formas de representação em Braille dessa matéria, com base, sobretudo, em publicações estrangeiras. Quanto à imprensa e aos centros de produção de Braille, finalmente foi acordada, em 1994, a adoção de uma tabela unificada para a informática.

Atualmente o Braille já é bem mais conhecido pela sociedade e sua aplicação vem aumentando, apesar de ainda termos poucas iniciativas por parte dos empresários. O Braille nos cartões já é uma exigência por lei, assim como sua aplicação em outros setores do turismo, como nas placas de identificação das obras de um museu, nas portas e diretórios de serviços dos quartos de hotéis, e toda informação impressa fornecida ao público.

Língua de sinais e a cultura surda

Durante séculos, os deficientes auditivos ou surdos se basearam na comunicação com os outros através de dicas visuais. Conforme a comunidade dos surdos cresceu, as pessoas começaram a padronizar os sinais, construindo um vocabulário e gramática ricos, que existem independentemente de qualquer outra língua. Um observador casual de uma conversa na língua dos sinais pode descrevê-la como graciosa, dramática, nervosa, engraçada ou irritada, mesmo sem saber o que um único sinal quer dizer.

Existem centenas de linguagens de sinais. Onde houver comunidades de surdos, você os encontrará se comunicando com

vocabulário e gramática específicos. Dentro de um mesmo país, encontramos variações regionais e dialetos: como em qualquer língua falada, é possível encontrar pessoas em regiões diferentes que transmitem o mesmo conceito de formas distintas.

A língua de sinais francesa (LSF) é a origem para muitos dos sinais usados na *American Sign Language (ASL)*, a língua americana de sinais. No começo do século XIX, um professor de surdos chamado Thomas Hopkins Gallaudet foi da América para a Europa a fim de aprender técnicas de ensino. Na Inglaterra, ele conheceu Roch-Ambroise Cucurron e Abbe Sicard, o diretor de uma escola para surdos em Paris. Gallaudet aprendeu métodos de ensino e muitos sinais para usar na comunicação com os surdos e deficientes auditivos, com Abbe Sicard. Gallaudet convenceu Laurent Clerc, um dos alunos de Sicards, a ajudá-lo a fundar uma escola para surdos na América.

Gallaudet e Clerc fundaram a Escola Americana para Surdos (ASD) em 1817, em Hartford, Connecticut. A escola combinava sinais da LSF com os que já eram usados pela comunidade de surdos da América, para criar uma linguagem padronizada. Nesta época, esta linguagem evoluiu para a ASL, considerada atualmente a língua de sinais mais genérica do mundo. Atualmente, o campus da ASD inclui ensino infantil, fundamental e médio.



O filho de Thomas Gallaudets, Edward, fundou a Universidade de Gallaudet em Washington, D.C. A Gallaudet foi a primeira faculdade para surdos e deficientes auditivos. A universidade oferece programas de graduação em muitas profissões para mais de 1.500 alunos e, embora a maioria deles seja de surdos ou de deficientes auditivos, mais de 5% dos matriculados é composto por alunos que escutam. A ASL é a língua oficial do campus, embora haja controvérsia entre a comunidade dos surdos sobre o nível de habilidade e capacidade da ASL no que diz respeito à equipe da universidade, bem como no que se refere à perspectiva da instituição na importância da ASL em geral.

A língua brasileira de sinais (Libras) é a língua de sinais (língua gestual) usada pela maioria dos surdos dos centros urbanos brasileiros e reconhecida pela lei. É derivada tanto de uma língua de sinais autóctone quanto da língua gestual francesa; por isso, é semelhante a outras línguas de sinais da Europa e da América. A Libras não é a simples gestualização da língua portuguesa, e sim uma língua à parte, como comprova o fato de que em Portugal usa-se uma língua de sinais diferente, a língua gestual portuguesa (LGP).



Figura 16.2: Sinais de Libras.

Fonte: portaldoprofessor.mec.gov.br

Em 1951, o Congresso Mundial da Federação Mundial dos Surdos propôs a criação de uma língua unificada de sinais. Em 1973, a federação formou um comitê para criar um vocabulário de sinais padronizados. O comitê chamou este vocabulário, de mais de 1.500 sinais, de “Gestuno”, uma palavra italiana que significa “língua de sinal unificado”. Atualmente, a Gestuno é conhecida como a Língua Internacional de Sinais (ISL) e enquanto ela usa um vocabulário padronizado, não há padronização gramatical ou de uso. Como a língua falada esperanto, a ISL não revolucionou a comunicação internacional. Ela não tem o aspecto evolutivo das linguagens naturais de sinais.

Compreendendo o mundo surdo

Muitas crianças surdas que se tornam adultos surdos dizem que o que mais desejavam era poder comunicar-se com os pais. Por anos, muitos têm avaliado mal o conhecimento pessoal dos surdos. Alguns acham que os surdos não sabem praticamente nada, porque não ouvem nada. Há pais que super protegem seus filhos surdos ou temem integrá-los no mundo dos ouvintes. Outros encaram a língua de sinais como primitiva, ou inferior à língua falada. Não é de admirar que, com tal ignorância, alguns surdos se sintam oprimidos e incompreendidos.

Todos sentem a necessidade de ser entendidos. Aparentes inabilidades podem empanar as verdadeiras habilidades e criatividade do surdo. Em contraste, muitos surdos consideram-se capacitados. Comunicam-se fluentemente entre si, desenvolvem autoestima e têm bom desempenho acadêmico, social e espiritual. Infelizmente, os maus tratos que muitos surdos sofrem levam alguns deles a suspeitar dos ouvintes. Contudo, quando os ouvintes interessam-se sinceramente em entender a cultura surda e a língua de sinais natural, e encaram os surdos como pessoas capacitadas, todos se beneficiam.

A chave para uma boa comunicação com uma pessoa surda é o claro e apropriado contato visual. É uma necessidade, quando os surdos se comunicam. De fato, quando duas pessoas conversam em língua de sinais é considerado rude desviar o olhar e interromper o contato visual. E como captar a atenção de um surdo? Em vez de usar o nome da pessoa é melhor dar um leve toque no ombro ou no braço dela, acenar se a pessoa estiver perto, ou se estiver distante, fazer um sinal com a mão para outra pessoa chamar a atenção dela. Dependendo da situação, pode-se dar umas batidinhas no chão ou fazer piscar a luz. Esses e outros métodos apropriados de captar a atenção dão reconhecimento à experiência dos surdos e fazem parte da cultura surda. Para aprender bem uma língua de sinais, precisa-se pensar nessa língua. É por isso que simplesmente aprender sinais de um dicionário de língua de

sinais não seria útil em ser realmente eficiente nessa língua. Muitos aprendem diretamente com os que usam a língua de sinais no seu dia a dia — os *surdos*. Em todo o mundo, os surdos expandem seus horizontes usando uma rica língua de sinais.

Algumas dicas importantes no trato com os surdos.

- Não é correto dizer que alguém é surdo-mudo. Muitas pessoas surdas não falam porque não aprenderam a falar. Muitas fazem a leitura labial, e podem fazer muitos sons com a garganta, ao rir, e mesmo ao gestualizar. Além disso, sua comunicação envolve todo o seu espaço, através da *expressão facial-corporal*, ou seja, o uso da face, mãos, e braços, visto que, a forma de expressão *visual-espacial* é sobretudo importante em sua língua natural.
- Falar de maneira clara, pronunciando bem as palavras, sem exageros, usando a velocidade normal, a não ser que ela peça para falar mais devagar.
- Usar um tom normal de voz, a não ser que peçam para falar mais alto. Gritar nunca adianta.
- Falar diretamente com a pessoa, não de lado ou atrás dela.
- Fazer com que a boca esteja bem visível. Gesticular ou segurar algo em frente à boca torna impossível a leitura labial. Usar bigode também atrapalha.
- Quando falar com uma pessoa surda, tentar ficar num lugar iluminado. Evitar ficar contra a luz (de uma janela, por exemplo), pois isso dificulta a visão do rosto.
- Se souber alguma língua de sinais, tentar usá-la. Se a pessoa surda tiver dificuldade em entender, avisará. De modo geral, as tentativas são apreciadas e estimuladas.
- Ser expressivo ao falar. Como as pessoas surdas não podem ouvir mudanças sutis de tom de voz que indicam sentimentos de alegria, tristeza, sarcasmo ou seriedade, as expressões faciais, os gestos ou sinais e o movimento do corpo são excelentes indicações do que se quer dizer.
- Ao conversar, manter sempre *contato visual*. Se desviar o olhar, a pessoa surda pode achar que a conversa terminou.

- Nem sempre a pessoa surda tem uma boa dicção. Se houver dificuldade em compreender o que ela diz, pedir para que repita. Geralmente, os surdos não se incomodam de repetir quantas vezes for preciso para que sejam entendidas.
- Se for necessário, comunicar-se através de bilhetes. O importante é se comunicar. O método não é tão importante.
- Quando o surdo estiver acompanhado de um intérprete, dirigir-se a ele, não ao intérprete.
- Alguns preferem a comunicação escrita, alguns usam linguagem em código e outros preferem códigos próprios. Estes métodos podem ser lentos, requerem paciência e concentração.

Em suma, os surdos são pessoas que têm os mesmos direitos, os mesmos sentimentos, os mesmos receios, os mesmos sonhos, assim como todos. Se ocorrer alguma situação embaraçosa, uma boa dose de delicadeza, sinceridade e bom humor nunca falha.

A surdez é uma deficiência considerada por muitos como invisível, pois só é perceptível quando há necessidade de comunicação. A chave para se adequar o turismo para pessoas com deficiência auditiva é dar importância à comunicação. Assim, num passeio, ter um guia turístico que saiba transmitir seus conhecimentos em Libras, seria de grande importância. Nos museus, podemos utilizar recursos multimídia, semelhante ao audioguia, porém com um visor onde é exibida a gravação em vídeo com as descrições das obras, por intérpretes de libras. Em muitas situações, a comunicação em Libras é uma questão de segurança, e deveria ser um item obrigatório, como por exemplo nas instruções apresentadas na aeronave, nas orientações para atividades de aventura, e em diversas outras situações.

Conclusão

A tecnologia assistiva é uma ferramenta muito importante para se atingir objetivos maiores como a acessibilidade e a inclusão. Atualmente, o seu desenvolvimento tem sido muito maior,

pela ajuda dos recursos tecnológicos existentes. Então, temos estudos e pesquisas avançadas para melhorar o desempenho de cadeiras de rodas, ou até mesmo produtos e serviços nos quais a tecnologia já possui uma relação direta com seu consumidor final, tais como aparelhos auditivos e leitores de tela para pessoas com deficiência visual. Mas alguns dos itens da Tecnologia Assistiva são predominantes, e acabam estando presentes em todas as áreas da sociedade, como é o caso da audiodescrição, Braille e língua de sinais. A lei exige e o mercado pede, mas ainda há poucos profissionais que saibam atuar nessas áreas com competência e empresários dispostos a investir. Estamos em um processo de transformação, onde os principais atores são as próprias pessoas com deficiência.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

Matéria do *Portal do Governo do estado de São Paulo*, publicada em 8 de junho de 2009:

Um mapa tátil implantado no Metrô Santa Cecília está facilitando o deslocamento de deficientes visuais no entorno da estação. Construída em formas tridimensionais, a ferramenta reproduz em alto relevo e em braile as ruas e pontos de referência que se localizam ao redor do local. No mapa, o usuário consegue encontrar as principais escolas, hospitais, igrejas, estações do metrô e restaurantes. Para aqueles que têm visão reduzida, a alteração de cores – azul, preto e branco – permite a compreensão das informações.

Você acha que somente o piso tátil é necessário para atender as necessidades de uma pessoa com deficiência visual? Justifique.

Resposta Comentada

Um mapa tátil ajuda a pessoa com deficiência visual a ter uma localização espacial, principalmente em complexos arquitetônicos como centro de exposições, hotéis, centros culturais entre outros. Afinal, o piso tátil é uma espécie de linha de orientação. Mas, para onde ela está levando a pessoa? Assim como os estabelecimentos possuem placas para informar onde estão localizados os sanitários, a saída, e outras referências importantes, o mapa tátil cumpre uma função semelhante.

Resumo

A pessoa com deficiência se utiliza de recursos e serviços para alcançar a independência em sua vida, e estes recursos e serviços são chamados tecnologia assistiva. O desenho universal, a audio-descrição, Braille e a língua de sinais são alguns dos complementos muito importantes para, juntamente com a tecnologia assistiva proporcionar uma vida digna para as pessoas com deficiência. Para suprir alguma deficiência ou necessidade, sempre existe, ou é possível criar, alguma ferramenta ou serviço, que nos auxiliem a alcançar nosso objetivo. Isso não configura uma incapacidade num sentido pejorativo. Por exemplo, para se deslocar mais de mil quilômetros, seria necessário utilizar um transporte alternativo, como um avião, uma vez que percorrer esta distância a pé seria muito difícil. Então os itens citados são auxílios, e a deficiência não está na pessoa, mas sim no estabelecimento ou serviço que não está preparado para atender a este tipo de público.

Informação sobre a próxima aula

A próxima aula irá tratar sobre a acessibilidade e a inclusão aplicadas nas principais áreas que compõem o turismo. Áreas importantes para a infraestrutura do turismo devem estar adequadas em relação à acessibilidade e os profissionais do turismo também devem estar capacitados para atender esse segmento de público. Este é o caminho para conseguir alcançar o verdadeiro turismo acessível.

17

A acessibilidade e a inclusão aplicadas nas principais áreas que compõem o turismo

Ricardo Noboru Shimosakai

Metas da aula

Apresentar como as principais áreas do turismo devem trabalhar para atender com qualidade e segurança pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Além disso, abrir a questão da acessibilidade programática, que é a ausência de barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias etc.), normas e regulamentos. É um recurso que deve ser mais utilizado a favor da sociedade.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 reconhecer o uso prático do transporte acessível;
- 2 descobrir onde realmente podemos encontrar hotéis acessíveis;
- 3 apresentar os principais pontos de acessibilidade em bares e restaurantes;
- 4 identificar os direitos das pessoas com deficiência e como a informação deve ser aplicada com acessibilidade.

Pré-requisitos

Antes de começar esta aula, relembre, na Aula 16:

- quais as funções da tecnologia assistiva;
- os princípios do desenho universal;
- a aplicabilidade prática do Braille e da Libras.

Introdução

O turismo é uma cadeia produtiva, em que diversas empresas e pessoas participam direta ou indiretamente. Tomando como exemplo um pacote turístico, o trabalho vem desde a elaboração, divulgação e comercialização deste pacote, pela operadora turística. Ela irá verificar qual o meio de transporte de longa distância mais adequado, seja por ar, terra ou mar, e depois, se necessário, o transporte local, além do local de hospedagem. Caso seja uma viagem para o exterior, ainda estão envolvidas questões de câmbio e documentação, como passaporte e visto. Para completar um pacote básico, ainda devem estar incluídos a alimentação e o guia turístico.

Quando trabalhamos o turismo acessível, toda a estrutura do turismo é mantida, porém com uma visão diferenciada, prestando atenção nas questões de acessibilidade e inclusão para dar condições à pessoa com deficiência de desfrutar do passeio da melhor forma. Em alguns casos, é necessário adicionar recursos de tecnologia assistiva para proporcionar a condição ideal ao turista com deficiência. É uma questão de conhecer as dificuldades e habilidades do turista, pois em alguns casos isso é uma característica muito pessoal. Nesta aula, será abordada a acessibilidade no transporte, na hotelaria, em bares e restaurantes, informação e no direito.

Os direitos das pessoas com deficiência, apesar de não ficarem aparentes no turismo, são de grande importância para que tudo funcione da maneira correta. O Brasil é considerado um dos países que tem uma das melhores legislações em relação à pessoa com deficiência. O problema é a falta de fiscalização e punição significativa para quem a descumpre. Adicionado à cultura brasileira de sempre dar um jeitinho, acabamos tendo um cenário em que a acessibilidade, muitas vezes, é resultado de pessoas com deficiência que vão brigar por seus direitos, ou dos poucos empresários que têm visão para enxergar isto como um investimento.

Transporte

O transporte é um dos principais itens que compõem o turismo. Os transportes rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo são os mais significativos para o turismo, sejam públicos ou privados. No Brasil, a acessibilidade no transporte ainda é muito precária. Porém, também temos bons exemplos, como o metrô de São Paulo, que pode ser considerado um dos melhores do mundo, pelo menos no que se refere à acessibilidade.

O primeiro ônibus adaptado com elevador no Brasil foi apresentado pela Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTc), da cidade de São Paulo, somente em 1981. Mas apenas duas décadas depois as autoridades começaram a responder aos anseios da população. Porém, alguns problemas começaram a surgir, como o alto custo para aquisição, instalação e manutenção do equipamento, a falta de treinamento dos operadores, no caso os motoristas e cobradores, além da falta de respeito de alguns motoristas que se recusavam a parar quando uma pessoa com deficiência fazia o sinal no ponto de ônibus, alegando que estavam atrasados e que realizar o procedimento de embarque e desembarque através do elevador era muito demorado. São Paulo passou a implantar os ônibus de piso baixo, nos quais uma rampa basculante acionada manualmente conseguiria dar acessibilidade ao veículo, diminuindo custos, tempo e dando mais autonomia. Está em teste um aparelho que é colocado no ônibus e que se comunica com o aparelho que está nas mãos da pessoa com deficiência visual, anunciando a chegada do ônibus que ele deseja usar.

Quando se trata de ônibus executivos ou turísticos, o Brasil não tem muito a apresentar. As únicas iniciativas são da Potiguar Turismo no Rio Grande do Norte e da Sunflower em São Paulo, cada um com um ônibus acessível equipado com plataforma elevatória. Algumas leis municipais e estaduais dizem que a cadeira de transbordo já é o suficiente para promover a acessibilidade ao ônibus. A cadeira de transbordo é um acessório, uma cadeira

mais estreita para onde a pessoa com deficiência é transferida para, posteriormente, ser embarcada no ônibus através de auxílio de pessoas treinadas. Porém, a prática mostra que esta solução não é a melhor escolha.

No Brasil, o trem não teve uma evolução tão grande como em países do exterior. Também existem trens de diversos modelos e estilos. Mesmo no exterior, pode-se encontrar desde trens com vagões dormitórios, onde é impossível entrar com uma cadeira de rodas, até trens com vagões especiais com amplo espaço e banheiros acessíveis. Em muitos trens, é anunciada a próxima estação através de sistemas sonoros e visuais, auxiliando bastante pessoas com deficiência visual e auditiva. Alguns exemplos ferroviários voltados ao turismo como o Expresso Turístico que parte da Estação da Luz e o Bondinho de Santos já se adequaram à acessibilidade.

Quando a pessoa com deficiência está viajando com seu próprio carro, pois no Brasil não há carros adaptados para aluguel, um dos problemas enfrentados é a questão do estacionamento. A falta de respeito pelas vagas reservadas ainda é grande. Existe o cartão DEFIS, que é adquirido através da apresentação de documentos, como laudo médico, comprovante de residência, identidade, entre outros, para emitir uma identificação no nome da pessoa com deficiência. Assim, o cartão permite que qualquer carro possa estacionar em uma vaga reservada, desde que esteja identificado por este documento, mostrando que o carro em questão possui uma pessoa com deficiência, seja o condutor ou, então, um passageiro. O cartão DEFIS tem abrangência para todo o território nacional, porém, oficialmente, serve somente para vagas em vias públicas.

No transporte aquaviário, quando se trata de pequenas embarcações, a acessibilidade é mais uma coincidência, pois dificilmente um barco é projetado com acessibilidade. Em alguns casos, é possível entrar com a cadeira de rodas, ou como algumas jangadas do Nordeste que adaptaram as jangadas existentes, para acomodar cadeirantes. Grandes embarcações utilizadas em cruzeiros já possuem um conceito diferente. Até mesmo, por essas embarcações serem fabricadas em países que têm uma outra

visão sobre a pessoa com deficiência, como a Itália e os Estados Unidos, os navios acabam possuindo cabines adaptadas em diferentes categorias, recursos para cegos e surdos assistirem aos shows apresentados a bordo, acesso ao cassino e às máquinas de jogos, entre outras oportunidades. Alguns serviços terceirizados, como aluguel de cadeiras motorizadas, aparelhos de hemodiálise, cuidadores para idosos e pessoas com mobilidade mais comprometida, que são oferecidos no exterior, ainda não são oferecidos quando o navio está no Brasil, por se tratar de um serviço local.

No sistema aeroportuário, pelo menos em relação às aeronaves, será difícil ter alguma mudança para a acessibilidade. Nem em países que valorizam muito a acessibilidade como a Alemanha e o Canadá, as companhias aéreas destes países, Air Canada e a Lufthansa, possuem aeronaves acessíveis. As montadoras como a Boeing e a Embraer não demonstram nenhum interesse em acessibilizar suas aeronaves. Todos os grandes aeroportos da União Europeia possuem uma equipe capacitada e com equipamentos adequados para atender pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Este atendimento abrange todas as dependências do aeroporto, e realiza o embarque e desembarque de todas as companhias aéreas. No Brasil, cada companhia aérea tem a responsabilidade sobre o seu passageiro. Geralmente, essas companhias ministram um pequeno curso para dar um conhecimento geral sobre os procedimentos, que além de serem de difícil memorização, pois não são utilizados com frequência, também têm sua qualidade questionável. Equipamentos que fazem parte da infraestrutura do aeroporto, como *fingers* (passarelas que ligam os portões de embarque às aeronaves) e *ambulifts* (carros-elevadores utilizados para embarque, desembarque e transporte), nem sempre estão disponíveis. Muitas vezes, não é somente uma questão de acessibilidade, mas também de segurança, pois descer um cadeirante pela escada num dia de chuva é algo altamente perigoso. Então, é comum embarcar com dificuldade em uma companhia aérea no Brasil, e desembarcar na Europa com muitas facilidades. O problema está em nosso país.

Ainda temos empresas de transporte privativo acessível e também os táxis acessíveis em algumas cidades do Brasil. Geralmente são carros de pequeno porte, com capacidade para um cadeirante e um acompanhante, ou vans que transportam até quatro cadeirantes.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Notícia do *Portal da Prefeitura de São Paulo*, com o título “Táxi acessível completa um ano em São Paulo” publicada pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, em 18 de março de 2010:

As pessoas com deficiência estão buscando cada vez mais a sua autonomia. E este serviço oferece mais uma opção de mobilidade e conforto a estas pessoas. A cidade conta hoje com mais de 3.900 ônibus adaptados, além dos 35 táxis acessíveis, sendo as maiores frotas do Brasil”. Os veículos adaptados têm identificação visual própria e os motoristas receberam treinamento para lidar com os equipamentos (plataforma elevatória e sistemas de fixação da cadeira de rodas) e auxiliar os passageiros. Os carros são equipados conforme as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito. O valor das tarifas do Táxi Acessível é idêntico ao cobrado pelos carros convencionais.

Você considera o táxi acessível uma boa alternativa para todas as pessoas com deficiência? Justifique.

Resposta Comentada

Inicialmente, são poucas as cidades brasileiras que possuem táxi acessível. É uma alternativa interessante para pessoas com deficiência física. Para pessoas com grande comprometimento de mobilidade, este serviço ajudou bastante, pois antes tinham de

fazer a transferência para o banco do táxi sempre auxiliado por terceiros, e agora podem entrar com a cadeira, e sem auxílio. No caso do táxi acessível, é necessário agendar data e horário para a corrida. Pessoas com uma mobilidade melhor, paraplégicos por exemplo, não veem a necessidade de um táxi acessível, pois muitos conseguem fazer a transferência sozinhos para o banco do carro, ficando em posição confortável e segura, e a cadeira é colocada no porta-mala. Assim o processo é feito com agilidade e não há necessidade de chamar um táxi específico.

Hotelaria

A acessibilidade na hotelaria ainda é aplicada em baixa escala, na maior parte em grandes redes de hotéis, e mesmo assim atendendo somente às necessidades mais básicas. Leis e normas estipulam que, pelo menos, 5% dos quartos devem ser acessíveis e localizados em rotas acessíveis. A legislação é ainda mais abrangente, dizendo que hotéis, motéis, pousadas e similares, auditórios, salas de convenções, salas de ginástica, piscinas e restaurantes, entre outros, também devem ser acessíveis.



O que fazer quando uma pessoa surda fizer um pedido à recepção de um serviço de despertador? Neste caso telefonar ou bater à porta não resolvem a situação, mas existem despertadores vibratórios e campainhas luminosas para contornar essa situação. Como um cego pode identificar uma lata de suco de um refrigerante no frigobar do quarto? Se não houver alguma sinalização tátil, é praticamente impossível diferenciar. De que forma um cadeirante pode diminuir a temperatura do chuveiro que está no calor máximo? Muitos chuveiros têm o controle de temperatura num local inacessível a muitas pessoas, não só a cadeirantes. São situações muito pitorescas, muito comuns de se encontrar em um ambiente hoteleiro. Não é somente o quarto que deve estar adequado, mas também todos os serviços que o hotel oferece. Será que o animador de seu hotel sabe promover atividades de lazer que incluam pessoas com deficiência, estimulando-as a praticá-las? O concierge ou guest relations estão bem informados para indicar locais e serviços realmente adaptados?

Outro item que deve ser levado em conta, mas é pouco comentado, é o direito de oportunidades. Dependendo do hotel, há diferentes categorias de quartos, mas geralmente os quartos acessíveis são planejados para somente um tipo de categoria. Deste modo, não há como um cliente com deficiência escolher uma suíte presidencial, um quarto executivo ou *standard*.

Dependendo do tipo de hospedagem, além dos quartos, o estabelecimento possui diversos outros ambientes, como espaço para evento, piscina, academia, salão de jogos, sala de internet, dentre diversos outros. A acessibilidade deve ser para todos os ambientes do hotel, e não somente para os quartos.

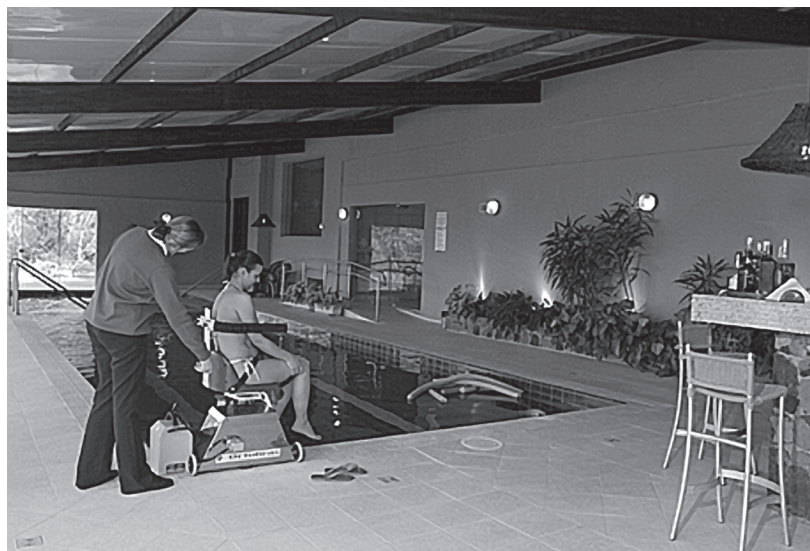


Figura 17.1: Sistema móvel automatizado para transferência a piscinas.

Fonte: www.gramado.rs.gov.br

A parte estrutural do hotel é muito importante, mas o treinamento dos funcionários também é fundamental. Geralmente colocam qualquer pessoa com deficiência em um quarto adaptado, sendo que uma pessoa com deficiência visual ou auditiva não precisa necessariamente de espaço, e poderia ser colocada em outro quarto convencional. Apresentar o quarto à pessoa

cega, mostrando onde estão os principais móveis e informar à camareira para ter o cuidado de arrumar o quarto, deixando novamente todos os pertences do hóspede cego no mesmo lugar. Elevadores devem possuir botoeiras e identificação do pavimento nos batentes das portas em braille ou sistemas de voz que identifiquem subida, descida e pavimentos.

Na maioria das vezes, os hotéis não buscam orientação correta para implantar a acessibilidade em seu estabelecimento. Seja na construção ou na reforma, ter uma pessoa especializada em acessibilidade é muito importante para dar orientação, pois muitos recorrem instintivamente a arquitetos e engenheiros. Porém esses profissionais não adquirem o conhecimento apurado em acessibilidade em sua formação acadêmica como muitas pessoas pensam. Como já foi comentado, saber atender de maneira correta a pessoa com deficiência é um dos itens mais importantes, e uma pesquisa informal revelou que a maioria das pessoas com deficiência valoriza mais o modo como são atendidos do que a acessibilidade do local.



Um hotel-fazenda do interior de São Paulo fez um grande investimento na adaptação de suas instalações e treinamento de seus funcionários, tendo como resultado um incremento de até 45% na taxa de ocupação mensal, onde as pessoas com deficiência já representam 8%. O proprietário disse que, em 2007, recebia uma média de 20 pessoas com deficiência por mês, sendo que não havia aplicado nenhuma ação de marketing. Tudo isso é consequência de um trabalho bem-feito, encarado como um investimento ao invés de uma despesa, e também não uma ação social, mas uma estratégia para conquistar este segmento de mercado emergente.

No Brasil, não existe nenhuma classificação de qualidade voltada para a acessibilidade na hotelaria. Na verdade, os próprios hotéis acabam se classificando como acessíveis ou não, geralmente através de critérios muito básicos.

Bares e restaurantes

Bares e restaurantes também são parte importante no contexto turístico. Muitas vezes, podem se tornar parte do atrativo da viagem, afinal comidas típicas causam grande atração e curiosidade nas pessoas. Um item importante, além do acesso ao estabelecimento e à circulação interna, é o banheiro, pois envolve questão de higiene, para lavar as mãos antes de comer e outros procedimentos, como soltar a urina retida na bexiga, pois geralmente nesses estabelecimentos se bebe bastante, e depois de algum tempo esse líquido tem de ser eliminado.

Muitas pessoas com deficiência não têm controle de bexiga e não conseguem controlar a saída da urina, dessa maneira só frequentam bares e restaurantes que possuam banheiros acessíveis. Uma questão, às vezes polêmica, é disponibilizar banheiros exclusivos para pessoas com deficiência. Se formos compreender mais profundamente a necessidade dessas pessoas, esta é a melhor solução, pois existem pessoas com deficiência com um comprometimento de mobilidade muito grande, com tetraplegia, por exemplo, e que necessitam do auxílio de uma outra pessoa. Geralmente elas estão acompanhadas, mas a companhia pode ser uma pessoa de outro sexo. Então, no caso de um homem com deficiência, tendo uma acompanhante como auxiliar seria difícil e constrangedor entrar num banheiro coletivo masculino. Então, um banheiro exclusivo e unissex acessível a pessoas com deficiência seria a melhor solução, pois haveria privacidade.

Em alguns casos, quando o alimento é servido através de Buffet, cabe aos funcionários estarem atentos para auxiliar pessoas com deficiência física ou visual. Possuir um cardápio em Braille para pessoas cegas que pode ter a parte escrita em caracteres romanos ampliados para pessoas com baixa visão é um outro recurso. Também existem pessoas com restrição alimentar, ou até mesmo que não conseguem engolir a comida e necessitam que todo tipo de alimento seja passado por um liquidificador para se tornar praticamente líquido.

A pessoa com deficiência visual usuária de cão-guia tem o direito de ingressar e permanecer com o animal em todos os locais públicos ou privados de uso coletivo. Isso está previsto na legislação federal e vale para bares e restaurantes, hotéis, museus, locais de exposição e diversos outros locais conforme descrito na lei. Há estabelecimentos que colocam plataformas elevatórias com acionamento controladas por chave, dando acesso, mas sem proporcionar autonomia.

Alguns locais possuem mesas e cadeiras fixas, o que acaba impossibilitando acomodar um usuário de cadeira de rodas e até mesmo grupos de clientes. Ter um mobiliário móvel, de modo que se possa ajustar de acordo com a demanda de seus clientes, é muito mais vantajoso. Porém, é preciso verificar a altura da mesa, a largura entre os pés, caso tenham pés laterais, ou o formato do apoio dos pés, nos caso de mesas com apoio central. Toalhas de mesa muito longas acabam se enroscando nas rodas dianteiras das cadeiras de rodas, o que pode causar um acidente.



Atividade

Atende aos Objetivos 2 e 3

2. O texto a seguir foi extraído da matéria a respeito de cães-guia, publicado em 25 de setembro de 2006 no site da revista *Sentidos*.

Uma Lei Federal vai beneficiar cerca de 150.000 pessoas que se declaram cegas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir de 22 de setembro, data de publicação do Decreto 5.904/2006, que regulamenta a Lei Federal 11.126/2005, a pessoa com deficiência visual usuária de cão-guia passou a ter o direito de ingressar e permanecer com o animal em todos os locais públicos ou privados de uso coletivo. A multa para quem descumprir a Lei varia de 1.000 a 30.000 reais. Em casos de reincidência, o valor pode alcançar 50.000 reais. Restaurantes, transportes públicos, escolas, todos devem

permitir a circulação do cão-guia, com exceção dos locais que exijam esterilização individual, como cozinhas industriais e alguns ambientes hospitalares.

Receber a pessoa com deficiência visual e seu cão-guia é lei, mas isso inclui estar preparado para dar assistência ao cão, como por exemplo alimentação e acomodação adequada a cães? Justifique.

Resposta Comentada

Permitir o ingresso do animal é a única obrigação dos estabelecimentos. Todo o cuidado em relação ao cão fica por conta de seu dono. É claro que poder dar um atendimento mais direcionado não só ao deficiente visual como também ao seu cão é uma questão de hospitalidade. A pessoa cega usuária de cão-guia deverá portar a Carteira do Cão-Guia, documento expedido pela instituição que treinou o cão e que contém a identificação do dono, do animal numa foto da dupla. O dono também deve andar com a carteira de vacinação em dia. O cão deverá ainda carregar uma plaqueta de identificação com seu nome, nome do dono e do centro de treinamento e deverá estar com equipamento completo: coleira, arreio e alça-guia, que permite maior controle do usuário.

Informação

A comunicação de prestação de serviços, mesmo nos produtos que fizerem parte do ambiente turístico deve ser sempre acessível. Atualmente, um dos maiores meios de comunicação é a internet, ferramenta que, em muitos dos casos, além de informar, também possibilita a efetuação do processo de venda. A acessibilidade na internet, mais conhecida tecnicamente como acessibilidade na web, significa que pessoas com deficiência sejam capazes de usar a web. Mais concretamente, significa uma web projetada de modo a que estas pessoas possam perceber,

entender, navegar e interagir de uma maneira efetiva com a web, bem como criar e contribuir com conteúdos para a web.

Pessoas com deficiência visual conseguem navegar na web através de programas especiais, que lhes permitem colher as informações e interagir na web. Porém os sites precisam estar projetados de acordo com algumas normas de navegação. Existem empresas que orientam a implantação da acessibilidade e realizam a certificação. Alguns sites de companhias aéreas brasileiras não possuem acessibilidade na web, e por isso diversas pessoas com deficiência visual acabam procurando outras companhias que ofereçam esse serviço, valorizando a qualidade da empresa. Quando existem na web vídeos com narração, ou somente gravações em áudio, a dificuldade passa para pessoas com deficiência auditiva. Não é algo tão complicado para se resolver, pois no vídeo pode-se colocar legenda e, no caso de um arquivo de áudio, pode-se anexar o seu conteúdo em texto.

Em material impresso, agências de viagens costumam colocar muitas imagens de lugares paradisíacos para seduzir seu cliente, porém esse formato não funciona para pessoas cegas. É necessário ter um descritivo em braille e também material com letras ampliadas e cores contrastantes para pessoas com baixa visão.

Mas não são somente as ferramentas que devem seguir a linha da acessibilidade, mas também seu conteúdo. Existem hotéis que possuem acessibilidade, mas que não divulgam ou sinalizam isso em seu material de divulgação. Dificilmente pessoas com deficiência têm a iniciativa de investigar a acessibilidade de um local, se não houver pelo menos um indicativo. Também podemos ter uma situação inversa, o que na verdade não é difícil de acontecer, quando o hotel se diz acessível, porém quando o turista com deficiência chega para o *check-in* começa a perceber as inúmeras falhas que o local possui em relação à acessibilidade. Isso geralmente traz sérias complicações, podendo chegar até a um processo judicial. O hotel deve reforçar, junto aos seus funcionários, a necessidade de apresentar o quarto, e até mesmo as outras instalações para uma pessoa cega; deve ter o diretório de

serviços em braille além dos produtos do frigobar e *amenities* e deve, ainda, informar à camareira para ter o cuidado de arrumar o quarto, mantendo todos os pertences no mesmo local.



Em algumas situações, a informação acessível é obrigatória, pois está diretamente ligada com a segurança. Certa vez, um grupo de cinco surdos foi realizar uma atividade de *rafting*, porém o instrutor não sabia Libras nem tinha nenhum recurso que pudesse minimizar este problema. Então as instruções que, normalmente, são passadas sobre segurança e também sobre a condução do bote não puderam ser passadas pelo instrutor. Outra situação que envolve a segurança são as informações passadas na aeronave antes da decolagem. Apesar de algumas companhias aéreas possuírem material em braille, e instruções gravadas em vídeo interpretadas em Libras, dificilmente esses recursos são oferecidos.

Direitos das pessoas com deficiência

Em algumas regiões do Brasil, a pessoa com deficiência ainda é vista com discriminação, sendo constantemente alvo de chaticotas e comentários pejorativos, às vezes causando repúdio por parte da sociedade. Isso acontece, sobretudo, nas regiões onde a cultura popular não evoluiu. Nessas regiões, ainda é comum encontrar pessoas com deficiência segregadas, mantidas em cárcere privado ou abandonadas, inclusive pelos órgãos públicos.

Já nos centros urbanos, a pessoa com deficiência não sofre tal repressão porém, em contrapartida, a segregação deve-se à falta de acessibilidade, mercado de trabalho, transporte, saúde, lazer, cultura, educação, dentre outros, quando os deficientes encontram-se totalmente alijados pela sociedade que, sequer, preocupa-se com a inclusão de aproximadamente 24,5 milhões de pessoas com qualquer tipo de deficiência; pessoas com capacidade plena de trabalho, de ideais, formadores de opinião pública, passíveis de amar e de serem amados.



Muitas pessoas com deficiência, detentoras de formação profissional, têm plena capacidade de serem inseridas no mercado de trabalho; entretanto, não o são por terem seus direitos tolhidos e pelo descaso da sociedade.

O Brasil, nos dias de hoje, segundo a Organização Mundial da Saúde é um dos países que mais se preocupa com a pessoa com deficiência, no que tange à existência da vasta legislação para resguardar seus direitos. Por outro lado, o descaso e o descumprimento destas leis pela sociedade equivalem à retroação de centenas de anos, sacrificando o exercício dos direitos deste contingente social.

E sabemos que nenhum país é tão autossuficiente, nenhum povo é tão soberano, que possa desprezar e discriminar este contingente da camada da população que, sobremaneira, somados os esforços fariam, certamente, a diferença desta nação. A seguir estarão listados leis, decretos e normas nacionais e internacionais, que possuem uma relação maior com o turismo acessível:

Constituição da República Federativa do Brasil – 1988

Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985

Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.

Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994

Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995

Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas

portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências.

Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000

Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências.

Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003

Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.

Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005

Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.

Lei nº 11.982, de 16 de julho de 2009

Determina a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Decretos

Decreto nº 1.744, de 8 de dezembro de 1995

Regulamenta o benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências.

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999

Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

Decreto nº 3.691, de 19 de dezembro de 2000

Regulamenta a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001

Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Decreto nº 4.229, de 13 de maio de 2002

Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), instituído pelo Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996, e dá outras providências.

Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004

Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005

Regulamenta a Lei nº 0.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Outros

Instrução Normativa nº 1 de 25 de novembro de 2003

Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acatados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica.

Norma de Serviço/Instituto de Aviação Civil – Noser – nº 2.508-0796

Dispõe sobre acesso ao transporte aéreo de passageiros que necessitam de assistência especial.

Legislação internacional

Declaração de Direitos do Deficiente Mental

Resolução nº 2.896 proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de dezembro de 1971. Artigo 1º: O deficiente mental deve gozar no máximo grau possível os mesmos direitos dos demais seres humanos.

Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes

Resolução nº 3.447 aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 9 de dezembro de 1975. A Assembleia proclama esta Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes e apela à ação nacional e internacional para assegurar que ela seja utilizada como base comum de referência para a proteção dos direitos das pessoas com deficiência.

Declaração de Cartagena de Índias

Aprovada em 30 de outubro de 1992. Políticas para Pessoas Portadoras de Deficiências na região ibero-americana.

Normas Sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência

Resolução nº 48/96. As normas sobre equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência foram adotadas pela As-

sembleia Geral das Nações Unidas em sua 48ª sessão em 20 de dezembro de 1993.

Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência

Aprovada em Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos – 6 de junho de 1999 AG/doc. 3826/99 – Guatemala. Esta Convenção tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade. Promulgada pelo Decreto 3.956 de 08 de outubro de 2001.

Carta para o Terceiro Milênio

Aprovada no dia 9 de setembro de 1999, em Londres, Grã-Bretanha, pela Assembleia Governativa da REHABILITATION INTERNATIONAL. Proclama que os direitos humanos de cada pessoa em qualquer sociedade devam ser reconhecidos e protegidos. O documento apela aos países-membros para que apoiem a promulgação de uma Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como uma estratégia-chave para atingir os objetivos propostos.

Declaração de Washington

Realizada de 21 a 25 de setembro de 1999, em Washington, DC, EUA. Perspectivas Globais sobre Vida Independente para o Próximo Milênio.

Declaração Internacional de Montreal Sobre Inclusão

Aprovada em 5 de junho de 2001 pelo Congresso Internacional “Sociedade Inclusiva”, realizado em Montreal, Quebec, Canadá.

Declaração de Caracas

Primeira Conferência da Rede Ibero-Americana de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias, reunida em Caracas, entre os dias 14 e 18 de outubro de 2002, declara 2004 como o Ano das Pessoas com Deficiência

e suas Famílias almejando a vigência efetiva das Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência e o cumprimento dos acordos estabelecidos na Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência.

Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Em 9 de julho de 2008 o Congresso Nacional aprovou com quorum qualificado a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Em 25 de agosto de 2009, o presidente promulgou a Convenção sob a forma do Decreto nº 6.949/2009.

Normas Técnicas

ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

ABNT NBR 13994 – Elevadores de passageiros – Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência.

ABNT NBR 14020 – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência – Trem de longo percurso.

ABNT NBR 14021 – Transporte – Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano.

ABNT NBR 14022:1997 – Transporte – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência em ônibus e trólebus, para atendimento urbano e intermunicipal.

ABNT NBR 14022:2006 – Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros.

ABNT NBR 14273 – Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial.

ABNT NBR 15250 – Acessibilidade em caixa de autoatendimento bancário.

ABNT NBR 15320 – Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário.

ABNT NBR 15450 – Acessibilidade de passageiros no sistema de transporte aquaviário.

ABNT NBR 15599 – Acessibilidade – Comunicação na prestação de serviços.

Conclusão

O transporte, hotelaria, bares e restaurantes e informações são áreas essenciais para se montar uma viagem. Cada área precisa estar adequada para atender pessoas com deficiência, seja ela qual for. Há indicadores para que a acessibilidade esteja o mais correto possível, e podemos encontrar muitos desses indicadores em nossas leis, decretos, normas e outros documentos oficiais. Quando se trata da parte física ou material, é mais fácil indicar qual a melhor solução, porém quando se trata do atendimento e da hospitalidade, isto pode variar bastante, pois estamos lidando com gostos e preferências pessoais.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 4

Texto do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, Seção V, artigo 44:

Da Acessibilidade no Transporte Coletivo Aéreo

Art. 44. No prazo de até trinta e seis meses, a contar da data da publicação deste Decreto, os serviços de transporte coletivo aéreo e os equipamentos de acesso às aeronaves

ves estarão acessíveis e disponíveis para serem operados de forma a garantir o seu uso por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. A acessibilidade nos serviços de transporte coletivo aéreo obedecerá ao disposto na Norma de Serviço da Instrução da Aviação Civil NOSER/IAC – 2508-0796, de 1º de novembro de 1995, expedida pelo departamento de Aviação Civil do Comando da Aeronáutica, e nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

O prazo para que fossem resolvidas as questões de acessibilidade era de até trinta e seis meses, a contar da data da publicação do Decreto em dezembro de 2004. Você acha que as adequações foram feitas? Por quê?

Resposta Comentada

Muitas leis, decretos, normas e outros documentos oficiais não são respeitados devido à falta de fiscalização e de uma punição. O transporte coletivo aéreo ainda está muito precário em relação à acessibilidade e oferecendo diversas situações de perigo. As Companhias Aéreas brasileiras costumam realizar um treinamento aos seus funcionários para que estes estejam aptos a atenderem pessoas com deficiência, porém, na prática, este método tem se mostrado ineficaz. A Infraero diz que sua missão é prover infraestrutura e serviços aeroportuários, em que a acessibilidade faz parte, porém não se importa com a acessibilidade no comércio alocado no interior dos aeroportos, pois eles acabam fazendo parte do aeroporto. E o desrespeito aos banheiros acessíveis, em sua grande parte está nos próprios funcionários do aeroporto, seja da Infraero, da segurança ou dos funcionários dos comércios existentes, que utilizam o local como um vestiário. Muita coisa está errada, e a simples existência de uma legislação não consegue resolver o problema.

Resumo

A acessibilidade no turismo acontece muito de forma pontual, ou seja, transporte, hospedagens, bares e restaurantes já estão tendo iniciativas para oferecer acessibilidade, ainda que em baixa escala. Porém, essa oferta é desordenada, já que cada um está preocupado somente com seu próprio negócio. O turista com deficiência está cada vez mais exigente em relação a seus direitos. Muitas vezes, a causa de o negócio não ter um sucesso esperado é uma questão de informação. Não adianta possuir um hotel acessível, por exemplo, se isto não chegar ao conhecimento do público final. Aplicar acessibilidade em seu negócio é uma alternativa rentável e que traz outros benefícios, porém é preciso ter um planejamento feito por profissionais da área. Caso não seja feito dessa maneira, pode-se gastar além do necessário e não se obter o resultado esperado.

Informação sobre a próxima aula

A próxima aula irá apresentar o turismo acessível em diferentes segmentos do turismo. Irá mostrar a acessibilidade em destinos e atividades diferenciadas, como praia, ecoturismo, museus, parques, entre outros. Dessa forma você conseguirá absorver conhecimento para atuar em diversas situações.

18

O turismo acessível em diferentes segmentos do turismo

Ricardo Noboru Shimosakai

Metas da aula

Apresentar a acessibilidade e a inclusão em diferentes ambientes e situações do turismo, mostrando alguns problemas juntamente com soluções. Demonstrar que o turismo deve ser para todos, em todas as suas ofertas.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 identificar os recursos de acessibilidade necessários em ambientes culturais;
- 2 propor alternativas de acessibilidade em locais de natureza;
- 3 relacionar as obrigações de acessibilidade em parques;
- 4 reconhecer os deveres de um guia de turismo em relação à pessoa com deficiência;
- 5 identificar as necessidades de acessibilidade em diferentes tipos de eventos.

Pré-requisitos

Antes de começar esta aula, lembre: os exemplos de transporte acessível, a acessibilidade na hotelaria e a importância da informação acessível.

Introdução

Pode-se afirmar que o turismo no Brasil, a reboque do mercado internacional, entrou na era da segmentação, fruto do aumento da concorrência e principalmente da exigência do cliente, que é a peça mais importante desta e das muitas outras indústrias. O cliente moderno está cansado de empresas generalistas, que fazem de tudo um pouco, mais preocupadas em vender do que atender aos seus interesses e que o tratam como elemento de uma massa consumista impessoal. Então, a segmentação vem com o objetivo de melhor atender o turista e trazer atividades de maior interesse a um público específico. As pessoas com deficiência podem ser consideradas como um segmento, porém as exigências contidas na legislação têm um foco inverso. Então, na verdade todos os segmentos do turismo devem ser acessíveis para as pessoas com deficiência.

Nesta aula, serão apresentadas as opções mais procuradas por turistas em geral, como museus, ecoturismo, parques, praia, entre outros, e como a acessibilidade e a inclusão devem estar presentes. Também serão descritos mais alguns recursos de tecnologia que podem auxiliar a acessibilidade nesses locais e serviços. A acessibilidade e a inclusão são itens bastante amplos, assim como o lazer e o turismo. Certamente para se ter um conhecimento mais profundo a respeito do tema, muito ainda deve ser estudado. Porém, esses itens apresentados foram organizados de uma forma para que você compreenda principalmente o conceito de acessibilidade e inclusão, os diferentes tipos de deficiência e suas necessidades mais evidentes, e sua aplicação no turismo, dando uma boa base de conhecimento sobre o assunto.



Figura 18.1: Acessibilidade nos transportes.

Fonte: cmpa.mg.gov.br

Museus

Museus são atrativos clássicos para turistas que desejam realizar um passeio para explorar o lado histórico, artístico e cultural do destino visitado. Em alguns locais, o próprio estabelecimento onde se localiza o museu já faz parte da história, pois não é difícil encontrar museus em castelos, casarões ou antigas construções. Antigamente, a acessibilidade não era um item em evidência para os construtores, e escadas e degraus eram muito apreciados.

No Brasil, museus e atrativos turísticos utilizam a justificativa de estarem estabelecidos em um patrimônio tombado, e portanto, não podem realizar nenhuma modificação, porém isso não é verdade. O pedido de tombamento de um bem de valor cultural, público ou privado pode ser feito por iniciativa de qualquer pessoa por um pedido que deve ser encaminhado ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no caso de um tombamento federal. Também existem órgãos que têm a função de cuidar do patrimônio histórico em nível estadual

e municipal. É incorreto chamar de tombamento a inclusão de um bem na lista de patrimônios da humanidade da Unesco. A listagem pela Unesco consiste apenas numa classificação e reconhecimento do valor excepcional do sítio em questão, nos termos da Convenção do Patrimônio Mundial.

O tombamento implica estabelecer regras para a propriedade. À medida que ele é protegido, você não pode fazer daquele imóvel o que quiser. Isso estabelece limites entre o desejo pessoal e o desejo coletivo. O tombamento não deve ser visto como uma medida que “engessa” e “paralisa” o local. Ele pode continuar crescendo desde que os limites sejam respeitados. Através da Instrução Normativa nº 1 de 25 de novembro de 2003, a presidência do Iphan resolveu estabelecer diretrizes, critérios e recomendações para a promoção da acessibilidade. Este documento usa como referência básica a NBR 9050 da ABNT e a Lei 10.098/2000 que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. O artigo 25 diz que as disposições desta Lei aplicam-se aos edifícios ou imóveis declarados bens de interesse cultural ou de valor histórico-artístico, desde que as modificações necessárias observem as normas específicas reguladoras destes bens. Assim, constata-se que os imóveis tombados também foram incluídos entre aqueles que devem sofrer adaptações. A restrição fica por conta das especificidades do bem.

O artigo 30 do Decreto 5.296/2004 dispõe sobre a acessibilidade aos Bens Culturais Imóveis, estabelecendo que as soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade a todos os bens culturais imóveis devem estar de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa nº 1 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, de 25 de novembro de 2003.

A Pinacoteca do Estado de São Paulo foi tombada em 1982 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). Em março de 2009, abriu ao público a galeria tátil de escultu-

ras, onde o público com deficiência visual pode explorar e reconhecer as obras por meio do toque. Possui também recursos como piso e mapa tátil, audioguia, impressos em tinta e Braille, imagens de pinturas em tinta com linhas de contorno em relevo, além da descrição das obras. O Programa Educativo para Públicos Especiais (Pepe) desenvolveu recursos multissensoriais e lúdicos como maquetes visuais e táteis, reproduções de obras bidimensionais e tridimensionais feitas em resina acrílica e borracha texturizada, extratos sonoros relativos às obras, além de objetos e jogos tridimensionais baseados em obras originais selecionadas. Promovem cursos de ensino da arte na educação especial e inclusiva para a capacitação de educadores e profissionais das áreas de artes, museus e saúde.

Preservar um bem material é importante, mas preservar a dignidade humana é tão ou mais importante. Promover a acessibilidade e inclusão, além de ser algo de grande valor para a sociedade, irá aumentar o fluxo de visitação nesses locais e por consequência aumentar sua importância. Creio que isso seja tudo o que o lugar deseja e a sociedade também.

Audioguia

Um tour de áudio ou audioguia fornece um comentário falado gravado, normalmente através de um dispositivo portátil, para a atração do visitante. Eles também estão disponíveis para passeios autoguiados em locais ao ar livre, ou como parte de uma excursão organizada. Ele fornece antecedentes, contexto, e informações sobre as coisas que estão sendo vistas. Audioguias são produzidos muitas vezes em versões multilíngues e podem ser disponibilizados de diversas formas. Alguns dos passeios mais elaborados disponíveis incluem música e entrevistas originais, oferecendo uma experiência mais comparável a um documentário de áudio do que um tradicional passeio guiado. Audioguias são tradicionalmente alugados no próprio local, e mais recentemente podem ser baixados na internet ou disponíveis na rede do telefone

móvel. Alguns audioguias são gratuitos ou incluídos na taxa de entrada, outros têm de ser adquiridos separadamente.

Um guia multimídia eletrônico é um dispositivo especialmente projetado para fornecer conteúdo de áudio, vídeo ou texto para os visitantes do museu, com ou sem interação do usuário. Ele também pode fornecer conteúdos alternativos correspondentes a diferentes preferências pessoais. Pode incluir acessórios, como fones de ouvido, uma caneta digital e monitores com telas de LEDs ou LCD.

Estes guias inteligentes podem ser operados para fornecer conteúdo em diferentes idiomas e sotaques, com alternativas de voz diferente, como homem/mulher/criança/Native Speaker/TV Speaker), com texto, com faixa etária específica de conteúdo. Eles podem ser operados de várias maneiras:

1. Um sistema de toque será operado pelo visitante. O visitante entra com o código atribuído ao objeto para a guia do museu eletrônico e os respectivos conteúdos serão fornecidos.
2. Sistemas de *Location Aware* irão operar semiautomaticamente. Eles sentem a localização de várias tecnologias alternativas e oferecem conteúdos relacionados. Se a área de detecção não é estreita o suficiente para detectar todos os objetos diferentes, o visitante irá digitar ou selecionar o conteúdo que ele ou ela quer. Sistemas de *Location Aware* oferecem passeios de melhor qualidade às pessoas com deficiência.
3. Sistemas *Line of Sight Aware* irão operar automaticamente. Eles sentem o local e o objeto-alvo e fornecem o conteúdo relacionado. Estes sistemas podem incluir uma inteligência artificial que visa medir o visitante e as áreas de interesse e podem fornecer informações mais superficiais ou mais detalhadas para o objeto. Estes sistemas podem precisar de tecnologias especiais para a detecção do alvo.

Estes guias eletrônicos podem proporcionar, à gestão do museu, estatísticas úteis e relatórios, que podem incluir estatísticas de turismo, estatísticas de visitantes, opiniões e outros levantamentos.

Ecoturismo e turismo de aventura

Os segmentos de Turismo de Aventura e Ecoturismo devem estar abertos aos avanços da legislação e a essa demanda crescente, incorporando em suas atividades as questões relativas à acessibilidade. E existem duas fortes razões para investir nesse tipo de negócio: a possibilidade de acessar um mercado de grande potencial e ainda pouco explorado e o cumprimento de uma importante função social, promovendo a dignidade da pessoa humana, disseminando a não discriminação e incentivando o respeito à diversidade. Mas para isso, é necessário se informar sobre o tema, adequar produtos e ambientes, assegurar as condições adequadas de segurança, promover a qualificação profissional de funcionários e colaboradores e aprender a atender esse público específico.

Segundo o perfil do turista de aventura e do ecoturista no Brasil (MANUAL..., 2010), “os brasileiros desejam fugir do dia a dia e resgatar o prazer da vida, voltando às suas origens, ou seja, retornar à infância”. Obviamente, isso também vale para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. E quando se trata de pessoas que passaram a essa condição em decorrência de acidentes, por exemplo, viajar e praticar atividades diferentes do dia a dia junto com parentes e amigos é uma forma de resgate não apenas dos bons momentos da infância, mas também dos momentos vividos antes de se acidentarem.

Muitas pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida relatam o desejo de realizar atividades de aventura que parecem impossíveis para elas e que de fato só são possíveis de serem praticadas com segurança quando são implementadas medidas de acessibilidade ou adaptação.

A oferta de produtos acessíveis ou adaptados nestes segmentos tem demonstrado que essa experiência pode ser transformadora na vida de uma pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. Satisfação, aumento da autoestima e, principalmente, o sentimento de superação são reações frequentemente compartilhadas por aqueles que descobrem a possibilidade de consumir um produto de turismo de aventura ou de ecoturismo.

Muitas das atividades de ecoturismo e turismo de aventura regularmente oferecidas não requerem adaptações tecnicamente complexas para atender pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Por outro lado, a adaptação de algumas atividades exige conhecimentos específicos, principalmente quando se trata de adaptações de equipamentos de segurança, cujo projeto geralmente não considera o público com deficiência ou mobilidade reduzida.

Em linhas gerais, para encontrar as soluções que efetivem a acessibilidade de forma adequada é necessário entender as principais limitações das pessoas que pretendem participar das atividades. Tendo isso em vista, as soluções podem incluir, por exemplo, rampas de acesso para embarque e desembarque de veículos e embarcações, assentos em botes, cadeirinhas para a realização de atividades com o uso de técnicas verticais, entre outras. Vale lembrar que, no processo de adaptação de atividades e equipamentos, é fundamental contar com a participação de pessoas com deficiência e testar essas adaptações em situações controladas, porém reais.

Às vezes, as coisas podem sair melhor do que o planejado. No Parque dos Sonhos, um complexo turístico localizado na cidade de Socorro, interior de São Paulo, estavam sendo realizados estudos para se adaptar a tirolesa para pessoas com deficiência. O equipamento convencionalmente utilizado é uma cadeirinha de cordas para ser conectado ao cabo da tirolesa. Porém, testes feitos com uma pessoa com tetraplegia mostravam que ela, por não ter força nos braços, acabava ficando de ponta-cabeça. Então depois de pesquisar diversas soluções, foi elaborada uma

cadeira estável e acolchoada, seguindo a linha da selete, a cadeirinha utilizada para a prática de **paraglider**. Deste modo, a pessoa com deficiência pode ficar numa posição estável sem a necessidade de segurar em algum ponto para ficar na posição vertical. Outros clientes do parque, vendo este equipamento, começaram a perguntar se não poderiam utilizá-lo também, pois parecia muito mais confortável proporcionando a mesma segurança necessária. Então, o que inicialmente foi projetado para atender à necessidade de uma pessoa com deficiência acabou agradando a todos. Isso ajuda a demonstrar que a acessibilidade não é algo somente para pessoas com deficiência.

Paraglider

É uma modalidade desportiva de voo livre. Apesar de ter a aparência de um paraquedas, na realidade é diferente em muitos aspectos. O principal é a sua forma de voar, pois este pode descolar de uma encosta (montanha ou falésia), previamente «inflado» (aberto), ao contrário do paraquedas que se abre no ar após o salto do avião.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

1. Matéria da revista *Istoé*, na seção Comportamento, publicada em 15 de junho de 2011:

“É importante que guias locais estejam treinados para transferi-lo de sua cadeira para barcos ou canoas, ou para transportá-lo num terreno cheio de obstáculos.” Shimoakai e Adriana chegaram a locais como Machu Picchu e Chapa-da Diamantina (BA), respectivamente, com ajuda humana, por exemplo.

Leia a matéria e escreva sua opinião sobre carregar pessoas com deficiência.

Resposta Comentada

A acessibilidade e a inclusão feitas da melhor forma nem sempre são possíveis. Machu Picchu, por exemplo, é um local repleto de altos degraus, onde é impossível a um cadeirante caminhar com au-

tonomia por mais de 50 metros. E devido à importância histórica do local, não é permitido modificar a estrutura do local. Porém, é possível visitar seus diversos encantos através de um receptivo especializado em atender pessoas com deficiência. Possuem guias e auxiliares capacitados, que carregam o cadeirante através dos vários desníveis. É a melhor forma de inclusão? Conceitualmente não, mas na prática é a única forma possível encontrada até agora.

Parques

Parques, sejam áreas verdes ou parques de diversão, também precisam de acessibilidade, e pensada principalmente para crianças com deficiência. A Associação Sãoraimundense de Deficientes Físicos – Asadef já realizou uma excursão ao Parque Nacional Serra da Capivara, localizado no estado do Piauí, em uma área de 129.140 hectares do sertão semiárido nordestino, que abrange os municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Brejo do Piauí e Coronel José Dias. Os cadeirantes ficaram maravilhados com a acessibilidade aos principais sítios, pois os mais importantes deles possuem rampas de madeira ou cimento. É o único parque arqueológico do mundo com clima e formações típicas da Caatinga, além de uma das últimas áreas do sertão que ainda contam com biodiversidade rica e preservada. Considerado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco e declarado pela ONU “unidade de conservação com melhor infraestrutura da América Latina”, o parque contém mais de mil sítios arqueológicos, muitos dos quais ainda pouco estudados. Mais um exemplo de que patrimônios não são intocáveis, e se analisarmos mais profundamente, não adianta preservarmos com extremo rigor um local se este não pode ser apreciado pela sociedade. Implantar a acessibilidade não quer dizer destruir ou danificar para dar condições. É possível proporcionar acesso, sem mexer na estrutura do local, como, por exemplo, sobrepor rampas aos desníveis existentes.

O Parque Nacional da Serra da Bodoquena, que possui 76.400 hectares, está localizado nos municípios de Bonito, Bodoquena, Jardim e Porto Murtinho. Em Bonito está localizado o Abismo de Anhumas, uma caverna onde o acesso é feito através de um rapel de 72 metros até um lago, onde há um deck de base para realizar flutuação e um passeio de bote. Todas essas atividades são acessíveis à pessoa com deficiência. A natureza está preservada, então a possibilidade de acesso é resultado de instrutores capacitados e equipamento adequado.

Em parques públicos onde há uma grande oferta de atrações como é o caso do Parque do Ibirapuera em São Paulo, é necessário verificar a acessibilidade de uma forma ampla. O Ibirapuera possui museus, locais de alimentação, estacionamento, sanitários públicos. Então, esses locais precisam seguir as normas de acessibilidade já citadas em aulas anteriores. O parque colocou brinquedos onde crianças com deficiência possam interagir com outras crianças sem deficiência como exige a lei. Outros locais, como o Auditório do Ibirapuera e o Planetário, também estão parcialmente acessíveis, pois recursos como audiodescrição e Libras ainda não são facilmente encontrados.

A Lei determina a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em relação a parques de diversão ou temáticos, não há bons exemplos no Brasil. O Sistema Integrado de Parques e Atrações Turísticas (Sindepat) organizou em novembro de 2011 o 1º Dia Nacional da Pessoa com Deficiência em Parques e Atrações Turísticas, tipo de evento que já era realizado por alguns parques isoladamente, como por exemplo o Hopi Hari. Isto é uma medida paliativa, ou seja, alivia momentaneamente o problema, mas não consegue eliminá-lo. Serve mais para escoar a imagem negativa do local, que na verdade não possui preparação para atender pessoas com deficiência e pouco faz para melhorar a situação. Os parques da Disney possuem recursos de acessibilidade para auxiliar diferentes tipos de deficiência e

necessidades diferenciadas. Aparelhos com audiodescrição, aluguel de cadeiras de rodas motorizadas, banheiros adaptados, acesso a diversos brinquedos, telefones para surdos, interpretação de linguagem de sinais nos shows e diversos outros itens de acessibilidade estão disponíveis nos parques do Grupo Disney.



Atividade

Atende ao Objetivo 3

2. Artigo escrito por Naira Rodrigues (2008), cega, relatando sua experiência em um parque de diversões. Foi publicado no site *Xiita da Inclusão*, em 4 de agosto de 2008:

Acabo de chegar do Playcenter, fui levar meus filhos para uma despedida das férias... Teria sido ótimo, porém, qual não foi minha surpresa, quando fui levá-los em um brinquedo, no meu ponto de vista, até dos mais simples do parque, era um barco grande, que cai em uma grande “piscina” ... depois de enfrentar uma fila consideravelmente grande, a “mocinha” que fica na portaria do brinquedo me pediu uma autorização para poder entrar...

Eu, sem entender exatamente do que se tratava, perguntei que autorização era aquela, pois havia entrado no parque apresentando o ingresso e pronto. Mas, para minha segurança, afinal, sou uma “pessoa com uma limitação”, o parque exigia que eu tivesse uma autorização emitida pelo próprio parque na entrada para que eu pudesse usufruir dos brinquedos menos perigosos...

Bem, diante disso, eu argumentei com tudo aquilo que sempre falamos, sobre o direito de acesso, etc, etc... A “mocinha” pediu-me para sair um pouco da fila até que o gerente chegasse para resolver a questão, orientação que me recusei a seguir e, enquanto esperávamos o gerente, a fila ficou parada, por isso, tive que informar aos outros visitantes do parque o que estava acontecendo, levando em conta que a fila estava repleta de adolescentes e pessoas jovens que estavam com muita vontade de aproveitar aquele brinquedo, imaginem o “circo armado”...

Enfim, o gerente chegou e, realmente, eu não poderia andar no brinquedo pois minha “limitação” comprometia minha segurança, mas diante dos gritos da fila para que deixassem eu entrar e da discussão estabelecida entre mim e o gerente, consegui entrar... Qual não foi minha surpresa, mais uma vez, ao sair do brinquedo, fui interceptada pelo mesmo gerente, de nome Sidnei, que disse que se eu não fosse ao setor buscar minha autorização não poderia ir em mais nenhum brinquedo considerado perigoso para pessoas com “limitações” como eu...

Analisando a situação aqui colocada, você acha que o parque estava tomando as melhores medidas para atender uma pessoa com deficiência? Justifique.

Resposta Comentada

Pensar na segurança do visitante é muito importante. Então, proibir uma pessoa de ingressar em certos brinquedos é válido, desde que tenha uma explicação lógica. O fato de não enxergar não caracteriza um perigo, senão seria proibido fechar os olhos durante o tempo da duração da atração. Alguns brinquedos buscam exatamente a surpresa, mas não é a visão que torna essa surpresa previsível. O caminho certo não é proibir pessoas com deficiência de andar em seus brinquedos, e sim adequar todo o parque para que não encontremos situações como essa.

Acessibilidade no meio aquático

A praia é um dos cartões-postais do Brasil, mas a acessibilidade neste meio sempre foi vista como algo muito difícil, principalmente para cadeirantes. Dependendo da consistência da areia da praia, uma pessoa usuária de cadeira de rodas convencional não consegue se locomover, pois as rodas acabam atolando. Já existem cadeiras anfíbias, com rodas mais largas com preenchi-

mento a ar, que permitem uma locomoção mais fácil, além de permitir a flutuabilidade da cadeira na água. O surf é uma das paixões brasileiras, que também atrai pessoas com deficiência. Os amputados tiveram a iniciativa, que depois foi seguida por pessoas com deficiência visual e física. Até tetraplégicos já surfaram, acomodados em uma espécie de cadeira fixa na parte dianteira da prancha, e conduzidos por uma outra pessoa. Isto é o que chamamos “adaptado”. Afinal a pessoa não surfa do modo tradicional, mas de uma forma adaptada às condições que ela possui. Pode não ser exatamente a mesma coisa, mas a pessoa não deixa de estar no mar, em cima de uma prancha e na crista da onda, então não deixa de estar surfando.

A cidade de Saint Jean de Luz, no sudoeste da França, instalou em uma praia equipamentos que permitem que os cegos nadem em segurança, graças a um sistema simples de rádio sem fio. Boias com sensores de áudio colocadas no mar, com uma distância de 15 metros entre uma e outra, ajudam os cegos a se localizarem na água. Cada um deles usa no pulso um aparelho parecido com um cronômetro. Quando eles apertam o botão, os sensores dizem exatamente onde eles estão em relação às boias. E há um botão de emergência, caso haja algum problema. São iniciativas que surgem pelo mundo, para encontrar a melhor maneira de se adequar a praia para pessoas com deficiência.

O mergulho adaptado é uma atividade que existe há muito tempo e é amplamente praticada nos países do exterior. No Brasil, temos uma representação da *Handicapped Scuba Association*, uma associação internacional de mergulho adaptado que forma instrutores para atuar no mergulho adaptado. Há locais maravilhosos para mergulho tais como Fernando de Noronha, mas ainda há poucos instrutores de mergulho capacitados, e também falta uma divulgação mais ampla. São poucas as pessoas com deficiência que têm conhecimento deste tipo de atividade. O esqui aquático adaptado segue a mesma linha do mergulho, mas com um número de profissionais e divulgação ainda mais precário.

Outras iniciativas como a Jangada Acessível em Maceió são muito boas, porém é necessário ter mais do que ações pontuais como essa. Além desse atrativo, é necessário pensar no transporte, hospedagem, alimentação e outros itens mais que compõem uma viagem. Uma viagem turística é composta de diversos itens, então a acessibilidade e inclusão devem ser pensadas para todos esses itens.

Guias e monitores

Guia de turismo é um profissional habilitado para guiar visitantes por roteiros turísticos. O monitor, trabalha em locais específicos, passando informações e auxiliando no que for preciso. Ambos devem estar capacitados para lidar com pessoas com deficiência, pois, dependendo da situação, o guia ou o monitor acabam sendo a peça mais importante para o sucesso de um passeio acessível e inclusivo.

Em espaços naturais por exemplo, onde é difícil implantar a acessibilidade, por motivos de preservação da natureza e também para não descaracterizar o local para visitação, o papel do guia é fundamental. Então o guia irá conduzir a pessoa com deficiência, dando o suporte necessário para que ela consiga ultrapassar os obstáculos com segurança. Em alguns casos, o guia deve empurrar o cadeirante, improvisar uma rampa, procurar uma rota melhor ou até mesmo carregá-lo, dependendo da situação. Na condução de uma pessoa com deficiência visual, mostrando o caminho e alertando para os obstáculos, além de fornecer informações detalhadas, e estar atento a experiências sensoriais, como tocar e sentir o odor de árvores e plantas, ouvir o canto dos animais, degustar algumas frutas nativas, são itens que enriquecem muito um passeio de uma pessoa com deficiência visual.

Pessoas com deficiência auditiva também são altamente prejudicadas, pois dificilmente se encontram guias de turismo habilitados para passar as explicações em Libras. A Turismo Adaptado está desenvolvendo um projeto para, na primeira fase, capacitar intérpretes de Libras para atuarem como guias de turismo. Depois,

difundir o aprendizado de Libras para todos os profissionais ligados ao turismo. Em alguns casos, isto se torna mais do que simplesmente passar informações, como por exemplo em atividades de aventura, em que é necessário passar instruções de segurança.

Para as pessoas com deficiência intelectual, ainda chamada por muitos como deficiência mental, o guia ou monitor também é muito importante, pois a atenção deve ser redobrada, devido às reações que podem ocorrer, embora dificilmente pessoas com deficiência intelectual fazem viagens ou mesmo passeios sozinhos. Geralmente estão acompanhadas por um responsável. Somente como um esclarecimento, a paralisia cerebral não faz parte deste grupo. A pessoa com paralisia cerebral é classificada como deficiente física, pois seu intelecto está preservado, e as dificuldades são mais de ordem física, como falta de equilíbrio, coordenação motora, força e também dificuldade na fala.

No caso de monitores em museus ou centros culturais, mesmo que o local possua aparelhos multimídia para passar informação através de vídeo com interpretação em Libras, caso um surdo queira esclarecer alguma dúvida, provavelmente não terá resposta se não houver alguém com conhecimento na língua.



Figura 18.2: Uma guia de turismo do Centro Cultural da Marinha durante o trabalho, na cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Guia_de_turismo

Eventos

O Brasil sediará grandes eventos esportivos em que a acessibilidade é um item exigido pelos seus organizadores. A Copa do Mundo 2014 deve possuir acessibilidade em seus estádios e também em seu entorno além de toda a infraestrutura ligada ao evento, direta ou indiretamente. As Olimpíadas de 2016 virão acompanhada das Paraolimpíadas, que acontecerá logo em seguida. São dois eventos distintos, mas para a realização de ambos os eventos, serão utilizadas exatamente a mesma infraestrutura. A Paraolimpíada terá um impacto muito grande, pois o número de atletas que virá competir será enorme, sem contar os espectadores que um evento desse porte atrai. Então se há dificuldade em desembarcar um cadeirante em aeroportos brasileiros, imagine um avião com mais de 20 cadeirantes, que é o que provavelmente deve acontecer. Os atletas geralmente aproveitam os locais onde viajam para competir, para conhecer as atrações do local, porém o Rio de Janeiro não está preparado para receber os atletas com deficiência. Já vivenciamos uma experiência semelhante, quando o Rio de Janeiro foi a sede dos Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos. A acessibilidade foi feita muito precariamente e somente para o evento, por exemplo, havia rampas para ônibus que foram retiradas logo após terminar o evento, então nada foi deixado para a cidade.

Em feiras e exposições, a maioria dos estandes já possuem rampas de acesso. Porém, em algumas vezes, o modo como é posicionado o mobiliário interno acaba atrapalhando este acesso. Há casos em que existe um balcão justamente em frente à rampa. A maioria dos estandes possuem um piso elevado, porém nem todos necessariamente precisam dessa elevação, que implica a instalação da rampa. Se os estandes fossem projetados sem essa elevação, o tempo de instalação seria menor, assim como seu custo, e o acesso também seria muito melhor. Nessas feiras e exposições, um volume enorme de material impresso é distribuído, mas dificilmente se encontra algum tipo de material em Braille, ou mesmo estandes com expositores que tenham conhecimento em Libras.

Conclusão

O turismo apresenta diferentes opções, para agradar seus clientes. E quando falamos de clientes, a pessoa com deficiência deve estar inclusa nesse grupo. Hoje em dia, com os diversos recursos disponíveis, e estudos já efetuados, pode-se concluir que não há local ou atividade que uma pessoa com deficiência não possa participar. Às vezes, pode não ser de uma forma convencional, como as outras pessoas, mas o importante é que não existe mais falta de soluções, e sim falta de vontade por parte de quem deveria oferecer um produto ou serviço turístico de qualidade.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 5

O texto a seguir é um resumo do conteúdo de um debate gerado num grupo de discussão na internet sobre pessoas com deficiência, em que são criticadas falhas de acessibilidade na Reatech, uma feira de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade realizada anualmente no mês de abril, na cidade de São Paulo.

Já são mais de 10 anos que a Reatech acontece no Centro de Exposições Imigrantes, e uma feira desse porte que recebe centenas de pessoas com deficiência possui uma infraestrutura referente à acessibilidade ainda muito falha. Não há banheiros adequados, o máximo que fizeram foi colocar um espaço com banheiros químicos “adaptados”, pois só existem 3 banheiros que fazem parte do local de exposições. Na verdade, o que chamam de banheiro químico adaptado, é na verdade somente um banheiro com um espaço um pouco maior, suficiente para entrar uma cadeira de rodas, mas sua utilização é difícil, além da falta de higiene. A organização da feira, deveria dar mais atenção e oferecer instalações mais adequadas, principalmente por se tratar de uma feira onde o tema principal é a acessibilidade e a inclusão.

Comente o que você acha correto, tanto da parte do público visitante, como também da organização do evento.

Resposta Comentada

A reivindicação dos visitantes tem uma linha de pensamento correta. Afinal, o evento acontece no mesmo local há muito tempo. Porém, a obrigação de ter um local acessível é do Centro de Exposições Imigrantes e não da organização da Reatech. O local possui um número insuficiente de sanitários acessíveis pelo tamanho do local de exposições. Há um esforço da parte da organização do evento em minimizar o problema, colocando espaços alternativos com banheiros químicos. Porém é possível ter soluções com maior qualidade e sem ter uma diferença grande na parte financeira. Afinal, uma feira que quer atrair principalmente o público com deficiência, se não tiver um espaço adequado estará fugindo dos princípios que defende, que é dar qualidade de vida através da acessibilidade e inclusão. No caso dos banheiros, isso se torna uma questão de saúde. Nos locais onde ficam os banheiros químicos, apesar de haver uma pia simples com água, não há sabonete e nem toalha para higienização.

Resumo

A acessibilidade e a inclusão são mais do que causas nobres para a sociedade. São, em algumas ocasiões, uma grande oportunidade de negócio, como é o caso do turismo. Uma pesquisa realizada pela SATH (Society for Accessible Travel and Hospitality), diz que americanos adultos com deficiência gastam mais de 14 bilhões de dólares por ano com turismo acessível. O Brasil pode ter esse resultado, inclusive atraindo turistas estrangeiros com deficiência para conhecer nosso país, porém é preciso mais adequação por parte dos empreendimentos e mais preparo por parte dos profissionais. Em alguns casos, a acessibilidade é uma questão de segurança, e na verdade é uma obrigação suportada pela legislação federal e internacional. Há uma grande carência de profissionais no Brasil, que estejam realmente preparados para trabalhar com o turismo acessível, direta ou indiretamente. Empresas e profissionais que tiverem visão de que isto não é um gasto, e sim um investimento, que não é perder tempo, mas sim estar à frente, podem se dar muito bem, pois grandes oportunidades estão surgindo em território brasileiro.

Turismo e Inclusão Social

Referências

ARAÚJO, T. B. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BENINI, Édi A.; BENINI, Elcio. Políticas públicas e economia solidária: elementos para a agenda de uma nova rede de proteção social. In: BENINI et al. *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 453-472.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. O que é economia solidária? Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>. Acesso em: 1º nov. 2011.

CORIOLO, L. N. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: Bartholo, R.; Sansolo, D.; Bursztyn, I. (Org). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 277-288.

_____. O turismo solidário e o desenvolvimento na escala humana. *Revista de Estudos Turísticos*, n. 20, 1º ago. 2006. Disponível em: <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=11157>. Acesso em: 1º fev. 2012.

_____. Os limites do desenvolvimento e do turismo. In: _____. O turismo de inclusão e o desenvolvimento local. Fortaleza: Funece, 2003, p. 13-29.

_____; ALMEIDA, H. O turismo no Nordeste brasileiro: dos resorts aos núcleos de economia solidária. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1º ago. 2007, v. XI, n. 245, p. 57. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24557.htm>. Acesso em: 1º fev. 2012.

CRUZ, A.; SANTOS, A. M. dos. A economia solidária e as novas utopias: permanências e rupturas no movimento histórico do associativismo econômico. In: DEMO, Pedro. *O charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados, 1998.

FONTOURA, A. G. da C. MESA II – Redes de turismo comunitário no Brasil: A experiência da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL). Belém (PA), Projeto Bagagem, FÓRUM GLOBAL SOBRE TURISMO – FSM 2009.

GADOTTI, Moacir. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009 (Educação popular).

HESPANHA, P.; SANTOS, A. (Org.). *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Editora Almedina, 2011, p. 57-82. (Série Políticas Sociais).

LIMA, F. A. S. Turismo comunitário: uma história para contar. In: BRASIL. Ministério do Turismo. *Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública*. Brasília, 2010.

MARTINS, Jose de Souza. Para compreender e temer a exclusão social. *Revista Vida Pastoral*. São Paulo, ano XLV, n. 239, p. 3-9, 2004.

MENDONÇA, T. C. de M.; MORAES, E. A. (Org.). *O Povo do Aventureiro e o turismo de base comunitária: experiências vivenciadas na Vila do Aventureiro*. Ilha Grande, RJ. Rio de Janeiro: EDUR/ UFRJ. 2011.

OURIQUES, H. R. *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas, SP: Alínea, 2005.

RAMIRO, Rodrigo. Economia solidária e turismo: uma avaliação da experiência de incubação de cooperativas populares na cadeia produtiva do turismo na Região Nordeste do Brasil. Brasília: Editora IABS, 2009.

REZENDE, R. O. Turismo na economia solidária: turismo solidário como força transformadora da sociedade. In: BAHL, M.; MARTINS, R.; MARTINS, S. (Org.). *Turismo como força transformadora do mundo contemporâneo*. São Paulo: Roca, 2005, p. 159-174.

SCHIOCHET, Valmor. Políticas Públicas de Economia Solidária – breve trajetória e desafios. In: BENINI, E. et al. *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 443-452.

SINGER, Paul. A economia solidária no governo federal. In: BENINI, E. et al. *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 407-412.

Aula 12

BELTRÁN, J. (Ed.). *World commission on protected areas (WCPA): indigenous and traditional peoples and protected areas: principles, guidelines and case studies*. Wales: IUCN, 2000. Best Practice Protected Area Guidelines Series n. 4.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo no Brasil 2011-2014*. Brasília: FGV, 2010.

CÁTEDRA UNESCO. Rio de Janeiro: UFRJ. v. 1, n. 10, 1999, p. 59-82.

ESCOREL, Sarah. Clarificando os conceitos: desigualdade, pobreza, marginalidade, exclusão. In: _____. *O que significa exclusão social?* 28 p. 1997. Mimeografado.

IRVING, M. A. Áreas protegidas e inclusão social: uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil? *Sinais Sociais*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 12, p. 122-147, jan./abril. 2010.

_____ et al. Construindo um modelo de planejamento turístico de base comunitária: um estudo de caso. In: *Série Documental/UFRJ*. Programa EICOS.

_____. Turismo, ética e educação ambiental In: _____; AZEVEDO, J. (Org.). *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.

_____ et al. *Rede de áreas protegidas, turismo e inclusão social: de uma perspectiva da América do Sul para uma perspectiva global*. Barcelona: IUCN, 2008.

_____; GIULIANI, G. M.; LOUREIRO, C. F. Natureza e sociedade: desmistificando mitos para a gestão de áreas protegidas. In: IRVING, M. de A.; GIULIANI, G. M.; LOUREIRO, C. F. (Org.). *Parques estaduais do Rio de Janeiro: construindo novas práticas para a gestão*. v. 1. São Carlos: Rima, 2008, p. 3-15.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M. Áreas protegidas e “inclusão social”: problematização do paradigma analítico-linear e seu separatismo na gestão ambiental. In: IRVING, M. de A. (Org.). *Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados*. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006.

MORAES, E. A. Áreas protegidas, inclusão social e turismo. In: SEMINÁRIO DE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL. 2. ed. Rio de Janeiro: EICOS-IP/UFRJ, 2006.

MORAES, E. A. *Encontro na floresta: interpretando o ecoturismo sob a ótica local na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (Acre-Brasil)*. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PROGRAMA de promoção do turismo inclusivo na Ilha Grande, RJ. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/indice.aspx?pag=n&cid=6857&cat=%C2%A0&ws=0>. Acesso em: 23 jan. 2012.

SANCHO, A. *Turismo: alternativa efetiva de inclusão social? Uma reflexão sobre as políticas públicas de turismo no Brasil*. 2006. Dissertação (Mestrado em Turismo), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SANCHO, A.; IRVING, M. A. Interpretando o Plano Nacional de Turismo 2003/2007 sob a ótica da Inclusão Social. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 103-120, 2010.

Aula 13

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*: ANPUR, v. 6, n. 1, 2004, p. 9-32.

BANDUCCI Jr., A. e BARRETO, M. *Introdução*. In: Turismo e identidade local: uma visão antropológica. Campinas: Papirus, 2001.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BOFF, L. *Ecologia: grito da terra, grito dos oprimidos*. Rio de Janeiro: Ática, 1995.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC*. 4. ed. Brasília: MMA/SBF, 2000.

_____. Decreto 5758, de 13 de abril de 2006, Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2006.

_____. *16 anos de Reserva Extrativista*. Brasília, DF, CNPT/DISAM/IBAMA, 2006.

_____. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2007.

CUNHA, M. C. da e ALMEIDA, M. B. de. *Enciclopédia da floresta: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CRUZ, V. do C. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAUJO, F. G. B. de; et al. *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007, p. 93-122.

DIEGUES, A. C. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, C., BRUHNS, H. (Org.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas, SP: Papirus, 1997. p. 85-101. (Coleção Turismo)

_____. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Annablume: NUPAUB-USP: Hucitec, 2000.

_____. *O mito moderno da natureza intocada*. 4. ed., São Paulo: Hucitec, NUPAUB- USP, 2004.

_____. et al. *Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil*. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Cobio-Coordenadoria da Biodiversidade. NUPAUB-USP, 2000.

GONÇALVES, C. W. P. *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista)*. Brasília: Ibama, 2003.

LOUREIRO, C. F. B. *Trajetória e fundamentos da educação ambiental*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MORAES, E. A. *Encontro na floresta: interpretando o ecoturismo sob a ótica local na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (Acre-Brasil)*. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

PRADO, R. Tensão no paraíso: aspectos da intensificação do turismo na Ilha Grande. 7. ed. *Caderno Virtual de Turismo*, LTDS/COPPE/UFRJ, 2003.

RABINOVICI, A. Roteiros quilombolas no entorno de áreas protegidas no vale do Ribeira, SP. *Anais do V Seminário Brasileiro de Áreas Protegidas e Inclusão Social*. Manaus: UFAM, 2011.

RODRIGUES, L. C. Turismo, empreendimentos imobiliários e populações tradicionais: conflitos e interesses em relação à propriedade da terra. *Civitas*, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 527-544, set./dez. 2010.

SANTOS, B. A. *Gramática do tempo*: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

STEIL, C. Antropologia do turismo: comunidade e desterritorialização. In: PERALTA, Elsa; ANICO, Marta (Org.). *Patrimônios e identidades*: ficções contemporâneas. Oeiras: Celta Editora, 2006, p. 163-170.

Aula 14

BAUER, Carlos. *Breve história da mulher no mundo ocidental*. São Paulo: Edições Pulsar, 2001.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

DEL PRIORE, Mary. (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

DELGADO, Dídice, CAPPELLIN, Paola, SOARES, Vera. *Mulher e trabalho*: experiências de ações afirmativas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KATO, Patricia Yukari Andrade. *Gênero e turismo*: uma análise da mão de obra feminina no mercado de trabalho formal do turismo. Trabalho de Conclusão de Curso Lato Sensu na Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura*: história, cidade e trabalho. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Por uma história da mulher*. Bauru: EDUSC, 2000.

PERROT, Michele. *Mulheres públicas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SAMARA, Eni Mesquita. Trabalho feminino e cidadania. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Aula 15

ACCESSIBLE TOURISM RESEARCH. Disponível em: <http://accessibletourismresearch.blogspot.com/2010/01/towards-definition-of-accessible.html>. Acesso em: 23 maio 2011.

ACCESSIBLE TOURISM. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Accessible_tourism. Acesso em: 23 maio 2011.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1999.

ENAT - European Network for Accessible Tourism. Disponível em: <http://www.accessibletourism.org/>. Acesso em: 14 fev. 2008.

GUGEL, Maria Aparecida. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. *Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência – AMPID*. Disponível em: http://www.ampid.org.br/Artigos/PD_Historia.php. Acesso em: 23 maio 2011.

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2007.

ROMÁRIO se empenha para que portadores de necessidades especiais trabalhem na Copa 2014. *Portal Universidade*, 9 jun. 2011. Disponível em: <http://www.portaluniversidade.com.br/noticias-ler/romario-se-empenha-para-que-portadores-de-necessidades-especiais-trabalhem-na-copa-2014/2584>. Acesso em: 04 jul. 2011.

SASSAKI, Romeu. *Vida Independente*: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003, p. 12-16.

_____. *Inclusão*: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SHIMOSAKAI, Ricardo. Acessibilidade e inclusão no Turismo. *Turismo Adaptado*, São Paulo, jan. 2010. 1 DVD.

Aula 16

ASSISTIVA: tecnologia e educação. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br>. Acesso em: 14 abr. 2010.

CAMBIAGHI, Silvana; CARLETTO, Ana Claudia. *Desenho universal*: um conceito para todos. Portal Mara Gabrielli. São Paulo, 2008.

COOK, A. M.; HUSSEY, S. M. *Assistive technologies: principles and practice*. St. Louis: Mosby-Year Book, 1995.

GUIMARÃES, Marcelo Pinto. Desenho universal é design universal: conceito ainda a ser seguido pela NBR 9050 e pelo Decreto-Lei da acessibilidade. *Revista Arquitectos*, ano 8, n. 096.03, maio 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/08.096/141>. Acesso em: 14 abr. 2010.

HOW Stuff Works. Como funciona a linguagem de sinais. Disponível em: <http://pessoas.hsw.uol.com.br>. Acesso em: 5 maio 2011.

MOTTA, Livia Maria. Audiodescrição: recurso de acessibilidade para a inclusão cultural das pessoas com deficiência visual. *Banco de Escola: educação para todos*. Disponível em: <http://www.bancodeescola.com/audiodescr.htm>. Acesso em: 2 maio 2011.

REUNIÃO DO COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS, 7, 2007, Brasília, DF. Ata... Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2007.

SENAI. Disponível em: <http://www.senai.br>. Acesso em: 2 maio 2011.

SHIMOSAKAI, Ricardo. Acessibilidade e inclusão no turismo. *Turismo Adaptado*. São Paulo, jan. 2010. 1 DVD.

STAIR-TRAC. *Acessplus Elevadores*. Disponível em: <http://www.plusrn.com.br/produtos/str.php?lingo=PT>. Acesso em: 14 abr. 2010.

Aula 17

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

CÃES-GUIA. *Sentidos*, 25 set. 2006. Seção Cidadania. Disponível em: http://www.sentidos.com.br/canais/materia.asp?codpag=10986&cod_canal=15. Acesso em: 1 mar. 2011.

CENTRO DE INFORMAÇÃO RUI BIANCHI. Disponível em: <http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/>. Acesso em: 4 out. 2010.

SANSIVIERO S. *Acessibilidade na hotelaria: uma questão de hospitalidade*. São Paulo: UAM, 2004

SÃO PAULO. Prefeitura. Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/. Acesso em 21 de abril de 2011.

_____. Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. *Táxi acessível completa um ano em São Paulo*: 18 mar. 2010. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/noticias/?p=16450. Acesso em: 1º mar. 2011.

SHIMOSAKAI, Ricardo. Acessibilidade e inclusão no turismo. *Turismo Adaptado*. São Paulo, jan. 2010. 1 DVD.

VSb-ACESS: vivendo sem barreiras. Disponível em: <http://www.vsb.org.br/index.php>. Acesso em: 1º mar. 2011.

JORDÃO, Cláudia. Turismo de inclusão: agências investem em viagens para deficientes físicos que incluem rafting e rapel e até guias preparados para carregá-los no colo. *ISTOÉ Independente*, ano 35, n. 2170, 15 jun. 2011. Seção Comportamento. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/141498_TURISMO+DE+INCLUSAO. Acesso em: 10 jan. 2011.

MANUAL de boas práticas de acessibilidade em ecoturismo e turismo de aventura. Belo Horizonte: Ed. Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura, 2010. 40 p. (Série Aventura Segura).

PINACOTECA DE SÃO PAULO. Programa Educativo para Públicos Especiais – PEPE. Disponível em: <http://www.pinacoteca.org.br>. Acesso em: 8 fev. 2011.

REATECH: feira internacional de reabilitação, inclusão e acessibilidade, São Paulo. Disponível em: <http://www.reatech.tmp.br/>. Acesso em: 10 jan. 2011.

RODRIGUES, Naira. *Pessoas com deficiência e os parques de diversão*, uma verdadeira aventura. *Inclusão*: ampla, geral e irrestrita, 4 ago. 2008. Disponível em: <http://xiitadainclusao.blogspot.com/2008/08/xiitas-convidados-parque-de-diverses-de.html>. Acesso em: 10 jan. 2011.

SHIMOSAKAI, Ricardo. Acessibilidade e inclusão no turismo. *Turismo Adaptado*. São Paulo, jan. 2010. 1 DVD.

TURISMO ADAPTADO. Disponível em: <http://turismoadaptado.wordpress.com/>. Acesso em: 10 jan. 2011.

ISBN 978-85-7648-939-9



9 788576 489399



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade
Federal
Fluminense



UFRRJ



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL

Ministério da
Educação



PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA